



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA**

CATARINA TERUCO MAKIYAMA

**O PT E A PARTICIPAÇÃO POPULAR:
UM ESTUDO DE CASO**

Londrina
2005

CATARINA TERUCO MAKIYAMA

**O PT E A PARTICIPAÇÃO POPULAR:
UM ESTUDO DE CASO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Política Social.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Ângela Silveira Paulilo

Londrina
2005

CATARINA TERUCO MAKIYAMA

**O PT E A PARTICIPAÇÃO POPULAR:
UM ESTUDO DE CASO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Política Social.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Ângela Silveira Paulilo
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Profa. Dra. Ana Maria Ramos Estevão
Universidade Estadual de São Paulo – UNESP

Profa. Dra. Sandra Regina Abreu Pires
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Londrina, 28 novembro de 2005.

*Não estamos perdidos.
Pelo contrário, venceremos se
não tivermos desaprendido a aprender.*

Rosa Luxemburgo

AGRADECIMENTOS

A meu pai, pelo apoio e exemplo de vida construída arduamente, enfrentando os desafios com bravura e com a esperança de sempre ver um novo dia.

À professora e orientadora Maria Ângela Silveira Paulilo, pela compreensão, seriedade e contribuição na construção do conhecimento e elaboração deste trabalho.

Aos professores Sandra Regina Abreu Pires e João Batista, pelas sugestões teóricas e críticas oferecidas durante a qualificação, fundamentais para o trabalho final.

À professora Ana Maria Ramos Estevão, por aceitar ser membro da banca examinadora.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, em especial ao Francisco Carlos Navarro.

Às amigas Luci Meire Dias, Tereza Maria Pauliqui Peluzo, Teone Maria Rios de Souza Rodrigues Assunção, companheiras de turma que compartilharam as mesmas angústias e dificuldades, assim como trocas de experiência e ajuda mútua.

À amiga e companheira de luta Luciana Vidal, pela sua presença sempre solícita e solidária.

Em especial, aos entrevistados militantes do partido, pela disponibilidade, pelo interesse em compartilhar a experiência de luta e pela franqueza durante a exposição das idéias.

Ao professor Aluysio Fávaro, um homem simples e profundo, que em nenhum momento mediu esforço para revisar este trabalho.

À Capes, pela concessão da bolsa de mestrado, que possibilitou fazer a pesquisa.

A todos aqueles que contribuíram, muitas vezes até mesmo sem saber, para a realização deste trabalho.

MAKIYAMA, Catarina Teruco. **O PT e a participação popular**: um estudo de caso. 2005. 102f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2005.

RESUMO

Este estudo analisa o PT e a participação popular em Maringá - Paraná, no período de 2001 a 2004, sob a ótica dos representantes petistas eleitos para cargos tanto no executivo e legislativo quanto no partido. Para a coleta de dados foram realizadas três entrevistas individuais, direcionadas por três eixos: a) concepção da participação popular; b) formas de organização de base; e c) o partido como instrumento de organização popular. A análise elaborada a partir da exposição dos entrevistados identificou, como principais fatores que inviabilizaram ou dificultaram a participação popular nos movimentos sociais e políticos, em Maringá, no período de 2001 a 2004: o abandono da política voltada aos núcleos de base em decorrência da estratégia adotada pelo partido, em âmbito nacional, que deu primazia às disputas eleitorais, levando o PT a distanciar-se das bases sociais pela falta de empenho do partido no trabalho de organização popular e na formação de núcleos de base; a perda da capacidade do partido em atuar coletivamente; a falta de democracia interna; a inoperância do Orçamento Participativo, principal instrumento para viabilizar a participação popular no governo petista; e a adoção pelo partido da concepção do socialismo pela via da radicalização da democracia sem pressupor uma ruptura com a ordem política capitalista. A pesquisa, ao destacar a importância da política de nucleação de base e do debate sobre o projeto de sociedade, sugere que o partido: apure a concepção de socialismo, incentive a participação popular voltada para a emancipação humana e resgate os núcleos de base como mecanismo de garantia da democracia interna, de formação de seus quadros e de construção das forças sociais necessárias para dar sustentação ao projeto de sociedade socialista.

Palavras-chave: Emancipação humana. Participação popular. Partido. Núcleos de base.

MAKIYAMA, Catarina Teruco. **The Workers' Party and the popular participation: a case study.** 2005. 102p. Dissertation (Master's degree in Social Services and Social Politics) – State University of Londrina, Londrina, 2005.

ABSTRACT

The present study analyzes a Brazilian political party, the Workers' Party (PT - Partido Trabalhista), and the popular participation in the city of Maringa, state of Parana, between 2001 and 2004, from the perspective of PT representatives elected both for executive and legislative positions and for party positions. Data was collected from three individual interviews, guided by three axes: a) conception of the popular participation; b) ways of basis organization; and c) the party as an instrument for popular organization. The analysis, based on the interviewees' answers, identified some main factors which prevented or became obstacles to the participation of people from Maringa in the social and political movements during the above mentioned period. So they are: 1) the politics for the social basis nuclei was abandoned due to the strategy adopted by the party, nationwide, to prioritize electoral disputes, which took the party away from its social basis – the party lacked effort to popular organization and to basis nuclei formation; 2) the party lost the ability to act collectively; 3) there was a lack of internal democracy; 4) the Participative Budget – main instrument to make popular participation possible in the PT government – became inoperable; and 5) the party adopted the socialist conception by means of democracy radicalization instead of presupposing a rupture with the capitalist political order. At the same time the study highlights the importance of politics of basis nucleation and the debate about the society project, it also suggests the party: to improve its conception of socialism, to encourage popular participation for human emancipation, and to rescue its basis nuclei as a way to guarantee internal democracy, to form its boards and to build the social strength needed to provide support to the project of a socialist society.

Keywords: Human emancipation. Popular participation. Party. Basis nuclei.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I	15
1 PARTICIPAÇÃO E EMANCIPAÇÃO	15
1.1 Fundamentos sobre participação popular	15
1.2 Emancipação humana: a verdadeira libertação do homem das condições alienadas e alienantes da sociedade burguesa.....	16
1.3 Participação popular: um espaço na construção da democracia participativa	24
CAPÍTULO II	37
2 ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA DA CLASSE OPERÁRIA	37
2.1 Movimento operário socialista internacional.....	37
2.2 Dilema eleitoral e organização de classe	44
2.3 PT: um instrumento de luta dos trabalhadores.....	49
2.4 Organização partidária do PT.....	54
CAPÍTULO III	63
3 O PT E A PARTICIPAÇÃO POPULAR SOB A ÓTICA DE REPRESENTANTES PETISTAS ELEITOS NO MUNICÍPIO DE MARINGÁ	63
3.1 Breve histórico do Município	63
3.2 Participação popular na concepção do PT	68
3.3 Formas de organização de base	81
3.4 Partido como instrumento de organização popular	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS	97

INTRODUÇÃO

No final do século XX, mais precisamente no final da década de 1970, após prolongada e dura resistência democrática, mais uma vez a sociedade civil brasileira voltava a ser palco de forças sociais capazes de operar mudanças na ordem política. No cenário estava em total evidência a luta das massas trabalhadoras pela conquista de melhores condições de vida para amplos setores da população brasileira.

O recrudescimento das lutas populares, que duas décadas de ditadura militar não conseguiram impedir, permitiu que os setores explorados da sociedade brasileira pudessem organizar-se para defender seus interesses, como também para enfrentar os mecanismos de repressão impostos pelo regime totalitário, em particular o arrocho salarial e a proibição do direito de greve.

Foi com o desenvolvimento dessas lutas que emergiu o Partido dos Trabalhadores. Tendo de enfrentar o peso brutal da concentração de poder nas mãos do executivo, que se voltou abertamente contra os seus mais legítimos interesses, os trabalhadores conscientizaram-se de que só a luta por questões salariais e pelas condições de trabalho, ainda que muito importante, era insuficiente para garantir a melhoria de vida do povo brasileiro. O melhor instrumento capaz de impulsionar o trabalhador a lutar para conquistar o poder político seria a criação de um partido político. Nesse sentido, o IX Congresso Estadual de Metalúrgicos, realizado em Lins (SP), em janeiro de 1979, indicava que os trabalhadores deviam organizar um partido que os motivasse à luta contra a exploração e a dominação secular do capital sobre o trabalho.

Essa perspectiva apontada pelos metalúrgicos resultou na criação do Partido dos Trabalhadores, fruto da crescente e generalizada onda de protestos operários do final da década de 1970 e de um período de debate, na esquerda, sobre o tipo de partido que se deveria construir tendo em vista a transição brasileira de um regime totalitário para a democracia.

Segundo Keck (1991), diferentemente de outros partidos políticos criados na década de 1980, o Partido dos Trabalhadores tinha uma base sólida no meio operário e nos movimentos populares e formulava sua proposta em termos programáticos. Como partido socialista, exigia mudanças radicais na orientação das

políticas econômicas e sociais, para beneficiar aqueles segmentos mais pauperizados da população. Como partido democrático, defendia uma nova concepção de política, na qual os setores da população anteriormente excluídos teriam poder para falar por si mesmos. Para a autora, desde o início, tanto os que apoiavam quanto os que atacavam o Partido dos Trabalhadores reconheciam que o partido representava uma nova experiência na história política brasileira.

Com efeito, ao buscar implementar um novo modo de fazer política, fundamentado na noção de mudança vinda das bases organizadas, o Partido dos Trabalhadores tornava-se a grande força política no campo da esquerda brasileira, atraindo para o seu projeto não só os militantes sindicais, mas também as camadas populares, o setor estudantil e os partidos de esquerda, naquele momento, clandestinos.

Assim, começava também a militância da autora deste trabalho no partido, inicialmente, convicta de que o PT seria o melhor instrumento de luta para a transformação da sociedade. Com o passar do tempo, outras organizações como conselhos, movimentos populares e setoriais foram mostrando que, além do partido político, existiam outros instrumentos importantes de luta, e que poderiam ser articulados para o mesmo fim almejado pelos trabalhadores, ou seja, a busca pela emancipação humana.

A nossa experiência política partidária teve início em Londrina – Paraná, ainda quando estudante do curso de Serviço Social na Universidade Estadual de Londrina (UEL), de 1983 a 1986. Estimulada pela militância do movimento estudantil universitário e pelo núcleo dos estudantes petistas da UEL, motivada também pelo debate introduzido no Serviço Social com o movimento de reconceituação, continuamos, na década seguinte, perseguindo a construção do Partido dos Trabalhadores na região de Paulo Afonso – Bahia, no período de 1987 até 1998. Hoje, somos apenas “filiada”, sem a militância anteriormente exercida, em virtude do rumo que o Partido dos Trabalhadores tomou, ao distanciar-se de suas origens.

De toda maneira, pode-se dizer que era a construção de um partido de esquerda e socialista que proporcionava sentido ao trabalho profissional por nós desenvolvido na região do Submédio São Francisco, localizada entre Bahia e Pernambuco. Eis aí a razão da escolha do PT como tema da dissertação, para a

qual recortamos, como objeto de estudo, o PT e a participação popular em Maringá – Paraná, no período de 2001 a 2004.

Nesta cidade, pela primeira vez venceu o Partido dos Trabalhadores nas eleições municipais de 2000, tendo, como uma das prioridades de governo, a participação da população na gestão da cidade.

Para o Partido dos Trabalhadores de Maringá, no qual incluíam-se os principais gestores do governo, a forma de canalizar a participação popular seria, de modo especial, o planejamento e a execução do Orçamento Participativo, o OP, como foi denominado pelos petistas. Afinal, de acordo com Singer (2001), o Orçamento Participativo é a base do método petista de governar.

Em Maringá, no início da gestão de governo, o Orçamento Participativo parecia, realmente, ser a marca desse governo em virtude da grande mobilização da população em todas as áreas da cidade. Inúmeras reuniões foram realizadas com a presença do prefeito José Cláudio, o qual, vítima de uma enfermidade, exerceu o seu mandato apenas nos dois primeiros anos, assumindo a seguir o vice-prefeito João Ivo, também do Partido dos Trabalhadores.

Sua administração mostrava ser um novo modo de governar, jamais visto pela população de Maringá, o que causou um grande impacto político, sobretudo nos segmentos populares, geralmente afastados das decisões políticas locais. Portanto, no contexto histórico de Maringá a gestão petista confrontada com o modo de governar das administrações anteriores, significou, a princípio, sem dúvida alguma, um grande avanço.

O tempo mostrou, no entanto, algumas de suas fragilidades e o Orçamento Participativo foi, gradativamente, perdendo a sua função política. A plena execução do Orçamento Participativo pode ser considerada a dificuldade mais evidente. Outras viriam, sendo uma das principais a que este estudo põe em foco, a saber, a distância que vai da intenção à atuação, principalmente quando se trata de motivar a participação popular, uma das mais valiosas propostas do Partido.

Cabe ressaltar que bem antes do Orçamento Participativo, uma das formas do PT tentar articular-se aos movimentos sociais deu-se por meio da ação dos seus núcleos, tidos como principal base e característica do partido. Dessa forma, desde o início, o partido buscou implementar um projeto contrário às práticas tradicionais, inaugurando um novo modo de fazer política, fundamentado na noção de mudança conforme a aspiração das bases organizadas. O Partido dos

Trabalhadores, como assinala sua Carta de Princípios, escrita em 1979, comprometia-se com a tarefa de colocar os interesses populares na cena política e de superar a atomização e dispersão da classe trabalhadora e dos movimentos sociais. Para esse fim, o partido propôs implantar seus núcleos como um espaço de discussão dos problemas dos trabalhadores e das camadas populares.

Os núcleos de base representavam, portanto, a principal inovação na estrutura organizativa, cumprindo um papel importante no partido, por criarem condições de organização dos militantes na base e por funcionarem como mecanismo de pressão sobre a direção de forma a garantir a democracia interna. Porém, observamos que ao longo da década de 1980, contrariamente ao crescimento eleitoral, delineou-se a progressiva desarticulação dos núcleos de base. Cinco anos após as eleições de 1982, ao diagnosticar o precário funcionamento dos núcleos, o partido reconhecia a crise organizativa gerada em decorrência do abandono desses organismos de base. Analisando esse período, Brandão (2003, p. 113) enfatiza que com a existência precária dos núcleos de base, a forma de ação alternativa encontrada pelo Partido dos Trabalhadores não o distinguia dos demais partidos. Para o autor, o PT atuava de modo semelhante aos demais partidos, fazendo-o pela via da democracia representativa. Disputava eleições e tentava conquistar votos para eleger representantes.

Em vista disso, o que o partido procurava era o elo entre o discurso e a ação que se havia perdido. Por que o Partido dos Trabalhadores não conseguiu viabilizar sua tão cara proposta de participação popular?

Em face desta indagação, o objetivo principal deste estudo é a análise do PT e a participação popular em Maringá, no período de 2001 a 2004, no intuito de responder à seguinte questão: quais são as dificuldades do Partido dos Trabalhadores na implementação da participação popular? Em outras palavras, que fatores limitaram, ou mesmo inviabilizaram, a participação popular no período da gestão petista no Município de Maringá.

A pesquisa utilizou a abordagem qualitativa e teve seu universo constituído por três pessoas consideradas, por nós, representativas do Partido dos Trabalhadores no Município de Maringá, pelo fato de terem sido eleitas para os cargos tanto no executivo e no legislativo quanto no partido. São elas:

1. Claudemir Romancini - presidente do Partido dos Trabalhadores de Maringá no período de 2001 a 2005.

2. João Ivo Caleffi - prefeito do Município de Maringá no período de 2001 a 2004.
3. Silvana Borges - vereadora eleita pelo Partido dos Trabalhadores para o mandato 2001 a 2004.

Para escolha deste universo adotamos o critério de representatividade dos dirigentes eleitos por entendermos que a representação pressupõe participação ativa, dinâmica e compromisso de militância política. A seguir entramos em contato com as pessoas que entrevistáramos.

Após os contatos, iniciamos a coleta de dados realizada por meio de entrevistas semi-estruturadas com duas questões centrais:

1ª) Quais foram as dificuldades encontradas pelo governo municipal em viabilizar a proposta de participação popular nos movimentos sociais e políticos em Maringá?

2ª) Como foi a atuação do Partido dos Trabalhadores em Maringá como instrumento de organização popular?

As entrevistas foram realizadas individualmente com o uso de gravador e nos locais de preferência dos entrevistados. Assim, foi utilizada a residência do ex-prefeito João Ivo, o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Maringá para a entrevista com o presidente do Partido dos Trabalhadores, Claudemir Romancini, e o Hospital Universitário, local de trabalho profissional da ex-vereadora Silvana Borges.

Posteriormente transcrevemos as entrevistas e em seguida devolvemo-las aos entrevistados para possibilitar-lhes eventuais correções, acréscimos ou supressão de partes dos depoimentos, se fosse o caso. Por fim, sistematizamo-las de acordo com três eixos temáticos previamente definidos. Os três eixos de análise que nortearam as entrevistas realizadas foram:

- a) Concepção de participação popular;
- b) Formas de organização de base e;
- c) Partido como instrumento de organização popular.

Para apresentação do referencial teórico e da análise das falas dos entrevistados, optamos pela estruturação do trabalho em três capítulos.

O primeiro capítulo aborda o sentido da participação popular na perspectiva emancipatória, a qual, como defendia Marx, deve ir além da emancipação política, entendida como sinônimo de participação do indivíduo no

Estado burguês e, portanto, nos rumos da direção exercida pelo Estado sobre a sociedade. Para Marx, o horizonte a ser atingido é o da emancipação humana, estágio que só será alcançado com a verdadeira libertação do homem das condições alienadas e alienantes em que se vive na sociedade burguesa.

Com base nessa concepção, ressaltamos como, no século XX, a continuidade da luta da classe trabalhadora pela garantia e expansão dos direitos civis, políticos e sociais tendeu a ser encarada por alguns segmentos sociais como a principal luta. Poderia parecer que da conquista da condição de cidadão, materializada na garantia desses direitos, adviria a plena emancipação do homem, justificando-se, portanto, o estímulo à participação popular por meio dos diversos canais construídos nesta luta. Fazendo um contraponto, o capítulo traz a discussão sobre a participação popular como um espaço para a conquista da auto-emancipação dos trabalhadores.

Na seqüência, o segundo capítulo introduz a história do movimento operário socialista internacional e a formação dos grandes partidos operários europeus, no século XIX, como instrumentos de luta para a emancipação da classe trabalhadora. No âmbito nacional, este capítulo trata ainda da formação do Partido dos Trabalhadores com enfoque na forma como o partido tratou a questão da participação popular durante a sua trajetória.

O terceiro capítulo traz a análise do Partido dos Trabalhadores e a participação popular sob a ótica dos três representantes petistas no Município de Maringá, eleitos para cargos tanto no executivo e no legislativo quanto no partido, no período de 2001 a 2004, escolhidos como universo desta pesquisa. Tomando por base o discurso destes representantes, a análise, elaborada a partir da exposição dos entrevistados, indica os principais fatores que inviabilizaram ou dificultaram a participação popular em Maringá, no período de 2001 a 2004.

Concluimos apresentando a síntese dos resultados do presente trabalho, sinalizando algumas questões consideradas relevantes no que concerne à participação popular proposta pelo Partido dos Trabalhadores.

CAPÍTULO I

1 PARTICIPAÇÃO E EMANCIPAÇÃO

1.1 FUNDAMENTOS SOBRE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Tendo por objeto o PT e a participação popular, faz-se importante algumas considerações sobre este termo, até porque não há sobre ele um entendimento único ou consensual.

Para nós, participação popular, de acordo com Gohn (2001), com a qual concordamos, é um conceito que deve ser tratado de forma articulada a duas outras categorias de análise: lutas e movimentos sociais. Nesse sentido, a análise dos movimentos sociais faz-se sobre processos de lutas de classes empenhadas na transformação das condições existentes na realidade social. Trata-se do processo de uma luta histórica da classe trabalhadora e das camadas sociais subordinadas a condições que exigem que as massas participem, assumindo um valor estratégico na superação do sistema capitalista.

Tomando-se por base o exposto acima, destacamos que a participação estrutura-se em coletivos organizados para lutar contra as relações de exploração e de dominação e pela partilha de poder na sociedade. Sublinha-se que, historicamente, os trabalhadores brasileiros lutam por instituir uma sociedade sob liberdade maior, ou nas palavras de Fernandes (1991, p. 51), liberdade com igualdade e o pleno respeito à vida e à pessoa.

Assim, a participação implica como horizonte ou finalidade última uma emancipação do homem que, como defendia Marx (1991), deve ir para além da emancipação política, entendida como sinônimo de participação do indivíduo no Estado burguês e, portanto, nos rumos da direção exercida pelo Estado sobre a sociedade. Para ele, o horizonte a ser atingido é o da emancipação humana, estágio que só será alcançado com a verdadeira libertação do homem das condições alienadas e alienantes da sociedade burguesa. Ou seja, a emancipação defendida por Marx (1991) vai muito além daquela que seria alcançável caso fosse possível

garantir a todos, de fato, a condição de cidadão dentro de uma concepção liberal-burguesa, já que, sob esse universo, a cidadania é concebida como conjunto de direitos e de deveres do indivíduo enquanto membro do Estado, apontando basicamente, então, para a garantia de acesso a direitos civis e políticos.

A importância de ressaltar essa diferencialidade e, em decorrência, a concepção de participação popular defendida nesse trabalho foi a razão da inclusão, a seguir, de uma breve abordagem acerca do posicionamento de Marx sobre o assunto.

1.2 EMANCIPAÇÃO HUMANA: A VERDADEIRA LIBERTAÇÃO DO HOMEM DAS CONDIÇÕES ALIENADAS E ALIENANTES DA SOCIEDADE BURGUESA

No século XX, a continuidade da luta da classe trabalhadora pela garantia e expansão dos direitos civis, políticos e sociais tendeu a ser encarada por alguns segmentos sociais como a principal luta. Pareceria que da conquista da condição de cidadão, materializada na garantia desses direitos, adviria a plena emancipação do homem, justificando, portanto, o estímulo à participação popular por meio dos diversos canais construídos nesta luta.

Porém, bem antes da conquista de garantia legal a esses direitos, conquista que, realça-se, ainda está longe de ser efetivada para todos, a percepção de que ela não bastava já estava sendo defendida por Marx. Em “A Questão Judaica” ele já denunciava que a liberdade e igualdade pregadas pela burguesia eram ilusórias.

Publicada nos Anais Franco-Alemães¹, “A Questão Judaica” tem como foco principal a negação, processada pelo estado prussiano aos judeus, da igualdade de direitos perante a lei. Desde 1827, escreve Gonzalez (1987, p.12), o “Estado cristão [prussiano] proibia por lei o acesso dos judeus à administração e a qualquer função que exigisse contato com órgãos públicos.”

Diante desse fato, os judeus alemães reivindicavam a sua emancipação civil e política. Nesse momento, Bruno Bauer, um jovem hegeliano de

¹ Anais franco-alemães era uma revista de exilados alemães em Paris – França, a qual teve um único número publicado em princípios de 1844.

esquerda², os contestava, alegando que na Alemanha ninguém estava politicamente emancipado. Bauer questionava que ao pretender a emancipação do Estado cristão “[...] o judeu exige que o Estado cristão abandone seu preconceito religioso. Por acaso ele abandona o seu? Tem, assim, o direito de exigir dos outros que abdicuem de sua religião?” (MARX, 1991, p. 14).

Segundo Bauer, existia uma precondição para os judeus conquistarem sua equiparação civil e esta era abandonar sua própria religião. De acordo com o seu argumento, não fazia sentido o judeu cobrar do Estado uma postura laica enquanto ele próprio não abandonasse o judaísmo. Além disso, para Bauer, o judeu era incapaz de ascender aos direitos do homem, pois enquanto permanecesse judeu, a determinação religiosa prevaleceria sobre a sua natureza humana.

Ao confrontar a posição exposta, Marx verificou que o erro de Bauer residia em concentrar sua crítica somente no Estado cristão, ao invés de ampliá-la para o Estado em geral. O cerne da crítica marxiana estava em que o tema focado desse modo permanecia restrito ao campo meramente religioso. Contrário à necessidade de abolir a religião para que o judeu pudesse emancipar-se, Marx (1991, p. 20), sabiamente perguntou a Bauer: “Terá o ponto de vista da emancipação política direito a exigir do judeu a abolição do judaísmo e, do homem em geral, a abolição da religião?”

Marx observou que, dependendo do Estado em que vivia o judeu, a questão judaica apresentava um tratamento diferente. Entendia, então, que a América do Norte se apresentava como o país da religiosidade e, apesar disso, servia de exemplo, pois a crítica desse Estado nada tinha de teológica. Era crítica direta ao Estado político, livre de qualquer vínculo religioso. Por conseguinte, concluiu que esse país era a prova de que a existência da religião não impedia a realização do Estado.

A referência a uma realidade diferente da Alemanha serviu para Marx contra-argumentar, mostrando a Bauer que sua crítica ao judaísmo se limitava à esfera religiosa. Marx, então, descartou a solução dada à questão judaica por

² Esquerda hegeliana era uma “corrente filosófica que marcou muitos pensadores alemães entre 1830 e 1840. Seus seguidores defendiam aspectos da filosofia de Hegel, como a dialética, e rejeitavam outros, como a unidade entre religião e filosofia” (COTRIM, 2000, p. 199).

Bruno Bauer, alegando que a emancipação meramente política, referendada pelo Estado, tal como pretendia sua tese, era insuficiente.

O que Marx reivindicava era a emancipação humana. Com essa intenção fez uma cerrada crítica aos Direitos do Homem, proclamados pela Revolução Francesa, considerada por Frederico (1995, p. 98) como um “momento histórico da completa emancipação política pela autonomização do Estado, de um lado, e privatização dos indivíduos, de outro.”

Marx (1991, p. 50) defende a tese segundo a qual os direitos humanos simbolizam a separação do homem em relação ao homem. Como simples máscara jurídica da propriedade privada burguesa, diz ele, esses direitos desconhecem o ser genérico, mas tratam de fixar os direitos civis do homem egoísta e voltado exclusivamente para os seus negócios. Esses direitos, assim concebidos, servem para consagrar “a dissolução da sociedade burguesa nos indivíduos independentes.”

É dentro desse entendimento que Marx, um defensor da liberdade plena, interpreta a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789 e lhe tece críticas, visto que, como concorda Hobsbawm (2004, p. 20), “é um manifesto contra a sociedade hierárquica de privilégios da nobreza, mas não um manifesto a favor de uma sociedade democrática e igualitária.” Em sua análise histórica acerca da Revolução Francesa, o autor sustenta que, especificamente, na famosa Declaração foram delineadas as exigências do homem burguês.

Ainda assim, sabe-se que, apesar de duras críticas contra os direitos humanos, Marx considerava um grande avanço social a conquista dos direitos civis e políticos tanto pelos judeus como para os indivíduos em geral. Todavia, deixou claro que isso não significava a última etapa da emancipação humana em geral, mas a emancipação possível no modo de produção capitalista. Nas palavras de Coutinho (1998, p. 48), ao criticar a emancipação puramente política, Marx “não está se opondo aos chamados ‘direitos do homem’ ou à emancipação política, mas sugerindo que eles devem ser dialeticamente conservados-superados através de uma forma de emancipação (ou de cidadania) ainda mais radical.”

O grande obstáculo para conquistar a emancipação humana situa-se, para Marx, na existência do Estado político, enquanto órgão ainda visto como separado da sociedade civil. Assim, é necessário conduzir a luta num plano mais amplo, visto que se pode incorrer na armadilha apontada por Marx quando ele afirma

que não adianta a emancipação humana como quer Bauer porque o judeu, obtendo plenos direitos de cidadania, como membro da sociedade civil, continuará separado do Estado.

Para Marx (1991), a emancipação política pressupõe a conservação de interesses particularistas à margem do interesse coletivo; ela implica em manter o homem preso à condição de indivíduo egoísta da sociedade civil. Em sua obra “A Questão Judaica”, embora faça pouca menção à base de sustentação do Estado, diagnostica um elemento de fundo para compreender a luta dos judeus numa perspectiva diferente da apontada por Bauer. Nela, Marx evidencia a verdadeira relação entre a sociedade civil – entendida como o conjunto das relações materiais – e a sociedade política ou o Estado, pois revela a conexão entre as duas, separadas pelo pensamento liberal.

Por conseguinte, convicto de que não bastavam reformas que mantivessem intacta a lógica burguesa, Marx passa a vislumbrar a necessidade de desencadear uma emancipação humana, envolvendo a supressão do Estado como momento de expressão da alienação do homem.

Dentro disso, tece suas críticas ao Estado capitalista moderno que, em verdade, começa até antes de “A Questão Judaica”. Já se registra quando Marx resolve lançar-se à leitura crítica de Hegel, filósofo com o qual dialoga criticamente até desmistificá-lo e, finalmente, formular uma concepção própria de Estado.

Como nos informa Frederico (1995), neste diálogo e com o propósito de desmistificar o Estado burguês³, Marx se opõe à visão idealista e conservadora de Hegel, visualizando o Estado não como produto da consciência, mas como ser material que sempre se faz acompanhar de uma pesada burocracia e de um truculento e ameaçador aparelho repressivo.

Ainda de acordo com Frederico (1995), dentro desse propósito, o pensamento de Hegel começa a ser visto como a mais legítima expressão teórica do Estado Moderno e, portanto, criticar a sua obra equivale, para Marx, criticar a própria realidade que lhe serve de referência. Na verdade, a concepção política hegeliana estabelece plenamente a distinção entre Estado e sociedade civil, mas põe o Estado como fundamento da sociedade civil e da família. Por essa lógica, a sociedade é

³ Estado burguês corresponde a um “tipo particular de Estado que converte todos os homens, independentemente de sua posição no processo de produção, em sujeitos individuais de direitos e deveres (cidadania, no plano civil), e que se organiza internamente segundo os princípios do burocratismo” (SAES, 1987, p. 88).

incorporada pelo Estado e ela só existe desde que o Estado a construa e integre suas partes.

É também idéia de Frederico (1995) que uma contraposição contundente à concepção organicista do Estado é feita por Marx, a qual, na verdade, representa o eixo da sua crítica à filosofia de Hegel sobre o Direito. Ele observa que o velho e consagrado filósofo apresenta a separação entre o Estado e a sociedade, procurando astuciosamente passar a idéia de que as duas esferas estão integradas de forma harmônica.

Marx (1991), então, acusa Hegel, responsabilizando-o por praticar a mistificação da realidade por meio de argumentos lógicos vazios de conteúdo e, também, por resvalar para um finalismo, no qual o Estado é o resultado final da caminhada. Sobre isso, Frederico (1995, p. 59) afirma:

O Estado, que tudo conduz, serve-se dos seres particulares para se desenvolver e poder reconhecer-se em seu momento de efetivação. Com isso, os seres particulares permanecem esvaziados, alienados, e só ganham sentido enquanto degraus de acesso ao Estado. Família e sociedade civil surgem assim como pressupostos do Estado, como um obscuro fundo natural onde se acende a luz do Estado.

Destarte, o jovem polemista investe contra o logicismo abstrato e, conseqüentemente, contra o esvaziamento dos seres particulares – família e sociedade civil – considerados apenas um momento do Estado. Toda essa reflexão o leva a constatar que, de um lado, as duas esferas – Estado e sociedade civil – estão entrelaçadas e que uma é a expressão da outra e, do outro, a vislumbrar que nelas existem conflito e antagonismo no lugar de integração como pretendia Hegel.

A visão integradora construída pela diluição do particular no universal não convence Marx, ao contrário, sua crítica à concepção hegeliana de Estado parte justamente da visão de conexão entre sociedade civil e estatal. O sumo dessa crítica encontra-se sintetizado no segundo prefácio de sua obra “Contribuição para a Crítica da Economia Política”, escrita no ano de 1859. Nele, Marx (*apud* GRUPPI, 1987, p. 27) afirma:

Minha pesquisa chegou à conclusão que as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser compreendidas por si sós, nem pela assim chamada evolução geral do espírito humano, mas têm suas raízes nas relações materiais da existência – cujo conjunto Hegel inclui no termo

de sociedade civil, seguindo o exemplo dos ingleses e franceses do século XVIII – e que a anatomia da sociedade civil deve ser procurada na Economia Política.

Por conseguinte, não é o Estado que funda a sociedade civil como apregoa Hegel, mas é a sociedade civil, entendida como o conjunto de relações materiais ou das relações de produção que nela estão instaladas, que explica o surgimento do Estado, seu caráter como também a natureza de suas leis.

Dessa forma, o Estado passa, na concepção marxiana, a ser a esfera na qual os interesses de uma classe impõem-se a todos como se fossem os verdadeiros interesses universais. Tal concepção, encontra-se clara no “Manifesto Comunista,” redigido por Marx e Engels em 1848. Nele lê-se:

[...] com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial a burguesia conquistou, finalmente, o domínio político exclusivo no Estado representativo moderno. O poder do Estado moderno não passa de um comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo (MARX; ENGELS, 1998, p. 10).

O Estado, portanto, é fruto de um processo pelo qual a classe que detém os meios de produção afirma todo o seu poder sobre uma determinada sociedade inteira. Em “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado,” ao desvendar aquilo que a ideologia burguesa sempre ocultou, isto é, a natureza de classe do Estado, Engels (1981, p. 193-194) reafirma:

Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. Assim, o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado [...]

De fato, para Engels (1981), o Estado é um organismo, cujo poder está voltado para afirmar a dominação da classe economicamente mais forte, tendo

em vista favorecer a concentração de riqueza nas mãos de particulares: a formação e multiplicação do capital.

Desse modo, a concepção burguesa de Estado que o situa como um árbitro neutro e acima dos interesses particulares ocupa a função de justificação ideológica do Estado existente. De acordo com Gruppi (1987, p. 25), o entendimento do que o Estado é só pode existir, verdadeiramente, quando houver uma apreensão de seu conteúdo de classe, algo que a burguesia não pode permitir, pois “significaria denunciar que o Estado burguês, mesmo em sua forma mais democrática, é, na verdade, a dominação de uma minoria contra a maioria; seria admitir que essa liberdade não é a liberdade para todos; que essa igualdade é puramente formal, não real, para a maioria dos cidadãos.”

A justificação ideológica deve ser desvendada saindo da esfera do mercado para as relações de produção. É esse o espaço no qual se materializa a mais-valia, sendo principalmente no “O Capital” que se encontra a chave para compreender os fundamentos dessa relação. Nesse sentido, Marx (1971, *apud* BERTERO 2002, p. 132-133) afirma:

Ao separar as pessoas em proprietárias e não proprietárias, a relação jurídica não só viabiliza a organização do mercado de trabalho como regulamenta a troca entre o capitalista e o trabalhador. A troca requer que as pessoas sejam livres e iguais. Nela, aliás, as pessoas, além de livres e iguais, gozam de liberdade e igualdade; gozam de liberdade por se dirigirem voluntariamente ao mercado; gozam de igualdade por trocarem valores equivalentes; no mercado reinam a liberdade, a igualdade, a troca; nele se tem ainda a afirmação da lei do valor. Contudo, à medida que se sai do seu âmbito e que se penetra na produção, verificam-se as ausências da liberdade e da igualdade; nesse nível, nem sequer troca há; o que há é uma simples apropriação do produto do trabalho alheio pelo capital. Se no mercado prevalecem a igualdade, a liberdade e a troca de equivalentes, na produção prevalecem a dominação e a exploração do trabalho pelo capital, personificados, respectivamente, por trabalhadores e capitalistas; prevalecem, portanto, a desigualdade e o antagonismo sociais, a não-troca e a negação da lei do valor; em resumo, tudo que se afirma no mercado é negado na produção.

Essa é uma reflexão, no cerne de cuja discussão está o entendimento de que a exploração e a dominação são fatores inerentes ao modo de produção capitalista. Evidencia-se, assim, o antagonismo de classes, antagonismo inerente a este modo de produção e que, por decorrência, só pode ser eliminado

pela sua supressão através de uma atividade revolucionária que, para Marx, só pode ser desenvolvida pela classe trabalhadora.

Como se pode observar, na teoria marxiana, a atividade revolucionária, com seus desdobramentos acerca da emancipação social e política, constitui um dos eixos centrais do seu projeto político. Além disso, nessa teoria, a transformação das condições coincide com a transformação do próprio indivíduo, em um processo que é o da auto-emancipação das classes dominadas.

Assim sendo, o proletariado, em sua luta contra a burguesia, por meio de uma revolução, se converteria em classe dominante e, como tal, suprimiria as velhas relações de produção. Ademais, junto com elas suprimiria os antagonismos de classes e as classes em geral e, com isto, aboliria sua própria dominação de classe.

Por fim, como se encontra expresso no “Manifesto Comunista”, abre-se aí a possibilidade de instalação de uma ordem social na qual, “no lugar da velha sociedade burguesa, com suas classes e seus antagonismos de classe, surge uma associação em que o livre desenvolvimento de cada um é pressuposto para o livre desenvolvimento de todos” (MARX; ENGELS, 1998, p. 29). Eis a condição para superar a emancipação puramente política, na qual o cidadão ainda é considerado como um servo do homem egoísta, passando a conquistar a emancipação humana. Vale dizer que só no comunismo existirá a liberdade plena e o pleno desenvolvimento da personalidade. Nas palavras de Marx (1991, p. 52), ditas em “A Questão Judaica”, essa liberdade é possível,

Somente quando o homem individual real recupera em si o cidadão abstrato e se converte, como homem individual, em ser genérico, em seu trabalho individual e em suas relações individuais; somente quando o homem tenha reconhecido e organizado suas ‘forces propres’ como forças sociais e quando, portanto, já não separa de si a força social sob a forma de força política, somente então se processa a emancipação humana.

A emancipação humana só vai acontecer, pois, quando o homem vencer a alienação; e o fim da alienação só é possível em uma nova sociedade. Para Marx, a emancipação humana não é cidadania no sentido liberal burguês que, como já pontuado, significa:

A condição de sujeito individual de direitos e deveres atribuída a alguém pelo Estado. Os direitos do cidadão podem ser civis – como a liberdade pessoal, a liberdade de trabalho ou a liberdade de exprimir o próprio pensamento – ou políticos – como o direito de votar ou o de se candidatar a cargos eletivos. O Estado burguês, qualquer que seja a sua forma, democrática ou ditatorial, converte todos os homens, independentemente de sua posição no processo social de produção, em cidadãos no plano civil; mas só o Estado democrático-burguês concede a todos os homens a cidadania propriamente política (SAES, 1987, p. 86).

Como evidenciamos ao longo destas páginas, a emancipação humana, de acordo com Marx (1991), é muito mais que emancipação política: é o verdadeiro exercício da condição de sujeito; de produto e produtor da história.

Porém, como já enfatizado, essa emancipação humana só poderá ocorrer em uma nova ordem social, já que ela não é totalmente possível em sociedades que têm como base a oposição entre capital e trabalho e, em decorrência, a existência de classes sociais antagônicas.

Por outro lado, sabe-se que esta nova ordem social é uma construção histórica que, portanto, só se viabilizará com a vitória das classes trabalhadoras na luta de classes. Entendendo que essa vitória depende do envolvimento efetivo de todos e de cada um, abordamos a seguir a participação popular.

1.3 PARTICIPAÇÃO POPULAR: UM ESPAÇO NA CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

Historicamente, o tema da participação tem uma longa tradição de estudos e análises em que vários teóricos fundamentam o sentido atribuído à sua tematização. Em “Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica” diz Gohn (2001) que o estudo científico sobre participação remonta ao século XVIII, com formulações de Jean-Jacques Rousseau, de teóricos do liberalismo como John Stuart Mill e Alexis de Tocqueville, seguidas, no século XIX, pelos socialistas utópicos, em especial Owen e Fourier e os socialistas libertários como Proudhon e Kropotkin. Também neste período localizam-se Marx e Engels que deram origem a uma

tradição analítica que gerou um paradigma, fundamentado na teoria da auto-emancipação do proletariado, denominado marxismo.

No século XX, o leque de autores que seguiram esta última corrente amplia-se enormemente. Nela destaca-se nomes como Trotsky, Lenin e Rosa Luxemburgo ao teorizarem sobre a participação das massas; Gramsci ao analisar os conselhos de fábrica da Itália. Após 1950, Gorz, Mandel, Poulantzas e outros dão continuidade àquele paradigma.

Este rol de pensadores, aqui apontado apenas superficialmente, já indica que o tema participação não foi tratado historicamente sob uma mesma perspectiva teórico-política. Ao contrário, existem diferentes formas de entender a participação e, portanto, de buscar viabilizá-la no plano da prática cotidiana da sociedade civil e da esfera estatal.

Abordando esta questão, Gohn (2001) afirma que na concepção liberal, dados os pressupostos básicos do liberalismo, a participação visa o fortalecimento da sociedade civil, não para que ela participe da vida do Estado, mas para que tenha condições de evitar interferências do Estado na vida dos indivíduos. O ideal do liberalismo objetiva sempre reformar a estrutura da democracia representativa e melhorar a qualidade da democracia no regime capitalista. A participação liberal baseia-se, portanto, em um princípio da democracia segundo o qual os membros da sociedade são iguais e livres.

Já nas formas revolucionárias, sustenta a autora, a participação estrutura-se em coletivos organizados, na luta contra a exploração e a dominação e pela divisão do poder político. Dependendo da conjuntura política, poderá esta participação realizar-se de acordo com o ordenamento jurídico em vigor e desenvolver-se por canais paralelos ou, ainda, utilizar os canais institucionais, reativando-os, já que a luta tem diferentes arenas: o parlamento e os aparelhos burocráticos do Estado. O sistema partidário é um ator fundamental nessa concepção, pois tem como missão formar quadros para uma participação qualificada nos espaços citados.

Usualmente, a interpretação radical sobre a participação engloba teóricos e ativistas que questionam e buscam substituir a democracia representativa por outro sistema, em muitos casos pela denominada “democracia participativa”. Os teóricos, como Marx, Engels e Lenin, do paradigma radical “defendem o controle do poder nas mãos da população, o qual implica uma redistribuição total do poder”

(CORI, 1990, *apud* GOHN, 2001, p. 18). Essa é uma abordagem inspirada na tradição marxista, cujo conceito de participação deve ser tratado de forma articulada a duas outras categorias de análise: lutas e movimentos sociais. Não se trata do estudo das revoluções em si, diz Gohn (2001, p.25), mas do “processo de luta histórica das classes e camadas sociais em situação de subordinação. As revoluções são pontos desse processo, quando há ruptura da ‘ordem’ dominante, quebra de hegemonia do poder das elites e confrontação das forças sociopolíticas em luta, ofensivas ou defensivas.”

A concepção democrático-radical é outra forma de participação apontada pela autora, a qual visa fortalecer a sociedade civil para a construção de caminhos que apontem para uma nova realidade social, sem injustiças, desigualdades, discriminações e outros mecanismos de exclusão social. O pluralismo⁴ é a marca dessa concepção. Logo, os partidos políticos não são mais importantes que os movimentos sociais, e os agentes de organização da participação social são múltiplos.

Nesta concepção, os entes principais que compõem os processos participativos são vistos como “sujeitos sociais” e os indivíduos são considerados “cidadãos”. Não se trata, portanto, de indivíduos isolados e nem de indivíduos membros de uma dada classe social. A participação articula-se com o tema da cidadania. Participar é visto como criar uma cultura de dividir as responsabilidades com a comunidade. Essa última é vista como parceira, como co-responsável permanente, não apenas como um ator coadjuvante em programas esporádicos.

A participação envolve também lutas pela divisão das responsabilidades dentro do governo. Essas lutas possuem várias frentes, tais como a constituição de uma linguagem democrática não excludente nos espaços participativos criados ou existentes, o acesso dos cidadãos a todo tipo de informação que lhes diga respeito e o estímulo à criação e desenvolvimento de meios democráticos de comunicações. No Brasil, na última década, lembra a autora, várias experiências se constituíram sob a inspiração dessa forma de participação, a

⁴ Entende-se pluralismo como conjunto de idéias segundo as quais os sistemas políticos, culturais e sociais devem ser concebidos como integrados por uma multiplicidade de grupos autônomos, porém, interdependentes ou ser interpretados em função de uma multiplicidade de fatores. Corresponde também à concepção sobre a validade moral da autonomia e da multiplicidade nos grupos sociais ou ao reconhecimento de que essas qualidades levam o conjunto desses grupos a constituírem uma forma importante de ordem moral (Silva e Neto, 1986). Para uma análise mais detalhada sobre o assunto ver Coutinho (1991) e Tonet (1995).

exemplo dos programas e fórum do Orçamento Participativo, assim como diferentes fóruns de participação popular do meio ambiente e outros.

Pelo exposto, observa-se que a idéia de participação, como já assinalado, aparece informada por concepções teórico-políticas distintas, até mesmo dentro da concepção liberal. Assim, para entender o seu significado é fundamental que se leve em conta as perspectivas informadoras de cada uma das formas apresentadas para extrair as diferenças.

Nesse sentido e, a nosso ver, a única que faz a diferença é a forma revolucionária, visto que ela se estrutura em coletivos organizados e na perspectiva de lutar contra as relações de dominação e pela divisão do poder político através da derrubada do Estado capitalista. Por isso, concordamos com Saes (2001, p. 128), quando ele diz: “contrariamente a uma parte da esquerda ocidental, que nutre a esperança de ver implantada uma ‘democracia radical’ nas próprias sociedades capitalistas, pensamos que só a destruição do poder político da classe capitalista abre o caminho para a formação de uma democracia participativa.”

Neste nosso posicionamento não desconsideramos que a concepção democrático-radical luta por fortalecer a sociedade civil, apostando, conseqüentemente, na democratização do Estado. Porém, ela não pressupõe uma ruptura com a ordem política capitalista, de modo que em última instância, acaba contribuindo para o mesmo fim almejado na concepção liberal, ou seja, a manutenção da realidade posta.

Vários são os autores, hoje, que se orientam por essa linha democrático-radical que vai ao encontro da cidadania defendida pelo Estado de Direito⁵. Um dos exemplos que evidencia esse raciocínio pode ser encontrado no livro “A Cidadania Ativa”, de Benevides (2003), que mostra porque o sistema representativo exclusivo não traduz as aspirações do povo ao propor o caminho da democracia semidireta⁶ para recuperar a soberania popular. A autora não diz em

⁵ Estado de Direito quer dizer uma sociedade que funciona através do reconhecimento de direitos e deveres. Chama-se “Constituição” a carta que contém tais direitos e deveres, codificados de modo formal (DEMO, 2001, p. 119). Para Vieira (1992, p. 9), “um Estado de Direito efetivamente exercido se sustenta em certos princípios válidos em qualquer país onde a liberdade prevalece sobre a autoridade. Tais princípios são poucos e fundamentais: o império da lei, a divisão de poderes, a legalidade da administração e a garantia dos direitos e liberdades fundamentais. O Estado de Direito impõe a condição de que a lei se origine de um órgão popular representativo, que expresse a vontade geral. Impõe mais: que a lei comum se relacione e se subordine a uma constituição.”

que sistema político isso ocorre, ou melhor, não responde à questão fundamental, qual seja, em que consiste, afinal, a participação popular, deixando-nos com outro questionamento igualmente fundamental: é possível a soberania popular em uma sociedade capitalista, cuja base esteja exatamente no domínio econômico e político-ideológico de uma classe sobre a outra?

Essas são, fundamentalmente, as principais críticas à participação popular inspirada na concepção democrático-radical, visto que, não obstante a sua pretensão de buscar a radicalização da democracia em todas as esferas da sociedade e do Estado, ainda assim mantém intacto o poder político da classe dominante. Por conseguinte, sem a ruptura com a ordem política capitalista, a participação jamais será um instrumento apto para conquistar a soberania popular. Essa possibilidade, no nosso entendimento, só é possível, como bem mostra Luxemburgo (1991), nas formas revolucionárias da participação. Vale lembrar que a pensadora também combateu posições políticas que afirmavam ser a revolução socialista incompatível com os mecanismos das instituições democráticas como o sufrágio universal e a presença de organismos representativos do conjunto da população. Para ela, porém, a participação das massas organizadas, única força que pode construir coletivamente um espaço de não sujeição ao capital, pode alterar a função dos parlamentos e convertê-los em instrumentos da transformação social, na crença de que a superação do capitalismo representa a única alternativa à queda da humanidade na barbárie.

Luxemburgo, citada por Loureiro (1999), então, segue de perto os ensinamentos de Marx, segundo o qual era por meio da práxis revolucionária que os homens transformavam, simultaneamente, o mundo e a si mesmos. Disso segue que, em todo o seu pensamento, está presente a importância da conscientização das massas, não sem propósito, mas porque se acredita na capacidade das massas de se auto-emanciparem, à medida que exercitam o poder por si mesmas. A teórica pioneira do socialismo democrático, como ficou conhecida em virtude da sua defesa intransigente da autonomia criadora das massas contra o burocratismo paralisante das organizações, enfatiza, incansavelmente, a

⁶ Democracia semidireta consiste na associação do sistema representativo – eleições - com mecanismos institucionais de participação direta tal como: referendo, plebiscito e iniciativa popular legislativa.

necessidade de conquistar progressivamente o poder pela base e não por meio de uma vanguarda dotada de consciência “iluminada”.

Mas, para Luxemburgo, citada novamente por Loureiro (1999), não há uma única forma de organização, determinada de uma vez por todas. A luta de classes, no seu desenvolvimento incessante, inventa a cada passo novas formas para os “de baixo” se organizarem. Vale enfatizar que uma dessas formas de organização, a qual vem ampliar o arsenal à disposição dos trabalhadores, são os conselhos.

No Congresso de Fundação do Partido Comunista Alemão, em fins de dezembro de 1918, Luxemburgo defendeu os conselhos como fundamento da democracia. Eis a sua pronúncia:

[...] o que faz, o que pode fazer, o que deve fazer cada conselho de operários e soldados em toda a Alemanha? É aí que reside o poder; devemos solapar o Estado burguês a partir da base, não separando mais por todo lado os poderes públicos, não separando legislação e administração, mas unindo-as, pondo-as nas mãos dos conselhos de operários e soldados. A massa precisa aprender o poder, exercendo o poder. Não há nenhum outro meio de lhe ensinar isso [...]. As massas são educadas quando passam à ação. No princípio era a ação, é aqui a divisa; e a ação consiste em que os conselhos de operários e soldados se sentem chamados a tornar-se o único poder público em todo o país e aprendem a sê-lo (LUXEMBURGO, *apud* LOUREIRO, 1999, p. 39).

Gohn (2001), conforme podemos ver nos parágrafos seguintes, visando resgatar formas históricas de conselhos registra os que se tornaram mais famosos: a Comuna de Paris, os conselhos dos sovietes russos, os conselhos operários de Turim, alguns conselhos na Alemanha nos anos de 1920, conselhos na antiga Iugoslávia nos anos de 1950 e conselhos atuais na democracia americana, entre outros.

A Comuna de Paris foi um governo de trabalhadores que vigorou por dois meses na França, em 1871. É considerada por muitos historiadores como a primeira experiência histórica de autogestão operária por meio de conselhos populares. Segundo Hobsbawm (1982, p. 184), foi um governo insurrecional de trabalhadores em uma única cidade e “foi importante não apenas por aquilo que realizou, como por aquilo que anunciou; era mais formidável como um símbolo do que como um fato.”

A Comuna propunha demolir toda a organização do trabalho capitalista, a fim de substituí-la por uma organização nova. As oficinas da Comuna foram modelos de um tipo de democracia popular. Elas fixavam salários, jornada de trabalho, escolha das chefias etc., com a participação de todos os trabalhadores organizados em comitês. No âmbito da cidade, existiam comitês de bairros que cuidavam da instrução pública. A Comuna foi uma experiência de solidariedade em tempo de guerra e, assim, ser um cidadão era ser um combatente, estar no campo de batalha.

A importância de registrar a experiência da Comuna como um grande legado histórico das lutas populares, afirma Gohn (2001), está no fato de que ela inaugurou a autogestão da coisa pública pelos próprios mandatários, a possibilidade da participação direta da população na gestão da cidade e, principalmente, a possibilidade da gestão pública estatal, articulada com a gestão da produção, em um projeto político emancipatório.

Existe uma memória histórica coletiva da experiência de gestão pelos conselhos de operários. Ela é parte integrante da luta de setores oprimidos por sua emancipação econômica, política, social e cultural. Os conselhos operários rejeitavam a lógica do capitalismo, buscavam outras formas de poder autônomo, descentralizado, com autodeterminação.

Os sovietes russos nasceram em São Petersburgo em 1905. Foram recriados em fevereiro de 1917, pela revolução socialista, antes que qualquer partido lançasse palavras de ordem. Eram organismos de classe, compostos por operários, soldados e intelectuais revolucionários. Após 1917, os partidos políticos, os sindicatos e as associações voluntárias foram perpassados pelos sovietes que passaram a desempenhar tarefas públicas, outrora responsabilidades do Estado tais como as da área de saúde e da manutenção da segurança pública. A tarefa mais avançada foi a direção de processos de produção. Os sovietes russos tiveram grande desempenho entre 1917 e 1918.

Os conselhos operários na Alemanha surgiram em meio à profunda crise gerada pelo movimento de maio de 1918, ocasião em que ocorreu a queda geral das estruturas institucionais. Luxemburgo é a grande figura de destaque no debate sobre os conselhos alemães. Ela defendia a atuação de conselhos nas fábricas não somente como órgãos de autogestão econômica, mas também como

órgãos de administração com funções municipais, educativas e outras. Os conselhos alemães locais sobreviveram até 1923.

Na Itália, partindo da crítica às instituições dos partidos e dos sindicatos, Gramsci e Bordiga (1981) viam os conselhos operários, especialmente os conselhos de fábrica, como alternativas possíveis de participação; formas modernas de organização, encontradas em condições de divisão do trabalho avançadas, com a indústria e a urbanização desenvolvidas.

A experiência mais famosa quanto a conselhos no pós-guerra, em países socialistas, foi, conforme cita Valadares (1983), a então Iugoslávia. Nesse país, a questão surgiu associada à autogestão. Os comitês de libertação surgidos espontaneamente após a Segunda Guerra Mundial, como instituições de governo alternativo, foram a origem dos conselhos iugoslavos.

Nos Estados Unidos, a partir das suas origens históricas baseadas em comunidades em que a ajuda mútua era uma constante, a experiência dos conselhos é bastante diferenciada. Lá os conselhos proliferaram por meio do desenvolvimento de grupos e comunidades de interesses. A democracia participante tem sido o fundamento ideológico de milhares de pessoas que se unem, formam associações e movimentos objetivando constituir grupos de pressão na defesa dos seus interesses. O sistema é uma combinação de democracia direta com princípios da representação por intermédio de delegados.

No Brasil, a questão da participação política é um tema presente desde o tempo das lutas da Colônia contra a metrópole, passando pelas lutas contra a escravidão e pelo sindicalismo anarquista nas primeiras décadas do século XX. Todavia, a participação dos indivíduos nos processos de elaboração de estratégias e de tomada de decisão só irá aparecer na década de 1980, associada ao surgimento de “novos movimentos sociais”⁷ em busca da democratização da sociedade brasileira.

Nesse período, como recorda Gohn (2001), a participação popular era um termo recorrente e foi definida como esforços organizados que deveriam

⁷ Segundo Paz (2002, p. 18), “a expressão ‘novos movimentos sociais’ foi utilizada pelo sociólogo Alain Touraine, em 1978, como forma de denominar a emergência de novos ‘sujeitos da história’. Vários autores utilizaram-se da expressão, conceituando os novos movimentos sociais a partir de estudos conjunturais, e com categorias de análise como política, cultura, identidade, subjetividade, cotidiano, autonomia, sujeitos coletivos, representações coletivas, solidariedade, redes sociais. Entre os autores destacam-se Touraine, Félix Guattari, Cornelius Castoriadis, Albert Melucci, Tilman Evers, Jürgen Habermas. A partir dos anos 1980, observa-se que estes autores influenciaram a produção latino-americana sobre movimentos sociais, em particular a brasileira”.

surgir, fundamentalmente, da sociedade civil organizada em movimentos e associações comunitárias. O povo, os excluídos dos círculos do poder dominante, eram os agentes e os atores básicos da participação popular, os quais lutavam pelo acesso e reconhecimento dos direitos sociais, econômicos e políticos.

Por conseguinte, a conjuntura política da década de 1980 construiu outras dimensões para a categoria participação. Para os que estavam engajados na busca de redemocratização do Estado, inicialmente, o processo concentrou-se na questão dos conselhos.

Vale lembrar que os conselhos populares foram propostos por setores da esquerda e de oposição ao regime militar na segunda metade da década de 70, durante a crise da ditadura militar. Disso segue que, na gestão pública, o tema surgiu inspirado, de um lado, por experiências inovadoras no campo das gestões municipais em que a participação popular era uma das diretrizes básicas, tal como foi a experiência de Conselho de Pais de Lages, em Santa Catarina ou Conselho de Desenvolvimento Municipal de Boa Esperança, no Espírito Santo. De outro lado, surgiu inspirado por práticas oriundas dos movimentos sociais como os conselhos populares de Campinas, no início dos anos 1980, e o de Saúde da Zona Leste de São Paulo, criado em 1976, a partir do trabalho de profissionais da saúde daquela região, articulados ao Partido Comunista.

Ainda segundo a autora, em 1988, o resultado das eleições municipais recolocou a temática dos conselhos na pauta das discussões. A vitória do Partido dos Trabalhadores em várias cidades importantes como São Paulo, Campinas, Santo André e outras, abriu a possibilidade de antigas propostas dos movimentos populares, relativas à participação na gestão da cidade, virem a se concretizar. No entanto, em São Paulo, durante a gestão da ex-prefeita Luíza Erundina (1989 – 1992), a questão da criação dos conselhos não foi tão simples, porque haviam várias propostas e muitas questões polêmicas. As principais que estiveram envolvidas no debate foram:

A definição do papel dos conselhos populares, seu caráter e objetivos; sua competência e atribuições; as formas de organizá-los e sua composição. Para alguns, os conselhos populares seriam instrumento para viabilizar propostas e projetos mais abrangentes que apontassem para uma nova sociedade, para outros, os conselhos seriam formas de transformar a administração pública [...] (GOHN, 2001, p. 78).

Já o ex-prefeito pelo PT de Santo André Celso Daniel (1989 – 1992), em seu artigo “Gestão Local e Participação da Sociedade” publicado em 1994, chamava atenção para o fato de não se restringir o debate sobre a participação popular à questão dos conselhos. Para ele, as experiências demonstravam que os espaços de participação eram muito mais amplos do que os que envolviam os conselhos, institucionalizados ou não. Esses espaços eram, segundo ele, canais de participação criados pelo Estado em nível local, com vistas a servir de ponte entre Estado e sociedade. Por seu turno, os referidos canais assumiam, na prática, as mais variadas denominações, como fóruns e comissões. Com bastante frequência, eles eram chamados de conselhos, dos mais diversos tipos: conselhos municipais de cunho setorial, como saúde, educação, transporte e outros; conselhos de natureza geral, como o de orçamento.

Sem dúvida, o discurso de Daniel refletia a linha traçada pelo PT, segundo o qual, no que se refere à participação popular “valoriza a democracia representativa” (SINGER, 2001, p. 42). De acordo com o autor, essa participação deve ocorrer por meio de conselhos gestores de empresas e serviços públicos; de plebiscitos, referendos e consultas; dos conselhos populares organizados nas fábricas, nos bairros e no campo; e do orçamento participativo, a experiência de participação direta mais conhecida dentre as praticadas pelas administrações petistas.

Em Porto Alegre, cidade na qual a prática do orçamento participativo teve início em 1990, com a gestão petista de Olívio Dutra, a Lei Orgânica do Município (LOM) prevê, desde então, a possibilidade de que a sociedade intervenha na preparação do Orçamento. Nesse sentido, diz o artigo 16 da LOM porto-alegrense: “Fica garantida a participação da comunidade, a partir das regiões do município, nas etapas de elaboração, definição e acompanhamento da execução do plano plurianual, de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual” (GENRO; SOUZA, 1997, p. 48).

Singer (2001) sustenta que o princípio do Orçamento Participativo é simples, ainda que a sua implementação seja complexa e tome formas variadas. A idéia é que na confecção da proposta orçamentária pelo Executivo, no decorrer do ano, organizem-se plenárias distritais em que a população defina para onde e para que devem destinar-se os recursos arrecadados pelo município.

Como o orçamento é uma peça integrada, em que terão de entrar as diferentes prioridades setoriais, as decisões locais precisam convergir para um fórum comum. Há uma multiplicidade de formas para fazê-lo. Genro e Souza (1997, p. 60) mostram que em Porto Alegre, a cidade foi dividida em 16 regiões. Cada uma, depois de reunir-se e deliberar por alguns meses, enviava dois representantes para o Conselho do Orçamento Participativo (COP) que elaborava, “em co-gestão com o governo, o orçamento público e o plano de obras para o ano seguinte”.

Do ponto de vista político, o Orçamento Participativo (OP) foi a grande inovação introduzida no cenário brasileiro que, historicamente, apenas conheceu a política autoritária e elitista. Não obstante tal inovação, observa Singer (2001) que o OP já foi motivo de críticas e a principal é que, embora tenha nascido como uma proposta de participação direta, acabou por converter-se em um mecanismo de representação. Ou seja, os Conselhos de Orçamento Participativo seriam, na prática, um modo alternativo de representação, no qual, em lugar de todos os eleitores elegerem mandatários, apenas os que participam das reuniões poderiam fazê-lo.

Concernente às experiências mais recentes no Brasil, Rodrigues (2001) também entende que, mesmo os processos de representação direta, num determinado momento, acabam trabalhando, da mesma forma, com representações delegadas. Diante disso, o autor indaga:

[...] como trabalhar essa contradição de modo a evitar um determinado vício burocratizador de processos em que representantes ‘eternos’ de organizações governamentais ou não-governamentais acabem por representar ‘eternamente’, como se tivessem legitimidade também eterna para falar em nome do povo? (RODRIGUES, 2001, p. 28).

Para entender a razão da sua indagação é importante ressaltar que Rodrigues (2001, p. 27), prefeito por dois mandatos pelo PT de Belém do Pará, no período de 1997 e 2004, é defensor do “fim de qualquer medo de ter o povo como sujeito político.” Deve-se, diz ele, “ampliar ao máximo a participação decisória do povo”.

Na verdade, toda reflexão acerca do quadro acima chama a atenção para um aspecto de fundo e, essencialmente, político: enquanto os conselhos socialistas ou as experiências revolucionárias da primeira metade do século XX

ocorreram no setor da produção, os conselhos de cidadãos, nas democracias ocidentais, caracterizam-se como organismos de pressão da sociedade civil e atuam como lobbies de pressão, ou como estruturas auxiliares da administração pública.

Ao indicar uma alternativa para os trabalhadores, Navarro (2002) sugere que a solução está em reivindicar solidariedade e políticas sociais de abrangência universal. Porém, o autor é claro quando afirma que as reivindicações populares e os direitos humanos não podem ser satisfeitos, nem realizados plenamente, caso não se intervenha no processo de produção, introduzindo novamente o conflito com a lógica do capital.

A mesma posição foi defendida por Deutscher (1967, *apud* MÉSZÁROS, 1987, p. 13-14) quando escreveu que “um impasse indefinidamente prolongado e garantido através de um equilíbrio nuclear permanente, por certo levará as classes em conflito e as nações à sua ruína comum e fatal. A humanidade necessita de unidade para sua simples sobrevivência; onde poderá encontrá-la senão no socialismo?”

Historicamente, sabe-se que a proposta do socialismo nasceu em contraposição às desigualdades econômicas, sociais e políticas geradas no processo de desenvolvimento e expansão do capitalismo. Esse é o ponto de partida para se compreender o socialismo que, conforme recorda Fernandes (1991, p. 19), significa:

[...] superação e supressão da força de trabalho como mercadoria; da propriedade privada dos meios de produção; da separação entre trabalho manual e intelectual; da divisão do trabalho; da exploração do homem pelo homem; da deformação da educação para servir à hegemonia ideológica das classes dominantes [...] O socialismo aspira a que a 'era de descoberta e penetração no espaço sideral' abra à Humanidade novos horizontes de aperfeiçoamento da qualidade de vida e de compreensão da posição dos seres humanos no cosmos, evitando-se as tragédias que se seguiram à era dos descobrimentos marítimos.

Com essa formulação o autor esclarece que o alvo dos socialistas não é apenas uma mudança na propriedade privada, mas sim a sua destruição. Não se trata de atenuar os antagonismos de classe, mas de abolir as classes; enfim, não se trata de melhorar a sociedade existente, mas sim de criar uma sociedade nova. Para Fernandes (1991), essas palavras refletem os ensinamentos de Marx e de Engels e nunca perderão sua atualidade enquanto sobreviver o capitalismo, já que

este, por mais que progrida, não elimina a propriedade privada, e, em decorrência, não suprime as classes e as desigualdades de classe, forjando uma sociedade instituída sob liberdade maior, isto é, liberdade com igualdade, de democracia integral.

Nesta mesma linha, escreveu Przeworski (1989, p. 289) que o socialismo não é o mundo da bem-aventurança universal, tampouco uma garantia de felicidade, mas é uma sociedade livre de alienação. Dessa forma, segundo o cientista político, a abolição do capitalismo é uma necessidade não porque essa seja a lei da história, mas somente porque “o capitalismo impede-nos de nos tornarmos o que quer que possamos nos tornar quando somos livres.”

Eis a essência da nova sociedade que deve se pôr como meta da luta dos trabalhadores a ser conquistada com a efetiva participação da massa, residindo aí a importância da existência da participação popular. Como reforça Przeworski (1989), desde meados do século XIX, já há mostras de que o projeto dos primeiros socialistas em edificar uma sociedade dentro da sociedade em completa independência com relação ao mundo burguês não bastava. Fazia-se necessária a organização do operariado enquanto classe e, conseqüentemente, em um partido político, através do qual seria possível conquistar o poder político e atingir o objetivo de instalar uma nova ordem social.

Hoje, quase dois séculos passados, observamos que nem sempre um partido político socialista tem atuado na perspectiva apontada por Marx. Entender a razão pela qual originam-se os eventuais desvios de rumo que causam conseqüentes transtornos ao movimento socialista será o que se pretende no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

2 ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA DA CLASSE OPERÁRIA

2.1 MOVIMENTO OPERÁRIO SOCIALISTA INTERNACIONAL

Como se assinalou anteriormente, Marx, no decorrer da evolução do seu pensamento, começa defender a necessidade da organização do proletariado em partido político como condição para a conquista do poder político.

Na realidade, outras organizações como a Liga dos Comunistas, a qual foi concebida por Marx e Engels como gérmen, núcleo do partido, e a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), conhecida como I Internacional, foram decisivas na criação do partido socialista. Nesse sentido, já em 1871, a I Internacional manifestava-se oficialmente a favor da constituição da classe trabalhadora em partido político. No ano seguinte, o Congresso de Haia aprovou uma resolução que, na verdade, representava a síntese da experiência prática da AIT, no período. A resolução aprovada afirmava:

Em sua luta contra o poder unificado das classes possuidoras, o proletariado só pode agir como classe organizando-se em partido político autônomo que se opõe a todos os outros partidos constituídos pelas classes possuidoras. A constituição do proletariado em partido político é indispensável para garantir o triunfo da revolução social e do seu objetivo supremo: a abolição das classes. (MARX; ENGELS, *apud* OZAÍ, 1996, p.36).

Segundo Ozaí (1996), em seu estudo “Partido de Massas e Partido de Quadros: a Social-Democracia e o PT”, no início da sua existência, os partidos operários europeus, formados no século XIX, buscavam integrar as massas da forma mais ampla possível. Sublinha-se que essa era uma questão central em partidos de orientação socialista, de modo que Marx e Engels (*apud* OZAÍ, 1996, p. 50) afirmavam: “O fundamental é a inserção no movimento real dos operários.”

Tal propósito é mantido por eles em todo o percurso das suas lutas, o que confere uma profunda autenticidade entre o seu pensamento e a forma como tratavam a questão do partido. Este, como mostra Ozaí (1996, p. 3), sob a ótica de Marx e Engels, “confunde-se com o movimento da classe. Sua construção nada mais é do que a fusão da teoria revolucionária com a realidade concreta do movimento social.” Marx, portanto, foi um pensador voltado à práxis revolucionária, à transformação da realidade.

Este projeto político marxiano teve seu prosseguimento com Engels e, em 1917, com a revolução russa, foi finalmente tentado concretamente, tendo entre os principais expoentes Lênin e Trotski.

De acordo com Loureiro (1999), nesta conjuntura histórica assiste-se nos meios socialistas uma grande polêmica na qual estão envolvidos representantes de diferentes posicionamentos, reunidos na II Internacional⁸, acerca do legado marxiano. Trata-se de uma posição revisionista⁹ em relação a esse legado, defendido principalmente por Edward Bernstein, dirigente do Partido Social Democrata Alemão (SPD), o maior partido operário do ocidente e modelo para a esquerda à época, o que lhe permitia, por isso, uma hegemonia na definição dos rumos fixados na II Internacional.

Vale salientar que a idéia de propor a revisão do marxismo foi desenvolvida no contexto do crescimento relativamente pacífico do capitalismo alemão e da conquista de maiores liberdades democráticas, fatores que propiciaram um avanço eleitoral sem precedentes para a social-democracia. Essa idéia levou muitos dirigentes a alimentar a esperança de que houvesse outra alternativa para a conquista do socialismo que não fosse a via revolucionária, iluminando também o posicionamento de Bernstein, assim sintetizado por Buonicore (1999, p. 16):

⁸ Internacional socialista fundada em 1891 e que teve como fator primordial de desarticulação o debate em torno da adesão ou não à Primeira Guerra Mundial.

⁹ Segundo Bottomore (1988), revisionismo refere-se às reavaliações e reformulações críticas das idéias de Marx e, em particular, das que diziam respeito ao desenvolvimento do capitalismo e à natureza de uma transição para o socialismo. Obteve grande voga no debate revisionista iniciado pelos artigos de Edward Bernstein sobre os problemas do socialismo, nos quais ele tentou “tornar claro simplesmente onde Marx está certo e onde está errado”. No decorrer desse debate, o revisionismo acabou identificado com o reformismo e com o abandono das metas revolucionárias, ou mesmo de qualquer compromisso forte com a realização do socialismo.

O desenvolvimento do capitalismo não levaria à monopolização crescente da economia, mas à sua democratização, com o aumento do número de proprietários via introdução das sociedades por ações. Esta tendência produziria um fortalecimento das classes médias, eliminando as previsões “catastróficas” de Marx sobre o choque inevitável entre burgueses e proletários.

Essa análise levou os revisionistas a elaborar uma nova tática que privilegiava a forma parlamentar de governo, o Estado de direito democrático e a luta sindical. Para Bernstein, a social-democracia não almejava proletarizar a sociedade, mas, através do voto, elevar os proletários à condição de cidadãos. A luta sindical por melhores condições de trabalho e salários seria, por sua vez, o instrumento privilegiado para, a partir de reformas econômicas, conduzir a sociedade capitalista ao socialismo.

Ozaí (1996) afirma que Rosa Luxemburgo, na condição de membro do Partido Social Democrata Alemão (SPD) e de figura expressiva no movimento socialista internacional, foi uma das primeiras vozes a insurgir contra tais teses que contradiziam a essência do marxismo revolucionário. O autor lembra que Rosa Luxemburgo, contrapondo essa tendência reformista no interior da social-democracia, em 1898, publicou no *Leipziger Volkszeitung* os artigos “Reforma Social ou Revolução”, uma polêmica pela qual tornou-se ainda mais conhecida e respeitada no interior do Partido Social Democrata Alemão.

Sempre muito contundente nos seus escritos e embates políticos, escreveu Luxemburgo (1986) que a política apregoada por Bernstein visava o abandono da revolução social, fazendo, inversamente, da reforma social, de simples meio de luta de classes, o seu fim. Portanto, ela não negava o papel da reforma, mas acreditava que entre a reforma e a revolução devia haver um elo indissolúvel e, por isso, dava ênfase ao vínculo existente entre ambas:

Reforma social ou revolução? Pode, portanto, a social-democracia opor-se às reformas sociais? Ou pode impor a revolução social, a subversão da ordem estabelecida, que é seu objetivo social último? Evidentemente que não. Para a social-democracia lutar dia-a-dia, no interior do próprio sistema existente, pelas reformas, pela melhoria da situação dos trabalhadores, pelas instituições democráticas, é o único processo de iniciar a luta da classe proletária e de se orientar para o seu objetivo final, quer dizer: trabalhar para conquistar o poder político e abolir o sistema salarial. Entre a reforma social e a revolução, a social-democracia vê um elo indissolúvel: a luta pela reforma social é o meio, a revolução social o fim (LUXEMBURGO, 1986, p. 23).

Com essa análise que a respaldava nos acirrados embates políticos, Luxemburgo contribuiu para que as teses reformistas fossem rejeitadas pela maioria dos partidos social-democratas europeus, não obstante continuassem a exercer grande influência sobre vários de seus dirigentes que as retomariam em outras ocasiões.

Luxemburgo também ofereceu contribuições significativas ao debate sobre a questão do partido político. Mais precisamente no início de 1904 publicou “Questões de Organização da Social-Democracia Russa”, artigo escrito a pedido da *Iskra*, o órgão do Partido Operário Social-Democrata Russo (POS DR).

Neste artigo, contra o que considerou o excessivo centralismo de Lênin em relação ao partido, defendeu a idéia de que as direções têm um papel insignificante na elaboração da tática. Para ela, esta é muito mais resultado de grandes atos criadores da luta de classes, na maior parte das vezes espontânea, que invenção dos dirigentes. Significa dizer que a iniciativa pertence às massas e não ao partido. Em sua concepção, a capacidade revolucionária da massa tem papel prioritário na relação com o partido, mas este, dizia ela, também tem um papel a desempenhar.

Assim, no entender de Luxemburgo, o partido tem por fim esclarecer, explicar e antecipar a evolução do processo revolucionário, considerando que ele possui

A visão de conjunto do processo de desenvolvimento capitalista e, por conseguinte, do lugar que nele ocupa a classe revolucionária. Mas o partido não pode agir no lugar das massas, não pode substituí-las, como se fosse um pequeno exército bem treinado que na hora combinada derruba o poder constituído e ocupa o seu lugar (LUXEMBURGO, *apud* LOUREIRO, 1999, p.34).

A pensadora, na verdade, sempre teve uma confiança enorme na capacidade das massas. Acreditava que somente as massas organizadas e em mobilização iriam fazer as mudanças. Esse era o seu grande ideal, a partir do qual buscou fundamentar a sua crítica à teoria leninista de partido, nela identificando Lênin com as posições ultracentralistas da social-democracia. Por esta forma, considerava que o ponto de vista leninista é o de rude centralismo, cujo princípio vital consiste

Por um lado, em salientar fortemente a separação entre os grupos organizados de revolucionários declarados, ativos, e o meio desorganizado – ainda que revolucionário e ativo – que os cerca. Por outro lado, consiste na rigorosa disciplina e na interferência direta, decisiva e determinante das autoridades centrais em todas as manifestações vitais das organizações locais do partido. Segundo esta concepção, o comitê central tem, por exemplo, o direito de organizar todos os comitês parciais do partido e, por conseguinte, também o de determinar a composição pessoal de cada uma das organizações locais [...]; ele pode dar-lhes estatutos locais inteiramente prontos, pode dissolvê-las e reconstituí-las totalmente por decreto e, por fim, desta maneira, influenciar indiretamente na composição da mais alta instância partidária, o congresso. Assim, o comitê central aparece como o verdadeiro núcleo ativo do partido, e todas as demais organizações apenas como seus instrumentos executivos. (LUXEMBURGO, 1991, p. 40-41).

Luxemburgo temia que essa concepção centralizadora de Lênin sufocasse e controlasse a atividade do partido russo. Com esse espírito, ao estabelecer a centralização na social-democracia sobre os dois princípios acima expostos, concluiu que o ultracentralismo leninista parecia “uma transposição mecânica dos princípios organizatórios do movimento blanquista¹⁰ de círculos conspiratórios para o movimento social-democrata das massas operárias” (LUXEMBURGO, 1991, p. 43). Este, afirmava ela, precisa ser de natureza essencialmente diferente do centralismo blanquista, visto que a social-democracia não está ligada à organização da classe operária, ela é o próprio movimento da classe operária.

A idéia que, enfim, podemos extrair de “Questões de Organização” é que as organizações são muito mais resultado da ação das massas que condição prévia para a existência de qualquer política revolucionária. Significa que “os erros cometidos por um movimento operário verdadeiramente revolucionário são, do ponto de vista histórico, infinitamente mais fecundos e valiosos que a infalibilidade do melhor ‘comitê central’” (LUXEMBURGO, 1991, p. 59).

As críticas à teoria leninista de partido foram refutadas por Lênin sob o argumento de que Luxemburgo limitava-se

¹⁰ O blanquismo não levava em consideração a ação imediata da massa operária e, portanto, também não precisava de uma organização de massa. Ao contrário, como a grande massa popular só devia aparecer no campo de batalha no momento da revolução, e a ação temporária consistia na preparação de um golpe de mão revolucionário, por uma pequena minoria, o sucesso da tarefa exigia diretamente a clara demarcação entre as pessoas carregadas dessa ação determinada e a massa popular. Mas isso era igualmente possível e realizável porque não existia nenhuma ligação interna entre a atividade conspirativa de uma organização blanquista e a vida quotidiana da massa popular. (LUXEMBURGO, 1991, p. 42)

[...] a repetir umas quantas frases vagas, sem dar-se ao trabalho de examinar seu sentido correto e que ela estaria atribuindo-lhe “uma serie de lugares comuns, princípios e reflexões geralmente conhecidos e verdades absolutas, procurando silenciar as verdades relativas, baseadas em fatos rigorosamente determinados.” Acusou-a de ignorar os fatos concretos da luta do partido e de ocupar-se “nobrememente” com “declarações sobre problemas que não é possível julgar seriamente.” (LÊNIN, *apud* ÓZAI, 1996, p. 91).

A postura de Lenin é interpretada por outros estudiosos como Cerroni (1982), o qual, ao tentar entendê-la, expressa a sua teoria de que a escolha de ser um partido de massa ou um partido de quadros é feita por um mecanismo muito mais complexo do que a pura vontade política. É uma escolha histórica que tanto pressupõe uma análise da sociedade, quanto um tipo de sociedade, diz Cerroni (1982).

A partir desta referência, recorda o autor que o partido de Lenin era um partido de revolucionários profissionais que trabalhavam numa sociedade de estrutura moderna extremamente débil, na qual a necessidade da transformação socialista é dificilmente perceptível através dos poros da sociedade existente. Ocorre que o capitalismo ainda não tinha atingido toda a sua envergadura moderna, nem no plano econômico, tampouco no plano político e cultural e, assim, o Estado representativo moderno estava ausente e nem sequer existiam os partidos políticos legais. Por conseguinte, o partido de Lenin foi por muito tempo um partido clandestino.

Numa sociedade desse gênero, o partido revolucionário socialista apresentava-se como um partido de revolucionários profissionais, isto é, como um partido de funcionários intelectuais, justifica Cerroni (1982), chamando a atenção para o fato de que, nessa época, entre eles não existiam operários: eram de fato operários selecionados à base de uma escrupulosa adesão a um programa político e até teórico.

Nesse contexto, Lenin fazia uma leitura de que a Rússia era um país capitalista sem um Estado burguês, e, portanto, tornava-se necessária uma política moderna com a consciência de que essa devia ser uma política de transição para o socialismo. Logo ele compreendeu que, para tal fim, era preciso um partido que interpretasse e decifrasse uma realidade ainda indecifrável pela massa – uma massa considerada atrasada como a da Rússia com um proletariado moderno pequeno e

concentrado em Petersburgo, em Moscou e na Ucrânia, flutuando num oceano de camponeses.

O líder russo dirigiu uma insurreição e uma longa guerra civil jamais cedendo a teorizações militares da luta política, afirma Cerroni (1982). Na sua concepção, enfim, o partido de Lenin era um partido de intelectuais estimuladores, de analistas militantes. Por isso, segundo o autor, “não é em absoluto verdade que Lenin escolheu o partido de quadros por sectarismo ou por fechamento diante das massas, mas porque compreendeu, ao contrário, que na situação russa aquele tipo de partido era o único capaz de garantir a excitação e a direção das massas” (CERRONI, 1982, p. 42).

Sem dúvida alguma, a polêmica com Lenin revelava momentos especiais na história do movimento socialista, porquanto, a intenção era superar as divergências internas através de intensos embates políticos tendo-se em vista avançar na luta rumo ao socialismo. No entender de Ozaí (1996), a disposição e o enorme esforço para enfrentar questões polêmicas assinalam que toda essa discussão não impediu a solidariedade de Luxemburgo ao partido de Lenin. Ao contrário, em 1905, quando eclodiu a insurreição na Rússia, Luxemburgo não hesitou em deslocar-se para lá e, dois anos após, no congresso de unificação do Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR), realizado em Londres, ela pronunciou abertamente seu apoio aos bolcheviques, o que não a impediu de criticar a organização leninista e de polemizar com estes quando considerava necessário¹¹.

Ademais, em seu famoso opúsculo sobre “A Revolução Russa”, escrito em 1918, ela condena as medidas autoritárias adotadas pelos bolcheviques logo após a tomada do poder em outubro de 1917, mas, ao mesmo tempo, em essência, apóia a sua ação e elogia a ousadia revolucionária de Lenin e Trotski.

Para Loureiro (2004, p. 156), de fato, exceto na questão do partido, “as divergências entre eles eram conjunturais” não lhes impedindo uma atuação conjunta na ala esquerda da II Internacional. Nesta, porém, a despeito da derrota sofrida pelo revisionismo, com os êxitos eleitorais e sob influência de um

¹¹ Conforme Ozaí (1996), as divergências entre eles também se deram no tocante à questão nacional. Lenin defendeu o direito à auto-determinação dos povos, isto é, o direito à formação dos Estados nacionais por estes. Para ela, a defesa deste direito significava defender o domínio burguês no âmbito da nação; era, portanto, uma palavra de ordem burguesa. Outra divergência dizia respeito à questão agrária: Luxemburgo era contra a propriedade privada do camponês. Lenin, pelas circunstâncias em que ocorreu a Revolução Russa, apoiou a reforma agrária. Para maior detalhamento destes pontos vide Rosa, A Vermelha, 1988.

sindicalismo legalista e economicista, sobretudo no Partido Social Democrata Alemão, posteriormente, os revisionistas acabariam por retomar as posições reformistas, reforçando-as no seu interior. Para compreender este processo, a seguir, propõe-se analisar por que esta prática impôs-se ao partido.

2.2 DILEMA ELEITORAL E ORGANIZAÇÃO DE CLASSE

A retomada das posições reformistas no movimento operário socialista representava, evidentemente, o predomínio das posições de direita no controle dos partidos social-democratas. Ozaí (1996) afirma que sob direção política dos revisionistas, ao adotarem-se métodos pacíficos da luta de classes como nova estratégia do partido, consumou-se a ruptura da social-democracia com a teoria marxiana caracterizada pela unidade dialética entre teoria e prática. Desde então, de acordo com Przeworski (1989), estudioso da social-democracia, prevaleceu no partido a idéia de que seria possível alcançar o socialismo por meio de sua prática política, o que implicava participar da disputa eleitoral para conquistar o poder.

Vale registrar, no entanto, que a decisão de participar ou não das instituições burguesas foi uma escolha crucial enfrentada pelos primeiros socialistas que se organizaram em partido político conforme defendia Marx. Nesse momento, ainda no entendimento de Przeworski (1989), a grande questão que os perturbava era se esse partido deveria ou não fazer uso das instituições já existentes em sua busca do poder político. A democracia política, especificamente o voto, era uma arma, afinal, já pronta, à disposição da classe trabalhadora. Eis o primeiro dilema colocado aos operários: rejeitar ou empunhar tal arma na trajetória da emancipação política para a emancipação humana.

Alex Danielsson, um dos fundadores da social-democracia sueca, também afirmou, em 1888, que a participação eleitoral modificaria o socialismo, transformando-o “de uma nova teoria da sociedade e do mundo em um reles programa de um partido meramente parlamentarista, e nesse instante extinguir-se-á o entusiasmo no núcleo do proletariado e o ideal da revolução social degenerará em uma busca de ‘reformas’ que absorverão todo o interesse dos trabalhadores” (DANIELSSON, 1888, *apud* PRZEWORSKI, 1989, p. 20-21). Ainda assim,

acrescenta o autor, não obstante fortes argumentos apresentados pelos oponentes da participação eleitoral, a corrente abstencionista¹² perdeu seu apoio na Primeira Internacional após 1873, tornando-se socialistas aqueles que decidiram utilizar os direitos políticos dos trabalhadores.

Entretanto, a atitude dos partidos socialistas com relação à participação eleitoral foi, na melhor das hipóteses, ambivalente, afirma Przeworski (1989). Tal ambivalência não era de cunho teórico, esclarece o autor, mas provocada pelo simples motivo de o próprio Marx, assim como aqueles que levaram os partidos recém-formados a participarem de disputas eleitorais, não ter muita clareza quanto ao que esperar da competição eleitoral. Esse quadro logo constituiu-se num segundo dilema aos socialistas, cuja dúvida era se a burguesia respeitaria sua própria ordem legal no caso de uma vitória eleitoral do socialismo.

Em tais condições os socialistas assumiram uma atitude cautelosa, entrando na política eleitoral apenas para usá-la como meio de agitação, de propaganda revolucionária e de fortalecimento da organização dos proletários e com a promessa de manter o princípio de “não participar de nenhuma aliança com outros partidos, nem aceitar nenhum compromisso” (PRZEWORSKI, 1989, p. 22). Todavia, sabemos que a trajetória socialista traçada sob a hegemonia da social-democracia alemã escolheu, posteriormente, um caminho no qual a participação nas eleições não pôde permanecer meramente simbólica. As eleições tornaram-se principal meio de luta em defesa dos interesses dos trabalhadores e também para alcançar o socialismo.

Os estudos do autor apontam o fator repressão como um dos elementos que tiveram efeito decisivo no direcionamento dos partidos socialistas para táticas eleitorais. A social-democracia européia enfrentava, na época, um Estado hostil em que as forças permanentemente organizadas da repressão encontravam-se nas mãos da burguesia industrial. Nessas circunstâncias, todas as greves dos países da Europa ocidental foram derrotadas, seguindo-se a dizimação de sindicatos e a promulgação de legislação repressiva. A partir dessa experiência penosa, os líderes socialistas extraíram uma lição segundo a qual a representação

¹² Segundo Przeworski (1989), constituía a corrente abstencionista aqueles que foram contra o uso das instituições burguesas. Essa corrente era defendida, principalmente, pelos anarquistas, os quais afirmavam que a ação política era desnecessária e ineficaz e que qualquer participação em instituições burguesas, independentemente da finalidade e da forma, destruiria o próprio movimento pelo socialismo.

parlamentar era necessária para proteger o movimento da repressão. Já em 1891, Kautsky, defensor da tática parlamentar, principalmente na Alemanha admitia que “a luta econômica requer direitos políticos, e estes não caem do céu” (KAUTSKY, 1891, *apud* PRZEWORSKI, 1989, p. 25).

Outrossim, havia uma compreensão entre os socialistas de que, no capitalismo, os trabalhadores só podem reivindicar seus direitos coletivamente e de forma indireta, por intermédio de organizações representativas, principalmente sindicatos e partidos. Por conseguinte, argumentavam que a participação era necessária para a efetivação dos seus interesses. Mais ainda, “os que conduziram partidos socialistas a disputas eleitorais acreditavam que as classes dominantes podiam ser ‘vencidas em seu próprio jogo’” (PRZEWORSKI, 1989, p. 30). Desse modo, convictos de que ganhariam as eleições e obteriam para o socialismo o apoio de uma esmagadora maioria, vários partidos socialistas, por exemplo, na Alemanha, na Inglaterra e na Itália, empenharam todos os seus esforços na competição por votos.

Tais expectativas foram quase imediatamente confirmadas pelo progresso eleitoral dos social-democratas. Na Alemanha, de acordo com Przeworski (1989), tão logo se permitiu que abolissem as leis anti-socialistas¹³, o Partido Social Democrata Alemão (SPD) tornou-se, em 1890, o maior partido no país, com 19% dos votos e, em 1912, ao obter 34,8% dos votos, já tinha conquistado mais que o dobro em comparação com o segundo maior partido.

Esse considera que, embora tenha ocorrido um grande avanço no campo eleitoral em todos os países da Europa Ocidental, os partidos social-democratas jamais conseguiram obter a maioria formada por operários nas eleições, visto que o esperado prognóstico da proletarização das classes médias acabou não se materializando.

Ainda assim, segundo ele, os social-democratas escolheram ser um partido que luta pelo sucesso eleitoral mesmo às custas de uma diluição de sua orientação de classe. Para tanto, visando obter êxito na competição eleitoral, definiram estratégias voltadas para o amplo apoio fora do operariado, o que os levou

¹³ De acordo com Ozai (1996), as leis anti-socialistas foram promulgadas pelo governo Bismarck, em 21 de outubro de 1878, visando impedir os êxitos eleitorais do Partido Social Democrata Alemão (SPD). Através delas, as organizações do partido e as organizações de massa eram proibidas e a social-democracia só podia manifestar-se com certo grau de liberdade por atuação parlamentar. Essas leis vigoraram durante 12 anos quando, finalmente, foram abolidas em outubro de 1890, ano em que também ocorreu a queda de Bismarck.

a solapar a própria organização dos trabalhadores como classe. Significa dizer que, ao estender seu apelo às massas, os partidos social-democratas deixaram de ser a organização dos operários como classe, que disciplina os indivíduos na competição entre si contrapondo-os a outras classes. “É o próprio princípio do conflito de classes – o conflito entre coletividades coesas – que se torna comprometido quando partidos de operários transformam-se em partidos de massas” (PRZEWORSKI, 1989, p. 43).

A diferenciação de apelo de classe produziu também um efeito fundamental sobre a forma dos conflitos políticos em sociedades capitalistas, pois reinstalou uma visão da política desvinculada do conceito de classe. Nesse sentido, a política era, novamente, definida conforme a dimensão indivíduo-nação e não em relação à classe.

Essa supressão da ênfase no conflito de classes, como diz o mesmo autor, afetou os operários, porquanto, à medida que a identificação com a classe diminuía, os partidos políticos socialistas também iam perdendo sua atração exclusiva para o operariado. Assim, aquele que seria o motor da superação do capitalismo deixava de ser sua principal força para tornar-se apenas um indivíduo na sociedade.

Tornava-se claro, então, como aponta o citado autor, que o dilema retornava com toda intensidade dentro do próprio sistema de competição eleitoral. Partidos social-democratas defrontavam-se, freqüentemente, com a escolha entre a ênfase na classe e o apelo à nação. No entanto, pareciam incapazes de vencer com qualquer uma das estratégias e sobretudo diante dessa encruzilhada:

Os social-democratas não conseguiram fazer das eleições um instrumento de transformação socialista. Para serem eficazes nas eleições têm de buscar aliados dispostos a juntar-se aos operários sob a bandeira socialista. Entretanto, ao mesmo tempo, solapam exatamente a ideologia que constitui a fonte de sua força entre o operariado. Não podem permanecer um partido unicamente de operários, mas também jamais poderão deixar de ser um partido do operariado (PRZEWORSKI, 1989, p. 44).

Para Fernandes (1991), não obstante esse limite estrutural da opção eleitoral, a social-democracia aprofundou a reforma social, impregnando a revolução dentro da ordem de conteúdos e esperanças inovadores. Porém, para o mesmo autor, ela se confundiu com o Welfare State a ponto de esquecer que as funções revolucionárias jamais deveriam ser meios para a defesa e reprodução da sociedade

civil lastreada no capital oligopolista. Nesse sentido, vale a pena citar algumas conclusões de Przeworski (1989, p. 61) quando, em seu estudo anteriormente citado, aponta

O compromisso básico entre os social-democratas e o capital privado é, portanto, uma expressão da própria estrutura da sociedade capitalista. [...] Os social-democratas protegem os lucros das reivindicações das massas porque as políticas redistributivas radicais não são vantajosas para os trabalhadores. O mecanismo não foi projetado deliberadamente, mas o fato é que o funcionamento do sistema capitalista apresenta-se de modo tal que se os lucros não forem suficientes, as taxas de salário e o nível de emprego acabam por declinar. [...] Esse é o motivo por que os social-democratas abrem mão da abolição da propriedade privada dos meios de produção em troca da cooperação dos capitalistas na elevação da produtividade e na distribuição dos ganhos. Por isso é que os social-democratas não só procuram reproduzir o capitalismo, mas também lutam para aperfeiçoá-lo, mesmo enfrentando a resistência dos capitalistas.

Przeworski (1989) acrescenta ainda que a social democracia não conduzirá as sociedades européias ao socialismo, pois nestas sociedades onde foram bem-sucedidos, os social-democratas institucionalizaram um compromisso relativamente sólido entre organizações de operários e capitalistas. Portanto, de acordo com o autor, está aí a prova de que a social-democracia foi o mais longe que um partido de esquerda pôde ir dentro dos quadros institucionais do capitalismo e da democracia representativa. Apesar desta limitação, Fernandes (1991, p. 7) recorda que “surgiu, a partir de sindicatos, confederações operárias e partidos políticos da esquerda européia, uma forte pressão ideológica para que os movimentos sociais da periferia adotem modelos social-democráticos.”

Ao mesmo tempo em que se dava esse movimento de pressão ideológica, Pomar (1998) lembra que, ainda no plano internacional, o chamado campo socialista do leste europeu já apresentava os indícios de estagnação econômica, enquanto o mundo capitalista sinalizava para um novo processo de reestruturação.

Esses acontecimentos, porém, conforme o autor citado, tiveram, naquele momento, pouca ou quase nenhuma influência na análise e no ânimo do ascendente movimento contra a ditadura militar no Brasil. Os fundadores do PT, afirma ele, preocuparam-se mais com a denúncia do milagre econômico da ditadura militar e de sua política orientada pelo estímulo ao lucro, ao crescimento acelerado a

qualquer custo e da rendição das autoridades à pressão do setor financeiro, aproveitando qualquer espaço para avançar na construção do PT e dos movimentos sociais.

Assim, no próximo passo, passamos analisar o que deu origem ao Partido dos Trabalhadores e o que os elementos acima discutidos refletiram na sua trajetória.

2.3 PT: UM INSTRUMENTO DE LUTA DOS TRABALHADORES

A idéia do Partido dos Trabalhadores surgiu nesse final do século XX, durante a segunda metade da década de 1970, numa conjuntura marcada por um processo complexo de violência, de elitismo e de autoritarismo predominantes na política brasileira. Oliveira (1999), chama a atenção para o fato de que, nessa sociedade, desde a Revolução de 1930, os passos da história prosseguiram tendo à frente duas ditaduras, a de Vargas entre 1930 e 1945 e a que se seguiu ao golpe militar em 1964 até 1984, perfazendo 35 anos de ditadura em 60 anos de luta dos trabalhadores.

Durante a ditadura Vargas, os trabalhadores vivenciaram a proibição da fala quando os canais institucionais como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) foram submetidos à ilegalidade e os sindicatos de classe fechados com seus dirigentes tendo mandatos cassados. Para Oliveira (1999, p. 61), “essa grande operação de silêncio, de roubo da fala, que sintetiza na busca da ‘harmonia social’, é bem o signo da anulação da política.”

Quase vinte anos após, isto é, em 1964, os trabalhadores reviviam a cena ainda mais sangrenta em forma de tortura, de morte, de exílio, de cassação de direitos ou de simples desaparecimento de pessoas sob qualquer suspeita pelo governo militar. O seu regime ditatorial, conforme assevera Oliveira (1999), impôs silêncio a toda e qualquer organização de oposição, proibiu greves como instrumento de pressão e de reivindicação sindical, censurou a imprensa e a consciência crítica tomou o sentido de subversão. Tanto despotismo praticado pelo Estado totalitário não foi senão o esforço desesperado de anular a política que as classes dominadas haviam construído no Brasil, pelo menos desde os anos 1930.

Estrategicamente, a sua anulação visava assegurar a manutenção do sistema de dominação dentro da estrutura de relações sociais vigentes.

Para Arendt (1992, p. 217), nenhum processo artificial que se tenha tornado automático consegue se instalar de forma permanente, o que significa que em algum momento poderá sofrer interrupções através da ação movida pela “faculdade da própria liberdade, a pura capacidade de começar que anima e inspira todas as atividades humanas e que constitui a fonte oculta de todas as coisas grandes e belas.”

Assim, conforme mostra Oliveira (1999), mais uma vez, as classes sociais, voltaram, penosamente, a reconstituir a política, demonstrando que, no Brasil, todo o esforço de democratização e de fazer política decorreu, quase por inteiro, da ação das classes dominadas. A década de 1970 já sinalizava ser o início dessa reconstituição que, posteriormente, se desembocava no surgimento de inúmeros movimentos sociais. Estes criaram milhares de comitês de luta contra carestia e comitês pela anistia e pela constituinte enquanto, na área sindical, deflagrava-se uma onda grevista ocorrida entre 1978 e 1980, tornando os metalúrgicos da região do ABCD paulista um visível sujeito coletivo.

Da experiência das greves, os operários que pertenciam, em boa medida, a uma geração que não havia tido contato com as mobilizações anteriores à ditadura¹⁴, extraíram uma grande lição: “A idéia de que só com a luta conquistam seus direitos.” (SADER, 1988, p. 312). Para tanto, o IX Congresso Estadual de Metalúrgicos, realizado em Lins (SP), em janeiro de 1979, já assinalava que o melhor instrumento com o qual o trabalhador pode travar esta luta é o seu partido político. Por isso, diziam os congressistas, “os trabalhadores têm que organizar os seus partidos que, englobando todo o proletariado, lutem por efetiva libertação da exploração” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 47).

Singer (2001) entende que o projeto PT surgiu quando as greves fabris assinalaram a reaparição do movimento operário na cena brasileira e que um grupo de sindicalistas, os quais já se articulava havia algum tempo, tomou a iniciativa de organizar uma nova legenda, independentemente dos partidos

¹⁴ De acordo com Luiz Inácio Lula da Silva, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, eleito em 1975, cerca de 70% dos trabalhadores de São Bernardo na época tinham menos de 35 anos de idade. Eram pessoas que, praticamente, não viveram o movimento sindical antes de 1964 (Harnecker, 1994, p. 60).

existentes e dos agrupamentos políticos ligados à classe trabalhadora que haviam existido até então.

Entende ainda que Luiz Inácio Lula da Silva ou simplesmente Lula¹⁵, apelido usual na região de Garanhuns, Pernambuco, onde nascera em 27 de outubro de 1945, como primeiro líder operário responsável pelo desencadeamento de campanhas e greves que aumentaram o poder de todo o movimento sindical brasileiro, foi a figura-chave para a criação do PT. Porém, não era o único líder envolvido no processo e a contar com o reconhecimento pela opinião pública. Ao seu lado encontrava-se uma nova geração de líderes sindicais que foram responsáveis por levar adiante a proposta do PT. Entre eles, incluía-se Olívio Dutra, presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre (RS); Jacó Bittar, presidente do Sindicato dos Petroleiros de Paulínia (SP); José Cicote, do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André; Henos Amorina, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco; Wagner Benevides, presidente do Sindicato dos Petroleiros de Minas Gerais e: Paulo Skromov, presidente do Sindicato dos Coureiros de São Paulo.

Com a presença de Paulo Skromov no grupo fundador, recorda Singer (2001, p. 22), a esquerda organizada, em especial grupos trotskistas, marcou a efetiva participação na criação do partido. Um dos mais ativos dentre eles era a Convergência Socialista¹⁶, a qual desde a formação do partido, em 1978, defendeu a necessidade de se criar um partido socialista. “Além da Convergência Socialista, pelo menos outros dois grupos trotskistas irão aderir ao PT: a Democracia Socialista e a Organização Socialista Internacionalista (OSI).”

Ainda de acordo com o autor acima citado, o PT receberia vários grupos clandestinos de orientação leninista. Tratava-se de forças políticas que haviam sido derrotadas nas organizações armadas e, não obstante, ainda tinham muito a dar. Assim, de 1979 a 1981, decidiram ingressar no PT a Ação Popular (AP), o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), a Ação Libertadora Nacional (ALN), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e o Partido Revolucionário Comunista (PRC), entre outros. Tais organizações eram

¹⁵ Sobre o papel de Luiz Inácio Lula da Silva, ver a entrevista com José Vilar Sobrinho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade, publicada como “O sindicato de João Monlevade”, Caderno do CEAS, 67: 55-67, maio-junho de 1980.

¹⁶ Conforme Singer, a Convergência Socialista, “ligada ao dirigente trotskista argentino Nahuel Moreno, acabou por ser expulsa do PT em 1992 e assumir identidade autônoma como Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados – PSTU” (2001: 18).

agrupamentos com pouca expressão numérica, recém-saídos da violenta repressão que dizimou a esquerda no Brasil. Entretanto, eram quadros experientes e ativos e, como tal, “terminaram por ter função relevante na vertebração do partido e ocupar lugares de destaque no aparato administrativo dele” (SINGER, 2001, p. 26).

Quando o Partido dos Trabalhadores foi fundado, em 1980, contou com a adesão de vários intelectuais. Entre eles estavam “Mário Pedrosa, Sérgio Buarque de Holanda, Antonio Cândido, José Artur Giannotti, Octávio Ianni e muitos outros” (SOARES, 1997, p. 90). O Partido dos Trabalhadores também contou com outras formas de organização social, além dos sindicatos, que contribuíram para a ampliação da base potencial do partido. A mais significativa era a dos grupos católicos progressistas que, durante o período autoritário, haviam construído novas bases da igreja, criando uma rede de pequenas organizações populares que se espalharam pelo Brasil afora como Comunidades Eclesiais de Base¹⁷ (CEBs). Seus membros desempenhavam um papel cada vez mais ativo em outros movimentos sociais. Por isso, a incorporação de algumas organizações cristãs foi decisiva, isto é, deu capilaridade ao partido.

O Partido dos Trabalhadores, portanto, foi criado porque um conjunto de fatores combinou-se em um momento histórico preciso, conclui Keck em seu estudo “Partido dos Trabalhadores na Construção da Democracia Brasileira”. Esses fatos agregam:

A existência de lideranças nacionalmente conhecidas, interessadas na sua criação; uma base de massa capaz de responder à idéia do partido; a atividade de um setor da esquerda organizada engajada na divulgação dessa idéia; e, finalmente, a boa vontade de alguns membros do MDB no Legislativo que se juntaram a esse esforço (KECK, 1991, p. 76).

Com o surgimento do Partido dos Trabalhadores, no entender de Lamounier e Meneguello (1986), estavam criadas as condições objetivas para apontar novas perspectivas de desenvolvimento partidário, visto que o PT, segundo

¹⁷ As Comunidades Eclesiais de Base foram gestadas, originalmente, para “dinamizar a participação dos leigos e recuperar o espaço perdido na sociedade pela Igreja Católica. As CEBs se desenvolveram e ganharam consistência, na década de 1970, com as orientações da Teologia da Libertação. A metodologia de trabalho das CEBs influenciou na reestruturação das paróquias rurais e urbanas, na formação de diversas organizações populares e movimentos sociais, na luta sindical e também no surgimento de grupos partidários” (PAZ, 2002, p. 17).

eles, apresentava-se como uma ruptura em relação aos padrões de organização partidária no Brasil.

Para os autores citados, este partido “pretende manter uma ligação mais estreita com suas organizações de base e com o meio operário, dando maior ênfase às lutas sociais e, conseqüentemente, menor importância, em comparação com os demais partidos, à luta parlamentar e eleitoral” (LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986, p. 75).

De fato, seus primeiros documentos, como a Carta de Princípios e o Manifesto de Lançamento, registram o compromisso do PT em priorizar a organização autônoma dos trabalhadores. Nesse sentido, o Partido estabeleceu que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinariam ao objetivo maior de estimular e aprofundar a organização das massas exploradas. A participação na disputa eleitoral pautava-se, portanto, pela perspectiva da luta e mobilização social. O PT comprometia-se em “conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados e nem exploradores” (PARTIDO..., 1998, p. 67).

Embora o Manifesto de Lançamento do PT e seu Programa sejam claramente anticapitalistas e apontem para o socialismo como perspectiva estratégica, foi a 1ª Convenção Nacional, realizada em 1981, que caracterizou o PT como um Partido socialista. No seu discurso de encerramento da Convenção, Luiz Inácio Lula da Silva afirma que o socialismo petista será definido por todo o povo, nas lutas do dia-a-dia, e será sinônimo de emancipação dos trabalhadores e de todos os oprimidos (PARTIDO..., 1998).

Para Ozaí (1996), desde o início, o PT se vê obrigado a enfrentar os desafios que expressam questões históricas já enfrentadas pelos trabalhadores. O Partido dos Trabalhadores teve que travar duras lutas para fortalecer a organização do movimento dos trabalhadores e, também, para participar da disputa eleitoral. Sua tarefa consistia em construir um movimento político capaz de se impor como alternativa de transformação da sociedade brasileira, ao mesmo tempo que se via coagido a respeitar os meandros da política institucional. Colocava-se como crítico dos modelos de partidos vanguardistas e eleitorais, mas necessitava funcionar eleitoralmente e também como partido militante.

Constituiu-se sério problema a manutenção da fidelidade do partido às suas propostas e objetivos políticos iniciais. Mais valor que o discurso e as

resoluções, tem a atuação política concreta que o levaria a definir posições e a superar suas ambigüidades. Para compreender esse processo, torna-se necessário analisar sua forma de organização e sua relação com a institucionalidade burguesa, sobretudo, a participação nas eleições.

2.4 ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA DO PT

Como dito, o PT nasceu em 1980 em meio a um contexto de ampla movimentação popular. Desde o início, o partido buscou implementar um projeto contrário às práticas políticas tradicionais, inaugurando um novo modo de fazer política, fundamentado na noção de mudança vinda das bases organizadas. O PT, então, comprometia-se com “a tarefa de colocar os interesses populares na cena política e de superar a atomização e dispersão das correntes classistas e dos movimentos sociais. Para esse fim, o partido propôs implantar seus núcleos de militantes em todos os locais de trabalho, em sindicatos, bairros, municípios e regiões” (PARTIDO..., 1998, p. 54).

No entender do partido, os núcleos eram a garantia de que o PT seria construído democraticamente “de baixo para cima”, ligando os trabalhadores aos movimentos de massa. Eram eles que identificariam e diferenciariam, na prática, o PT de outros partidos, pois estes organismos eram o espaço de discussão dos problemas dos trabalhadores nos bairros, nos locais de trabalho e nas escolas, como caminho para construir uma sociedade com justiça, democracia, solidariedade e igualdade.

Para o seu funcionamento, de acordo com o Regimento Interno, os núcleos deveriam ter, no mínimo, 1/3 dos membros e suplentes do Diretório e não poderiam ser inferior a nove. O Regimento dizia ainda que os núcleos deveriam se reunir, no mínimo uma vez por mês, visando atingir os seguintes objetivos: aprofundar e garantir a democracia interna do PT; estreitar a ligação do PT com os movimentos sociais e promover a educação política dos militantes.

Os núcleos de base deveriam representar, portanto, a principal inovação na estrutura organizativa, cumprindo um papel importante no partido por

criarem, em tese, condições para a organização dos militantes na base e funcionarem como fator de permanente pressão sobre a direção.

Esse quadro começou a mudar a partir das eleições de 1982 quando os núcleos e também alguns diretórios, foram diluídos na campanha eleitoral e transformados em comitês de apoio a determinados candidatos. Por esta forma, ao longo da década de 80, paradoxalmente ao crescimento eleitoral, delineou-se a progressiva desestruturação dos núcleos de base. Cinco anos mais tarde, ao diagnosticar o abandono dos núcleos, o 5º Encontro Nacional reconhecia a crise organizativa do PT. Ao analisar esse período, afirma Brandão (2003, p. 113) que com essa existência precária dos núcleos de base, a forma de ação alternativa encontrada pelo Partido dos Trabalhadores não o distinguia dos demais partidos. Para o autor, “o PT atuava semelhantemente como todos os outros partidos, pela via da democracia representativa, disputando eleições, tentando conquistar votos para eleger representantes.”

Objetivamente, segundo Ozaí (1996), o partido não conseguia compatibilizar sua função institucional com a experiência de construir-se enquanto partido estratégico, socialista, dirigente e com militância organizada. Ademais, à medida que consolidava seu caráter de massa, ampliando sua potencialidade eleitoral e a quantidade de filiados, tornava-se mais frágil a sua estrutura de base e, conseqüentemente, mais centralizado o poder na cúpula diretiva.

As debilidades partidárias, encobertas pelo entusiasmo na campanha eleitoral, vieram à tona com o efeito desencadeado a partir dos poucos resultados eleitorais obtidos nas primeiras eleições de 1982. “O partido não conseguiu atingir seu objetivo de conquistar 5% dos votos em nível nacional e 3% em nove estados, conforme exigido por lei”, escreve a cientista política Keck (1991, p. 175). Com o fracasso eleitoral cresceu a pressão anti-institucional das correntes de esquerda que sempre procuraram contrabalançar a ênfase pragmática na busca do sufrágio com a insistência no papel dos movimentos sociais. Em resposta, afirma Singer (2001), os moderados, dentre os quais estavam Lula e os sindicalistas, criaram em 1983 a “Articulação dos 113”¹⁸, como forma de aglutinar e organizar os petistas independentes.

¹⁸ Conforme Singer (2001), a “Articulação dos 113” foi criada em 1983 em resposta à crescente pressão antiinstitucional das correntes de esquerda petista que sempre procuraram contrabalançar a ênfase pragmática na busca do sufrágio com a insistência no papel dos movimentos sociais. A

Para sorte do partido, a campanha das Diretas-já para presidente, em 1984, tomou rumos expressivos e ofereceu a rara oportunidade de aliar luta de massa ao embate institucional, como assinala Keck (1991). Nessa campanha, o partido unificado exerceu um papel destacado naquele que foi o mais importante ato cívico da década, transformando-se numa espécie de “ala esquerda” do movimento democrático.

Os reflexos dessa atuação ajudariam a ampliar sua pequena base eleitoral no pleito seguinte. Nesse sentido, a escolha de prefeitos das capitais em 1985 já marcava o início do crescimento eleitoral do PT, num processo vagaroso que se estendeu até 2002 quando, finalmente, conquistou a Presidência da República.

Em 1986, a estratégia de campanha foi reaplicada com êxito e o “partido logrou eleger 16 deputados federais”, duplicando o número de parlamentares eleitos em 1982 (SINGER, 2001, p. 54). Entre eles, estava Luiz Inácio Lula da Silva eleito com maior votação do país. Fortalecido como parlamentar e tendo se destacado no Congresso que elaborou a Constituição de 1988, o líder petista defendia que o partido deveria adotar um discurso mais amplo nas próximas eleições municipais.

Essa tendência à inflexão no âmbito da institucionalidade foi confirmada em 1987 quando o 5º Encontro Nacional provocou um momento de mudança radical no partido, assumindo que seu objetivo era chegar no governo. O Encontro aprovou uma estratégia pela qual a luta pela conquista do governo foi concebida como eixo articulador de luta pelo socialismo no Brasil. Começava, assim, a construir programas de governo e elaborar propostas de políticas públicas. Além disso, o partido decidiu ainda pela política de acúmulo de forças, pela construção da democracia e por uma política de alianças. Brandão (2003) enfatiza que, a partir de então, coadunando-se com a sua estratégia de acúmulo de forças, a grande luta a ser empreendida pelo partido seria pela conquista da Presidência da República.

derrota do PT nas eleições de 1982 revigorou, dentro do partido, as correntes que descrevem da luta institucional e preferem concentrar esforços na organização dos trabalhadores, aumentando ainda mais a pressão antiinstitucional. Todavia, em outros setores do PT, o revés de 1982 provocou uma reavaliação do estilo de campanha adotado. Concluiu-se que a propaganda centrada sobre lemas do tipo ‘Trabalhador Vota em Trabalhador’ havia afastado a classe média e os eleitores menos politizados. O aguçamento das divergências internas culminou na criação de um grupo de partidários, o qual ficou conhecido pelo número de seus componentes, ou seja, a “Articulação dos 113”. A sua formação foi uma tentativa de consolidar a liderança do partido, assinala Keck (1991) e representava um esforço para impor uma visão relativamente unificada da natureza e dos objetivos do PT, não ao ponto de eliminar as diferenças derivadas das tendências, mas pelo menos como expressão de uma clara maioria.

A nova tática política, elaborada no 5º Encontro Nacional, já apresentava, segundo Singer (2001), frutos nas eleições municipais de 1988 com a vitória do PT em capitais importantes do Brasil como São Paulo, Porto Alegre e Vitória. Fora das capitais, o PT ganhou em 33 dos 4.287 municípios que disputaram as eleições daquele ano. Para o autor citado, o partido começava a interiorizar-se e o fato de contar com prefeitos de oito estados contribuiu, em 1989, com a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República.

A eleição presidencial de 1989 representou, de acordo com Ozaí (1996), um dos maiores testes práticos para as formulações políticas definidas pelo partido. Além do seu significado histórico, afinal, pela primeira vez a esquerda “quase chegou lá”, ela colocou às claras os limites da estratégia eleitoral. Nesse sentido, observa o autor que o partido cometera equívocos como a ilusão acerca da disposição da classe dominante em respeitar a competição eleitoral e a subestimação da capacidade de coerção burguesa e da sua força ideológica como, por exemplo, sua campanha anti-comunista, usando habilmente os acontecimentos no leste europeu e a aliança petista com o PC do B. Preocupado com sua imagem perante o eleitorado, o PT, diz o autor, distanciou-se de seu ideário socialista e se viu acuado diante do terremoto que sacudia o mundo “comunista”.

A crítica ao rumo petista neste período não conseguiu se impor. De fato, passado o momento das frustrações e das avaliações sobre a derrota eleitoral, o entusiasmo tomou conta do partido. Os resultados obtidos na eleição presidencial foram animadores e estimularam os defensores da “revolução pelo voto.” Para esses, tudo se resumia à capacidade do partido em “acumular” mais um pouco.

As eleições de 1990 inseriam-se num quadro otimista e promissor: projetava-se uma ampliação da bancada de deputados e a possibilidade de eleger governadores e senadores. Os resultados eleitorais, se não confirmaram os prognósticos mais otimistas, também não foram desanimadores. No cômputo geral, elegeu “um senador, 35 deputados federais e 81 estaduais” (SINGER, 2001, p. 58).

Por outro lado, nas administrativas petistas, via de regra, observa-se uma crescente dinâmica conflitiva. As prefeituras não conseguiram implementar as definições do partido. Em muitos casos estabeleceu-se uma prática burocrática que não ia além da gestão dentro dos limites do sistema. As próprias resoluções do 7º Encontro Nacional, realizado em 1990, afirmaram isso numa auto-crítica: “Adotamos muitas vezes o que se batizou de ‘administrativismo’. Estamos tímidos diante dos

confrontos e muitas vezes conciliamos. Tentamos governar para toda a população e perdemos de vista nossa base social e política” (PARTIDO..., 1998, p. 469).

O apego à eficiência administrativa gerou uma inversão de prioridades que levou muitas administrações a praticar políticas distintas entre si e, por vezes, distintas das definidas pelo partido. O PT (1998) reconhecia que no terreno da reforma administrativa e da democratização das prefeituras, por exemplo, muito pouco havia sido feito, semeando a ilusão de que se pode governar com a velha máquina a qual também impede a participação popular.

Não obstante os fatores negativos, em sua análise, Ozaí (1996) sustenta que os elementos críticos apresentados não condenam as administrações petistas enquanto experiências salutares no campo democrático e popular. Para o autor, do ponto de vista do imediato, ou seja, de políticas voltadas ao atendimento das carências e demandas populares, as administrações petistas conseguiram, em muitos casos, impor uma administração realmente diferenciada. No seu entendimento, os problemas que permanecem dizem respeito ao dilema petista entre ser governo e ser oposição, entre reformar a sociedade e revolucioná-la. Este dilema o acompanha desde as origens.

Em todo caso, o Partido dos Trabalhadores iniciou a década de 1990 com uma influência eleitoral inimaginável em seus primeiros anos, credenciando-se enquanto partido hegemônico da esquerda brasileira, enquanto alternativa de governo e enquanto referência para os partidos populares e socialistas em vários países.

O crescimento eleitoral e a ênfase crescente na institucionalidade geraram mudanças substanciais que afetaram o perfil partidário, sua política e sua relação com os movimentos sociais. Em 1990, o 7º Encontro Nacional reconheceu esta nova realidade do partido, observando o descompasso entre o crescimento eleitoral e a estrutura orgânica partidária:

Há lacunas evidentes no desempenho do partido, tanto no plano institucional quanto no plano do movimento social. Muitos criticam o funcionamento real da democracia interna e se queixam de que o partido se afastou das origens, fechando-se para a massa de trabalhadores e correndo o perigo de elitizar-se e burocratizar-se. Outros vêem na atuação partidária desvios eleitorais (PARTIDO..., 1998, p. 436).

O I Congresso, realizado em 1991, também expressou essa preocupação ao admitir que, ao longo dos anos anteriores, havia se estabelecido uma divisão de trabalho no interior do partido:

Aos petistas que militam nos movimentos sociais caberia travar a luta reivindicatória; aos parlamentares e aos nossos quadros à frente dos governos municipais caberia ocupar-se da luta institucional; e às direções partidárias caberia administrar a vida interna do Partido, exercer algum comando durante as campanhas eleitorais e funcionar como uma espécie de tribunal de última instância para as disputas entre os petistas (PARTIDO..., 1998, p. 518).

Para o PT (1998), as resoluções do Congresso em referência buscaram superar estes problemas, reafirmando a necessidade da combinação da luta social com a luta institucional e a adoção de uma política de alianças que levasse em conta os setores marginalizados da sociedade.

Essa combinação das frentes de lutas se inseria na perspectiva de ganhar a eleição presidencial de 1994, sendo as eleições de 1992 um momento importante para o acúmulo de forças nesta direção. Almejava-se criar condições mais favoráveis para a conquista do objetivo estratégico: o “governo democrático e popular.”

Entretanto, o partido que disputou as eleições de 1994 já era, para muitos daqueles que acreditaram e dedicaram parte importante de suas vidas a ele, a negação da utopia anunciada no início da década de 1980. Ele se transformara numa alternativa eleitoral, embora de esquerda.

Nesta trajetória, o crescimento eleitoral do partido foi acompanhado por uma ampliação da máquina partidária. O problema não era o necessário aprimoramento do aparelho do partido, mas a impossibilidade, cada vez maior, do controle político dele pelo conjunto partidário. Isso fortaleceu, como mostra Novaes (1993), a tendência à burocratização. Em sua pesquisa, a qual abrangeu os dirigentes e os participantes do I Congresso, o autor comprovou o processo de burocratização do partido. Ele concluiu que o PT era dirigido por quadros profissionalizados, mantidos financeiramente pelos parlamentares, prefeitos e assessores, os quais compunham a maioria dos participantes nos últimos encontros.

Na mesma linha de raciocínio, Singer (2001) mostra que, em 2001, o número de cerca de três mil mandatos no país, entre governadores, senadores, deputados federais e estaduais, prefeitos e vereadores, acentuava ainda mais a

burocratização do PT, entendida aqui como crescimento excessivo de um corpo de funcionários. A máquina petista estava longe de ser desprezível, diz o autor, haja vista dispor de cada parlamentar com certo número de assessores e cada membro do Executivo com seus secretários, os quais, por seu turno, dispunham de assessores e funcionários. Ao final, eram milhares de funcionários que, filiados ou não, estavam ligados ao partido. Não por acaso, em levantamento promovido durante o II Congresso Nacional, realizado em 1999, verificou-se que a maioria dos 941 delegados era formada de funcionários públicos: 49% contra 23% de assalariados do setor privado.¹⁹

Era compreensível, assim, que a maioria dos que compunham o PT se inclinasse para o compromisso com a legalidade estabelecida. As mudanças na ideologia do PT o refletiam. Desde 1991, ocasião do I Congresso Nacional, o partido rejeitou a ditadura do proletariado e defendeu a alternância no poder, e o socialismo petista decidiu admitir a convivência com o mercado e a propriedade privada. Vale lembrar que o socialismo não voltou a ser discutido depois de 1991. O tema só foi retomado pelo PT com uma série de debates organizados no 1º semestre de 2000, estendendo-se até 2001.

Dessa forma, em junho de 2001 houve um debate sobre o tema “Globalização e Socialismo”, contando com a presença de alguns intelectuais como Antonio Cândido, Francisco de Oliveira, assim como algumas personalidades do PT, entre elas Luiz Inácio Lula da Silva já visto como um forte candidato a Presidente da República em 2002. Nesse debate, vale destacar a intervenção de Gonçalves, economista e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o qual concentrou sua exposição nos fundamentos de um projeto de orientação socialista para o Brasil na perspectiva de vitória do PT nas eleições presidenciais de 2002, concluindo sua abordagem da seguinte forma:

Desconcentraremos radicalmente a riqueza ou ficaremos, quem sabe, sem fazer nada. Vai ficar um “projetozinho” de um Brasil vulnerável, débil e africanizado. E depois, no futuro, quando o PT for governo, alguém virá criticar o núcleo duro dos economistas do PT, que serão acusados de serem os responsáveis pelos resultados medíocres. [...] Então, o pessoal dirá: “O núcleo duro dos economistas do PT não quer brigar com o sistema financeiro nacional e internacional, não consegue romper com o FMI.”[...] É lamentável, mas é uma opção. De repente, nada será feito em termos de transformação e ruptura. Vale ressaltar que não é um problema técnico

¹⁹ Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo, Perfil dos delegados nacionais. Em: www.fpabramo.org.br

vinculado a núcleos “duros” ou “moles” de economistas. É uma escolha política. Na minha avaliação, a estratégia de nada fazer, nada mudar, significa deixar o Brasil vulnerável, débil, nessa trajetória de africanização, o que é uma estratégia de alto risco. Para não mudar, é melhor deixar a social-democracia ou os liberais no poder.[...] Estou convencido de que qualquer estratégia, marcada pela pusilanimidade e pela linha de menor resistência, desembocará em um processo autofágico. Perderemos o rumo e o prumo. Não tenho dúvidas que a história vai cobrar, e caro, se seguirmos a linha de menor resistência (GONÇALVES, 2003, p. 36).

Essa conclusão baseava-se, diz ele, na percepção crescentemente pessimista a respeito das perspectivas do desempenho de Lula na presidência da república. Ao lado disso, observava que, ao longo dos anos, uma parte expressiva dos dirigentes do PT mostrou não ter um projeto de sociedade para o Brasil. Ao contrário, para ele, de fato, havia quase que exclusivamente um projeto de poder. Eis a razão do seu ceticismo quanto a um futuro governo Luiz Inácio Lula da Silva.

Embora a intervenção de Gonçalves assumisse enorme importância política naquele momento, ela foi tomada apenas como mais um debate polêmico realizado num contexto no qual o caminho apontado pelo PT era outro, isto é, não o da ruptura e da transformação social. O PT já defendia, desde 1994, a necessidade de uma “revolução democrática” baseada em três eixos fundamentais: o social, o democrático e o nacional. Em 1999, o II Congresso Nacional reafirmou a necessidade da “revolução democrática”, a qual nada mais era que um programa de reformas que o Partido dos Trabalhadores queria para o Brasil, a ser realizado por um novo governo apoiado por ampla coalizão de forças sociais e política (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2001).

Diante disso, pode-se dizer que a intervenção de Reinaldo Gonçalves estava mais próxima a uma outra tese apresentada pela esquerda petista no Congresso de 1999, ou seja, aquela que ao expressar a grande insatisfação com as mudanças dentro do PT, afirmava:

Para o neo-reformismo da direção petista, o instrumento privilegiado para operar mudanças no país são as eleições. Assim, conquistando deputados e vereadores, prefeitos e governos, iríamos acumulando forças e ganhando hegemonia na sociedade. Para esse setor, a mobilização cumpre o papel de auxiliar na luta institucional. [...] Infelizmente, isto não é possível, e a experiência novamente nos dá razão. A partir do fim do período reformista do capitalismo, ou seja, a partir do surgimento da sua etapa imperialista, que existe até hoje, mesmo as conquistas mais básicas foram conseguidas com terríveis revoluções.”²⁰

²⁰ Ver “Teses finais”. Em: www.pt.org.br

Em 2002, ao disputar as eleições pela quarta vez, finalmente o PT se elege, porém, aliado à direita para cumprir o programa de reformas acima mencionado. Assim, ao final dos seus vinte e dois anos de existência, não há como negar que a história do PT termina sendo a história do enraizamento do partido no solo eleitoral, mas não para implementar um projeto de orientação socialista para o Brasil e, sim, um projeto de reformas em diferentes áreas.

Uma vez discutida a trajetória do PT Nacional, passaremos ao estudo de caso realizado no Município de Maringá. A trajetória do PT de Maringá tem seu início em 1981, conforme mostra o anexo A, e não se apresenta por demais diferenciada da trajetória em nível nacional como pode ser observado no anexo B, de acordo com o registro do historiador Dias (2003), também militante do PT em Maringá. Ou seja, não foram observados elementos atípicos que justificassem uma caracterização específica do Partido dos Trabalhadores maringaense. Não vimos, portanto, necessidade de maior detalhamento no que concerne a sua trajetória particular.

CAPÍTULO III

3 O PT E A PARTICIPAÇÃO POPULAR SOB A ÓTICA DE REPRESENTANTES PETISTAS ELEITOS NO MUNICÍPIO DE MARINGÁ

O universo desta pesquisa, já abordado na introdução, foi constituído por três pessoas, consideradas, por nós, representativas do Partido dos Trabalhadores no Município de Maringá, pelo fato de terem sido eleitas para cargos tanto no partido como no governo, seja no executivo seja no legislativo.

Como a análise se centra na pesquisa de campo aplicada neste Município, antes, apresentamos, brevemente, algumas de suas características que consideramos ser importante para a maior compreensão da referida análise.

3.1 BREVE HISTÓRICO DO MUNICÍPIO²¹

O Município de Maringá situa-se, geograficamente, no Noroeste do Paraná, a cerca de 430 km de Curitiba, a capital, e é a sede da microrregião 9, que abrange vinte e nove cidades.

A região norte do Estado do Paraná foi ocupada, no início do século XX, sobretudo por paulistas, mineiros e nordestinos que chegavam atraídos pela pujança do ciclo do café. A povoação da região foi denominada primeiramente de Norte Velho.

Em 1927, atraída pelo potencial econômico das férteis terras do norte do Paraná, a companhia britânica Paraná Plantations Company, através de sua subsidiária Companhia de Terras Norte do Paraná, adquiriu do governo do Estado a concessão de 515.000 alqueires na região que, hoje, conhecemos como Norte Novo. Vale destacar que, nessa época, a venda de lotes na região aconteceu

21 Os principais dados foram obtidos em: MARINGÁ. História da cidade. 2001. Disponível em: <http://www.maringa.pr.gov.br/historia/hist_maringa.htm>. Acesso em: 20 jun 2005.

mediante intensa especulação imobiliária pela Companhia de Terras Norte do Paraná, visando ampliar a área do café. Tal prática contribuiu para uma seleção natural da população recém-chegada e constituída, na sua maioria, de famílias migrantes vinda de outras áreas do estado e do país, mas também de famílias estrangeiras que foram se estabelecendo em pequenas e médias propriedades. Em 1939, quando um grupo de brasileiros adquiriu a Companhia de Terras dos ingleses que estavam envolvidos na II Guerra Mundial, esta passou a ser denominada Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

Assim, Maringá foi fundada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná em 10 de maio de 1947, como distrito de Mandaguari. Foi elevada a Município pela Lei nº 790, de 14 de fevereiro de 1951, e, nesse mesmo ano, após nove meses, conquistou a sua emancipação política. No ano seguinte, no dia 14 de novembro de 1952, o Sr. Inocente Villanova Júnior do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi eleito primeiro prefeito do Município. Desde a primeira eleição até a décima segunda em 2004, dez prefeitos ocuparam o posto conforme mostra a relação abaixo:

Inocente Villanova Júnior (PTB)	1953 – 1956
Américo Dias Ferraz (PSP)	1957 – 1960
João Paulino Vieira Filho (PSD)	1961 – 1964
Luiz Moreira de Carvalho (PDC)	1965 – 1968
Adriano José Valente (MDB)	1969 – 1972
Sílvio Magalhães Barros (MDB)	1973 – 1976
João Paulino Vieira Filho (ARENA)	1977 – 1982
Said Felício Ferreira (PMDB)	1983 – 1988
Ricardo José Magalhães Barros (PFL)	1989 – 1992
Said Felício Ferreira (PMDB)	1993 – 1996
Jairo Morais Gianoto (PSDB)	1997 – 2000
José Cláudio Pereira Neto (PT)	2001 – 2004

O novo povoado foi planejado pelo urbanista Jorge Macedo Vieira que projetou a cidade para abrigar uma população de até 200.000 habitantes em 50 anos, número superado em menos tempo. Hoje, segundo a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INSTITUTO BRASILEIRO..., 2000), totalizam-se 288.653 habitantes, dos quais 150.139 são mulheres e 138.514 são homens.

De acordo com Makiyama, Tenório e Silva (2001), a explosão demográfica de Maringá se deve a fatores como sua transformação em cidade pólo, alavancada, sobretudo, pelo ciclo do café, que se estendeu até por volta da década de 1970. A partir dessa década, a cafeicultura cedeu terreno à soja e a outras culturas agrícolas, como trigo, cana-de-açúcar, milho e algodão. A substituição da cultura cafeeira, a transformação fundiária das pequenas propriedades em latifúndios voltados à mecanização das práticas agrícolas, a expansão das atividades agropecuárias, somadas à nova demanda do mercado mundial introduziu a tecnologia no campo, provocando um grande esvaziamento no meio rural. As famílias foram expulsas das terras onde trabalhavam, moravam e viviam, dando início ao fluxo migratório, de cidade em cidade, à procura de um novo trabalho. Os impactos sociais causados pela modernização capitalista no campo deixaram marcas profundas, como mostra Yamamoto (2001, p. 156-157) na sua reflexão sobre as mudanças ocorridas na sociedade brasileira recente e a decisiva intervenção do Estado na agricultura, submetendo-a aos interesses do grande capital.

Um dos resultados desses processos tem sido a expropriação dos trabalhadores da terra, redundando tanto na crescente mercantilização da força de trabalho, como na recriação contraditória de formas de trabalho não assalariadas; formas essas expressas nas figuras dos posseiros, do pequeno produtor mercantil simples e até em formas escravas de trabalho na agricultura. A contrapartida é a profunda violência no campo, a intensificação das lutas pela terra, a expulsão de pequenos lavradores, o crescimento das formas de organização dos assalariados rurais. Resultou, ainda, um massivo êxodo rural, ocorrido nos últimos vinte anos – só nos anos 1970 quase 16 milhões de pessoas deixaram o campo em direção às grandes cidades, que derivou no inchaço da população dos grandes centros urbanos e, em consequência, num incremento crescente da demanda dos serviços sociais públicos, por parte da população pauperizada.

Deve-se considerar que o cenário acima abordado pela autora atingiu todo o país de tal forma que, já no final da década de 1970, especificamente em Maringá, a população urbana representava 95,51% do total de 168.239 habitantes, enquanto permaneceram no meio rural apenas 4,49% (INSTITUTO BRASILEIRO...2000).

Neste Município, a população proveniente do campo se concentrou nas áreas periféricas da cidade, mas logo passaria a enfrentar a política de “urbanização higiênica”, adotada pelo poder público local com o intuito de preservar

o plano urbanístico original da cidade, o qual não previa a presença de trabalhadores rurais, marcados pela expropriação e migração contínua, no espaço urbano.

Na realidade, a política de “higienização” significou o uso pelo poder público de todos os meios possíveis de violência, da qual a população migrante do campo e os moradores das favelas foram, mais uma vez, vítimas de um processo perverso de expropriação, como relata Caniato (1995, p. 4) em sua pesquisa realizada por meio de um projeto de extensão da Universidade Estadual de Maringá entre os anos de 1982 a 1987.

A última dessas expropriações se dera quando a Prefeitura Municipal de Maringá entrou com a polícia e tratores na Favela do Cemitério derrubando os barracos onde eles moravam, aplainando os escombros de papelão, madeira, zinco e pedras a que ficaram reduzidos os seus ranchos e oferecendo uma indenização espúria pelos seus direitos de morar ali. Seus pertences eram colocados em caminhões e deixados na beira da estrada em municípios vizinhos ou os moradores eram levados à estação rodoviária e ferroviária com uma passagem de ônibus ou trem para retornar às suas cidades de origem. Foram obrigados a assinar documentos onde diziam sair da Favela de livre e espontânea vontade e se comprometiam a não construir barracos em nenhum outro local da cidade de Maringá.

Com base na referida pesquisa, observa-se que o poder público de Maringá buscou a forma tradicional, isto é, autoritária e conservadora para solucionar os problemas sociais surgidos no período. Nesse sentido, enfatiza Gomes (2000, p. 84) que, na cidade, a ausência, por exemplo, de favelas não ocorreu por acaso. Ao contrário, segundo ela:

[...] os índices expressivos de concentração de pobreza existentes nos municípios vizinhos ocorreram, dentre os vários determinantes, da política de urbanização higiênica desenvolvida pelo município pólo que, historicamente, se pautou na postura de não assumir a responsabilidade dos problemas e contradições sociais de forma conjunta com os municípios da região.

Essa forma individual e desarticulada de fazer política na região rapidamente trouxe, no entanto, outros problemas sociais para a cidade pólo. De acordo com a bióloga Lídia Maróstica, servidora pública municipal lotada na Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente (SEUMA), em 1979, instalou-se a

primeira população na área conhecida como “lixão” de Maringá, possivelmente os mesmos trabalhadores despejados deste Município, para sobreviver do lixo produzido por toda a cidade.

Passadas mais de duas décadas, os dados do questionário aplicado durante o mês de abril de 2001, sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal em parceria com a Universidade Estadual de Maringá, informam que 70 famílias sobrevivem do lixo coletado no aterro sanitário. Destas, 57,14% têm suas residências em Sarandi e em Paiçandu, Municípios pertencentes à região metropolitana de Maringá (MAKIYAMA; TENÓRIO; SILVA, 2001).

A presença de catadores de lixo, tanto na área do “lixão” quanto nas ruas, pode ser considerado o mais visível contraste de uma cidade que foi traçada obedecendo ao projeto urbanístico com largas avenidas, muitas praças e com a lúcida preocupação em relação à preservação das áreas verdes e vegetação nativa. A terceira cidade em número de habitantes do Paraná ostenta ser cidade modelo no tocante à arborização urbana, pois conta, de acordo com a Prefeitura Municipal (MARINGÁ, 2001), com três áreas ecológicas que formam um verdadeiro “pulmão verde”, 79 praças, 88 avenidas e 875 ruas, embelezadas por cerca de 160.000 árvores. Mais ainda, para o poder público local, além de ser privilegiada com elevados índices de produção agrícola pela sua terra-roxa, considerada terra ideal para agricultura, Maringá apresenta, hoje, um potencial imenso para a produção industrial e prestação de serviços, por ser pólo de uma vasta região de influência, entroncamento de importantes rodovias e ferrovia e, ainda, caminho da produção deste e de outros estados para o Mercosul. Ademais, com seu elevado Produto Interno Bruto de R\$ 2.957.689.254,00 (INSTITUTO BRASILEIRO..., 2003) e ocupando sétima posição no Estado, Maringá tornou-se conhecida como uma cidade que possui um alto padrão de qualidade de vida. Sua renda per capita, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), é de R\$ 465,37, cifra que a deixa atrás apenas da capital Curitiba (INSTITUTO DE PESQUISA..., 2000).

Contudo, nos últimos anos, todos esses dados acabaram entrando em colapso e, desde então, foi possível constatar malversação e má administração pública dos últimos governos, ora investigados pelo Tribunal de Contas. De concreto, os dados extraídos da prestação de contas, promovida em 31 de dezembro de 2000 pelo recém-eleito prefeito José Cláudio Pereira Neto do PT,

informavam que o total aproximado da dívida da Prefeitura Municipal chegava a um montante de R\$ 219.615.133,18 (MARINGÁ, 2000, *apud* MAKIYAMA; TENÓRIO; SILVA, 2001). Os reflexos desse quadro, ao causar enorme prejuízo nos investimentos econômico e social do Município, tornaram-se visíveis aos olhos de todo cidadão maringaense. A cidade foi abandonada no tocante à sua manutenção e à sua preservação e, com praças danificadas e ruas esburacadas, começaram a surgir outros contrastes na cidade conhecida como “cidade ecológica” e “cidade verde”.

É nesse contexto que o Partido dos Trabalhadores chegou, pela primeira vez, ao poder local, propondo implementar um governo democrático com a participação da população. A sua trajetória, com enfoque na participação popular em Maringá no período de 2001 a 2004, será o próximo passo a ser analisado, levando-se em conta os três eixos de análise que nortearam as entrevistas realizadas.

- a) Concepção de participação popular;
 - b) Formas de organização de base e;
 - c) Partido como instrumento de organização popular.
- Cada um dos eixos levantados será analisado a seguir.

3.2 PARTICIPAÇÃO POPULAR NA CONCEPÇÃO DO PT

O tema da participação, já tratado por importantes autores apresentados no primeiro capítulo, pode ser observado nas práticas cotidianas da sociedade civil, nos sindicatos, nos partidos políticos, nos movimentos populares e em outras organizações sociais, assim como nos discursos e práticas das políticas estatais, com dimensões e significados completamente distintos, dado o caráter ideológico que o envolve. Assim, Gohn (2001) entende que o conceito de participação apresenta um alto grau de ambigüidade e varia de acordo com o paradigma teórico em que se fundamenta. Veremos que as falas de nossos entrevistados apresentam, como alertado por Gohn (2001), variações e ambigüidades.

No que tange à questão da participação popular, o ex-prefeito João Ivo traz a seguinte fala:

A participação popular no governo do PT começou em 2001 e ela foi fundamental porque nós assumimos uma prefeitura da era Jairo, Said, Ricardo Barros que significou 12 anos de saque na prefeitura. O PT, então, assumiu o governo numa situação muito difícil e nós só tínhamos uma alternativa para resolver isso: chamar o povo para nos ajudar (João Ivo).

Sua resposta nos leva a entender que, na concepção do PT, participar é visto como criar uma cultura de dividir as responsabilidades com a sociedade civil, considerada como parceira do governo, isto é, como co-responsável permanente e não apenas como um ator coadjuvante em programas esporádicos.

Na mesma linha de raciocínio, em outro momento da entrevista o ex-prefeito afirma:

Nós formamos os conselhos em todos os setores da área social. O conselho da saúde, por exemplo, já existia, mas, nós aprimoramos porque criamos o conselho em todas as unidades para ajudar administrar o posto de saúde. Esse conselho é paritário, ou seja, 50% dos membros são da comunidade e 50% são constituídos por médicos e enfermeiros que têm o compromisso de, uma vez por mês, se reunir para ver o que está acontecendo. Em certo sentido, os conselheiros administram com a participação do usuário, de todo mundo. Nós avançamos mais ainda porque criamos, mediante um projeto de lei, conselhos em todos os hospitais de Maringá que prestam serviço à prefeitura através do SUS. Criamos também a assessoria da juventude, do negro e da mulher que não existia. Então, isso é muito positivo no sentido de ter um parceiro que é a população (João Ivo).

A fala que enfatiza a criação de conselhos e outros órgãos setoriais reforça a concepção da participação como partilha das responsabilidades. Trata-se de construir a cultura da co-responsabilidade na esfera pública, envolvendo múltiplos agentes de organização social. Dentro dessa visão, como se pode observar no relato do ex-prefeito, os entes principais que compõem os processos participativos são formados por uma diversidade de grupos organizados, os quais são vistos como sujeitos sociais no cenário. Não se trata, portanto, de indivíduos isolados nem de indivíduos membros de uma dada classe social, visto que a participação tem caráter plural, como diz Gohn (2001).

Já no relato de Claudemir Romancini, presidente do Partido dos Trabalhadores de Maringá, a participação popular aparece como ação inovadora do governo petista.

Acho que uma das questões mais representativas da participação popular no governo foi a implementação do Orçamento Participativo. Posso dizer que logo nas primeiras assembléias, no primeiro ano, a gente tinha plenário com oitocentas, mil pessoas presentes; e isso era uma novidade porque toda vez que a sociedade pensa junto com a administração a questão do orçamento, a questão dos investimentos, o que é nossa prioridade, isso realmente foi um fato inovador e que levou a população para discutir (Claudemir Romancini).

Embora no seu depoimento ele não explicita a participação da população nas decisões políticas do governo, o ato de participar é visto como um espaço político em que a sociedade civil pensa junto com a administração no exercício da ação governamental. O relato do presidente do PT, na verdade, anuncia o momento inicial do processo de implementação do chamado “modo petista de governar” em Maringá. Este, de acordo com o PT, se expressa na construção de políticas públicas que auxiliem na emancipação da população, no respeito aos cidadãos e aos bens públicos e se apresenta como alternativa concreta de governo, baseada na ética, na transparência e na participação popular.

Na ótica de Pontual (1999), o modo petista de governar privilegia a participação popular como elemento fundamental na construção da prática de gestão e co-gestão²² voltada para assumir o desafio de construir uma cultura democrática associada a conquistas efetivas no plano de distribuição de riquezas. Em “Participação Popular nos Governos Petistas”, o autor enfatiza que as experiências de participação popular devem articular os projetos de longo, médio e curto prazo. Ou seja, por um lado, elas devem proporcionar a melhoria efetiva da qualidade de vida das pessoas a curto prazo e, por outro lado, buscar a construção de uma cultura democrática a longo prazo. Segundo ele, a sociedade brasileira tem

²² Segundo Gohn (1990), co-gestão é uma das formas mais avançadas de participação no capitalismo. É também o seu limite. A política de colaboração das classes é a grande diretriz da forma co-gestão de participação. Através da constituição de vários tipos de conselhos, a co-gestão constituiu-se na alternativa mais avançada de trabalhar os conflitos, inserindo os agentes envolvidos num mesmo processo, que se diz neutro e busca assentar-se nas premissas generalizantes do bem-estar geral. Para ela, o discurso universalizante do Estado já contém todos os ingredientes para a construção ideológica da política de colaboração entre as classes. Desse modo, diz autora, a co-gestão limita-se a atribuir espaços de participação ao nível opinativo e consultivo. Jamais deliberativo.

uma matriz autoritária, clientelista e paternalista, mediando tanto as relações entre os cidadãos e o Estado como as relações entre as pessoas, nos seus cotidianos. No seu entendimento, perdendo-se de vista essa tradição histórica corre-se o risco de também perder como horizonte o objetivo de construir uma sociedade radicalmente democrática.

A participação é, portanto, vista ainda como um meio para fortalecer a sociedade civil e construir caminhos que, estrategicamente, apontem uma realidade social sem injustiças, desigualdades, discriminações e outros mecanismos de exclusão social. De acordo com o ex-prefeito João Ivo, esse foi o caminho que o seu governo perseguiu para viabilizar “a vontade e o sonho de construir uma sociedade justa, com transparência e inclusão social.”

Conforme já citado no capítulo I, Gohn (2001) ressalta que essa forma de conceber a participação popular tem origem teórica pautada na concepção democrático-radical, a qual, partindo do princípio do pluralismo, da cidadania e da valorização dos movimentos sociais, entende a participação como o fortalecimento da sociedade civil para a construção de uma nova cultura democrática. Nesse sentido, deve-se pensar a democracia como valor estratégico²³, estendendo-a a todas as esferas da sociedade e do Estado, afirmam alguns autores como Daniel (1994), Benevides (1994), entre outros.

Wanderley (*apud* PAZ, 2000) concorda com os autores acima mencionados e chama a atenção para o fato de que, com as imensas desigualdades sociais vigentes no país, é imperativo ir além da visão reducionista da democracia centrada na esfera político-institucional, para assim efetivar a democracia e a cidadania. O autor sugere a necessidade de implementação de uma democracia econômica, que permita a participação de todos nas decisões econômicas e de uma democracia social que efetive os direitos sociais, amplie a vida comunitária e reconstrua os laços e as relações solidárias, hoje, negados pelo individualismo exacerbado que, segundo o autor, resulta do neoliberalismo. Esta visão tem sido

²³ Conforme Daniel (1994), democracia como valor estratégico significa, por um lado, operar uma reformulação fundamental na relação entre o público e o privado, superando a oposição dicotômica entre estatização e privatização. Por outro lado, não se trata de restringir a idéia de democracia apenas ao plano do regime político em sentido restrito, ou às chamadas regras do jogo, mas compreendê-la como constitutiva de um sistema social, buscando sua presença ou ausência nas formas de sociabilidade e de organização do trabalho, bem como nas modalidades de relação entre o Estado e a sociedade, âmbito no qual a extensão dos direitos demanda a conquista do direito à participação da sociedade na gestão pública, ultrapassando a mera democracia representativa.

denominada pelo PT de radicalização da democracia que combina formas de participação direta com mecanismos de democracia representativa.

Daniel (1994) observa que a idéia de radicalizar a democracia surge a partir das reflexões e dos questionamentos oriundos de segmentos de esquerda acerca da crise da social-democracia, do Estado intervencionista de bem-estar keynesiano no capitalismo desenvolvido e da crise do socialismo real. Para ele, tais acontecimentos produziram um novo ambiente para o debate de idéias, marcado pela forte presença do valor neoliberal da liberdade econômica e pela perda de referências relevantes no campo do marxismo-leninismo. Nessas condições, segundo o mesmo autor, uma parcela da esquerda tendeu a eleger a democracia como valor estratégico, tornando-a uma referência básica nos níveis prático e teórico, donde a recorrência das idéias de direitos e cidadania.

No PT, a partir do final da década de 1980, observamos que a democracia como valor estratégico adquire uma intensidade política nos debates internos do partido. Com a realização do I Congresso Nacional do partido em 1991, a idéia ganha força e o socialismo torna-se, para o PT, “sinônimo de radicalização da democracia” (PARTIDO..., 1998, p. 499).

Dirceu (2001), presidente nacional do Partido dos Trabalhadores no período de 1995 a 2004 e um dos principais defensores desta linha, sustenta que o socialismo e o poder não são apenas conquistados, mas construídos. Isso significa, segundo ele, que ao lutar pela radicalização da democracia, por instituições democráticas e por novas relações socioculturais em um período histórico, os trabalhadores têm a possibilidade de construir ou não um socialismo democrático. Acrescenta ainda que também está ligada à construção do socialismo a maneira como se constrói o partido, como se concretiza a vida política do homem enquanto cidadão na sociedade ou no parlamento e a vida individual na família, com os filhos, na comunidade. Isso é definitivo e ultrapassa as questões históricas, diz o ex-dirigente nacional do Partido dos Trabalhadores.

Assim para entender, observa-se que a democracia torna-se o principal caminho, escolhido pelo PT, para a construção do socialismo. Por conseguinte, a histórica centralidade do trabalho nas lutas de transformação voltadas ao objetivo da emancipação humana passa a ser suprimida pela centralidade da democracia no campo petista.

Não obstante concordarmos com a importância da luta pela democracia em todas as esferas, acreditamos que, se o partido não apontar esta luta na perspectiva da destruição do poder político da classe capitalista e da ruptura com a sociedade burguesa, a participação popular torna-se apenas um instrumento voltado para a democratização da relação entre Estado e sociedade, evidentemente, nas próprias sociedades capitalistas. Cabe ressaltar que, por esse caminho, em última instância, a participação popular petista acaba contribuindo para o mesmo fim almejado na concepção liberal, ou seja, a manutenção da realidade posta.

Em Maringá, o quadro não poderia ser diferente, visto que o PT é um partido organizado e disciplinado nacionalmente e, como tal, as orientações são também seguidas em todas as instâncias do partido.

O PT local não fugiu a essa regra e trabalhou a participação popular como forma de transformar a administração pública, visando democratizá-la. Com esse propósito, o governo petista iniciou a implementação de mecanismos de participação, apostando, particularmente, no Orçamento Participativo. Nesse sentido, o ex-prefeito João Ivo relata que a participação popular foi “a alma do governo” e o Orçamento Participativo “a menina dos olhos” e uma das grandes inovações da sua administração.

Ainda assim, com base em experiência vivenciada, a sua fala ressalta que a participação popular tem seus limites e, em decorrência disso, há dificuldades a serem superadas. Entre elas, o ex-prefeito João Ivo destaca três:

No nosso governo, a participação popular funcionou muito bem. Quais eram as dificuldades e os limites? Primeiro limite é que a gente não pode achar que resolve e decide tudo e não tem o menor problema. Tem problema sim, tem que ter orientação, ter empenho dos técnicos, ter empenho político do prefeito e do secretariado e entrar no debate com a população. Isso é muito importante, mas nem sempre os gestores e o próprio secretariado está preparado para isso, porque, isso é uma coisa nova. Então, tem que ir construindo porque as pessoas estão acostumadas a tomar decisões muito fechadas (João Ivo).

Em segundo lugar, deve-se lembrar que a participação popular é uma coisa importante, mas não é uma mágica. Ela também tem seus limites de recursos, limites políticos e geográficos, e tem seus limites quanto aos dirigentes que às vezes tem boa vontade de fazer, mas não estão preparados, não estão dispostos, não estão habituados àquele processo de administração aberta e livre (João Ivo).

Um terceiro limite é o financeiro e o limite financeiro é bravo, às vezes não consegue fazer tudo [...] você não consegue atender todas as demandas da população porque que as necessidades são muitas (João Ivo).

O depoimento do ex-prefeito traz, sem dúvida alguma, elementos essenciais para que um governo possa cumprir o seu verdadeiro papel no trato da coisa pública. É impossível não reconhecer, por exemplo, que a falta de recurso financeiro impõe limites nas ações de governo, sobretudo, quando se trata de atender as demandas da população, historicamente, excluída do usufruto das riquezas produzidas socialmente no país.

Todavia, para além do problema financeiro, quando se trata de uma administração conduzida por aqueles que têm um compromisso histórico com a construção do novo, com um projeto socialista, faz-se necessário, como diz Rodrigues (2001), compreender a política como dimensão fundamental da ação humana. Ou seja, gerir uma cidade significa promover sua politização em nível local e em processos mais amplos de participação e de luta. Concordamos com o autor que isso é fundamental no sentido de que um governo de esquerda não pode cair na armadilha do administrativismo acabando por colaborar para a produção e a reprodução da sociedade de mercado.

Outro aspecto abordado pelo ex-prefeito diz respeito à equipe de governo, responsável pelo comando dos trabalhos. Ianni (2004), sociólogo e um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores, referindo-se aos dirigentes do PT Nacional, constata que essas lideranças tiveram, durante anos, tempo e oportunidade para estudar o que realmente estava acontecendo no mundo e não o fizeram. Ativeram-se a conhecimentos superficiais²⁴. O sociólogo observa que, não raras vezes, o mesmo comportamento se repete com os petistas que atuam na administração pública municipal.

Esse quadro agrava-se mais ainda quando o governo compõe sua equipe de trabalho levando em conta apenas o critério de confiança política nos seus correligionários, ou, o que é pior, nos membros que tenham a mesma tendência política do prefeito ou daquele que comanda o governo por influência da equipe dirigente. Não são considerados outros critérios, como a competência profissional, o que torna visível o amadorismo de muitos membros do governo petista, prejudicando a condução da gestão e o alcance dos objetivos previamente estabelecidos nas respectivas plataformas de campanha.

²⁴ Entrevista publicada no Jornal Popular em 10 de março de 2004. Nela, Otávio Ianni critica duramente o governo Lula.

É importante ressaltar que nenhuma crítica deve ser interpretada ou atribuída às pessoas, individualmente, mas, para o seu avanço da prática democrática, deve ser estendida ao conjunto do partido, sujeito também a erros.

Confirmamos a pertinência da crítica de Ianni com nossa própria experiência vivenciada, neste partido, durante duas décadas. Desses anos todos, convém sublinhar, mais da metade foram absorvidos quase que exclusivamente para disputas eleitorais, até porquê, já no final da década de 1980, foi essa a principal estratégia escolhida pelo PT na tentativa de alcançar o socialismo. Assim, observamos que a cada dois anos a participação popular se expressava mediante campanhas eleitorais que não exigiam tanto esforço para a politização quanto a preocupação para “ganhar o eleitorado” na disputa do poder.

Quando Ianni afirma que os petistas passaram anos tendo tempo e oportunidade para estudar, na realidade, esse tempo foi ocupado com disputas eleitorais num processo que - é verdade - é atraente, é embriagador. Pode, no entanto, tornar-se alienador, se desvinculado das lutas dos trabalhadores.

Para Silvana Borges, ex-vereadora pelo PT no período de 2001 a 2004, o governo popular enfrentou diversas dificuldades na implementação da participação popular.

As dificuldades? Eu acho que foram as dificuldades inerentes ao próprio processo de construção de participação, de mobilização com o enfrentamento de uma cultura de pouca participação. Eu acredito que em Maringá houve também a cooptação de um segmento, ideologicamente, contrário à proposta da gestão participativa, do governo popular, e que já havia uma organização aqui nessa cidade. Então, nós já sabíamos que havia um segmento, não só havia como continua existindo, um grande segmento organizado em torno das associações de bairro, vinculado àquela visão clientelista (Silvana Borges).

Sob a ótica da participação popular, não há dúvida de que a fala da ex-vereadora resgata uma questão que representa, mais que uma simples dificuldade, o grande desafio a ser enfrentado por aqueles que buscam uma sociedade na qual impere a liberdade plena. Referimo-nos à sociedade civil que apresenta uma organização da população ainda frágil. Nesse sentido, Paz (2001) afirma ser acentuada, na sociedade civil brasileira, a tradição de delegação de poder para políticos, entidades corporativas, representantes e lideranças populares. O associativismo mantém-se restrito a movimentos organizados e o envolvimento da

população em processos participativos não é ainda uma prática assimilada na cultura social, diz a autora, a qual reforça o depoimento acima da ex-vereadora do PT.

Esse é o verdadeiro quadro em que qualquer projeto que propõe uma mudança estratégica deve assumir o desafio de enfrentar. Ademais, é importante ressaltar que nenhum projeto voltado para a transformação das condições existentes na realidade social resultará por obra de um determinismo qualquer, visto que ela é, conforme Neto (2000, p. 28), “função de uma vontade política capaz de fundar uma estratégia apta a orientar a ação política dos homens para a constituição de uma nova ordem social.”

Todavia, para definir a estratégia que conduz a ação política dos trabalhadores faz-se necessário desvelar a origem da passividade evidenciada como também descobrir a fonte da qual advêm determinadas práticas contrárias à emancipação humana. Assim, buscou-se compreender o quadro exposto à luz do pensamento gramsciano, segundo o qual, “o Estado não é só a instância de violência e coerção da classe dominante (sociedade política), mas também a instância em que esta classe busca persuadir e obter o consenso dos governados, quanto à sua dominação (sociedade civil)” (GRAMSCI, *apud* PAZ, 2001, p. 20).

Tomando-se por base o pensamento de Gramsci, entende-se que o Estado é o maior promotor da participação passiva instalada na sociedade civil brasileira. O ato de persuadir, tal como abordado nesse conceito de Estado, realça-se, é uma das estratégias mais sutis e nocivas, capazes de introjetar nos trabalhadores a prática que reproduz, no interior da classe, o consenso da dominação dos governados por meio do clientelismo e da cooptação.

Nesse contexto, é previsível que uma proposta de gestão participativa provoque conflitos entre os sujeitos políticos envolvidos no processo que visa a disputa de poder. Silvana Borges relata como esses conflitos foram enfrentados pelo governo petista.

Em algumas áreas, eu acho que, enquanto organização, esse processo foi muito rico e aconteceu nos locais onde o PT foi governo. Mas também nós sentíamos uma dificuldade do governo em lidar com os movimentos populares; dificuldade do governo em administrar esse conflito. Então, a gente vê que enquanto governo tivemos as nossas contradições. Nós tivemos os nossos acertos e os nossos erros. Tivemos um acerto enquanto proposta política, enquanto organização, implementação, mas nós tivemos dificuldades, eu acredito, principalmente, de preparo, inclusive pessoal, de

estrutura pessoal, de agüentar pressões, de se relacionar politicamente sem confundir partido com governo, respeitando democraticamente. Mas na hora da prova, eu acredito que, infelizmente, uma das falhas foi, justamente, nessa questão política. Acho que a maior dificuldade foi nesta convivência e seria a prova do nosso princípio democrático (Silvana Borges).

Para Pontual (1999), as experiências de participação popular conseguem tensionar a tradição clientelista presente na democracia representativa, gerando conflitos, mas também criando a possibilidade para a construção de novas referências.

Quanto à constatação da ex-vereadora do PT de que o governo petista tem dificuldades em lidar com os movimentos populares e administrar os conflitos, o mesmo autor atribui a responsabilidade à prática autoritária, herdada da ditadura militar, como principal causadora do problema nas relações sociais entre governantes e governados. Para ele, o autoritarismo, também presente na esquerda, reflete até mesmo na prática política daqueles que agem na “maior das boas intenções”. Dessa maneira, nas suas reflexões é sempre possível vê-lo em defesa da construção de novos valores culturais, democráticos e éticos, na esfera pública.

A riqueza da contribuição do autor, mencionado nessa análise, é compreender que, enquanto permanecer a ordem estabelecida, nenhuma ação humana estará imune da contaminação do autoritarismo. Assim, faz-se necessário analisar a prática política, sobretudo a prática do partido, dado que o seu comportamento reflete diretamente no governo, como nos mostra a fala da ex-vereadora.

Silvana Borges aponta uma das questões cruciais no PT manifestada na falta de democracia interna e a toma como umas das contradições do partido. Estas se materializam, especialmente, nos momentos de disputa interna que visa o controle do partido. Ozaí (1996), membro filiado ao PT até 1991, ao relatar esse momento, recorda que os encontros democráticos do partido transformaram-se, com o tempo, num verdadeiro exercício de manipulação dos filiados e demonstração de força do poder material dos candidatos a candidato. As filiações massivas às vésperas da disputa interna ocorrem sem qualquer critério, e disputas sobre a sua validade permanecem na dependência de quem controla o diretório.

Mais de dez anos após o desligamento de Ozaí, o jornal Folha de São Paulo do dia 04 de setembro do corrente ano, ao publicar a matéria sobre as eleições para a escolha da nova direção do PT em outubro de 2005, mostra como o partido ainda continua mantendo a mesma prática adquirida nos anos anteriores. Na matéria, Robson Almeida, dirigente da tendência interna denominada Democracia Socialista e um dos candidatos ao cargo de presidente do Diretório Estadual na Bahia, afirma que o Campo Majoritário promoveu filiações em todo o Estado, visando garantir a eleição do seu candidato. Afirma ainda que dentre os que o apóiam, alguns filiados participam da vida partidária, mas outros são mobilizados só para votar.

Essa prática adotada pelo PT e, comumente conhecida como “eleitoreira”, vem proporcionando insatisfações aos seus militantes, os quais, em muitos casos, terminam por desligar-se do partido. Ressalta-se que o militante é aquele que constrói e assume a bandeira do partido. Logo, o PT vem perdendo aquilo que antes era visto como seu maior patrimônio: a militância.

Do ponto de vista político-partidário, toda essa reflexão aponta para a necessidade do PT rever a sua prática política, não só pelo fato da democracia tomar o lugar central no partido, mas também por entender-se que a prática da manobra, das filiações em massa sem qualquer critério ou o controle político dos seus filiados sob pressão, não garante a formação de forças sociais capazes de dar sustentação a qualquer projeto de sociedade.

De mais a mais, o relato da ex-vereadora evidencia que o PT perde, de um lado, por não saber administrar democraticamente os conflitos gerados na relação entre governo e sociedade e, de outro, por não respeitar a democracia interna. Vale lembrar que, na Carta de Princípios, o PT declara: “um partido que almeja uma sociedade socialista e democrática tem que ser, ele próprio, democrático nas relações que se estabelecem em seu interior” (PARTIDO..., 1998, p. 54).

No relato a seguir, Claudemir Romancini, presidente do Partido dos Trabalhadores de Maringá, discute como foi a relação entre governo e população, especificamente, a partir do OP.

Uma das dificuldades, que veio na seqüência, foi exatamente no momento de implementar aquilo que era discutido nas plenárias. E aí passamos a ter problemas, no primeiro ano, com a própria Câmara Municipal. O legislativo com aquela prática clientelista de que o vereador é quem tem que resolver o

problema do bairro começou, então, a surgir uma certa “ciumeira” por parte do legislativo. O primeiro bloco de orçamento enviado para Câmara, acho que eram quatro ou cinco milhões destinados para população decidir, os vereadores começaram a condicionar que para aprovar aquilo no orçamento, ele também queria uma parcela X no orçamento para que ele pudesse também fazer obras, cumprir o papel do executivo. Naquele momento, infelizmente, o nosso governo cedeu para o legislativo e abriu espaço para que eles fizessem emendas. Então, aquilo que era no momento uma experiência muito boa, nós cometemos o erro de abrir para o legislativo. Agora por que isso? Para defender uma tal de governabilidade (Claudemir Romancini).

A nossa análise até o presente momento possibilita o entendimento de que tanto o presidente do Partido dos Trabalhadores de Maringá, Claudemir Romancini, quanto a ex-vereadora do PT, Silvana Borges, adotam uma linha crítica nos seus discursos e, ao mesmo tempo, fazem uma autocrítica, incluindo-se no contexto das ações de governo.

Consideramos que tal postura é necessária para corrigir as eventuais falhas cometidas durante o processo. Mais que isso, é um ato que possibilita definir novas estratégias de luta e, conseqüentemente, novos passos ou até mesmo novos rumos.

Posto isto, torna-se possível afirmar que o depoimento do presidente do PT oferece elementos que possibilitam a visualização de algumas contradições presentes entre o seu discurso e o do ex-prefeito no que tange à participação popular, de modo geral, e ao Orçamento Participativo, de modo específico.

Uma primeira contradição aparece na forma como tratam a participação popular. Ou seja, embora ambos trilhem o caminho da concepção democrático-radical, o primeiro dá ênfase maior à mobilização da população, direcionando-a para o debate das questões prioritárias e do investimento da cidade, como mostra um trecho do seu depoimento, já citado. O segundo enfatiza, reiteradamente, a divisão de responsabilidades entre governo e população na administração da coisa pública.

Nesse sentido, Rodrigues (2001), ex-prefeito de Belém do Pará que já ocupou o cargo executivo por dois mandatos pelo PT, alerta que a sociedade não pode ser pensada como uma empresa voltada para produtividade e competição. Acrescenta o ex-prefeito de Belém do Pará que esse tipo de concepção, muito presente em determinadas formas de relação da própria esquerda e, em certa medida, do PT com o aparelho do Estado, redundava numa forma de gestão voltada,

acima de tudo, para administrar problemas inadministráveis e para contribuir com políticas voltadas à inclusão social. Entretanto, ao não questionar a fundo a lógica do próprio sistema, pouco contribui para uma transformação mais profunda da estrutura social.

Já a segunda contradição manifesta-se no rumo tomado pelo Orçamento Participativo, isto é, enquanto para o ex-prefeito João Ivo o Orçamento Participativo foi a “alma do governo popular de Maringá” e, como tal, funcionou muito bem, para o presidente do PT, Claudemir Romancini, o Orçamento Participativo teve uma vida curta porque a sua continuidade foi abortada quando o governo petista, em nome da governabilidade, optou pelo legislativo para conduzir os trabalhos.

Analisando o discurso de Claudemir Romancini fica claro o entendimento de que o governo cometeu equívocos por apostar no legislativo que ainda se orientava pela prática clientelista. O presidente do PT, em sua fala, diz:

Os petistas deviam ter ido à população e falar assim: olha população, o vereador não quer aprovar aquilo que vocês aprovaram aqui, ele está condicionando para tal. Infelizmente isso aconteceu em nosso governo e aí veio a primeira dificuldade, ou seja, muitas coisas que foram aprovadas no orçamento participativo não acabavam sendo efetivadas. Isso foi tirando da população a credibilidade na prática e no debate do orçamento participativo. Aprovou, passou um ano, dois anos, não executou, perdeu a credibilidade, ao passo que se nós tivéssemos aprovado no primeiro ano, e no segundo ano executado tudo, teríamos arrebatado nessa experiência da participação popular. Então, a gente tem essa avaliação e, provavelmente, é uma avaliação que possa ter divergências, inclusive com outros membros do partido e de outros membros do governo (Claudemir Romancini).

Segundo Singer (2001), o Orçamento Participativo é a base do método petista de governar e um dos seus méritos é quebrar a cadeia clientelista em que a distribuição dos recursos, em geral intermediada pelos vereadores, fica sujeita a uma retribuição em votos por parte dos favorecidos.

Observa-se que em Maringá o processo foi um pouco diferente, de modo que é difícil afirmar que o Orçamento Participativo funcionou efetivamente como base do governo popular. Mais ainda, de acordo com o relato acima, aponta-se o próprio governo do PT como responsável pelo processo que culminou na desarticulação do Orçamento Participativo. Uma vez “cedendo” a condução do Orçamento Participativo ao legislativo, o governo teria nos vereadores grandes aliados políticos.

Ao Executivo, no entanto, isso custaria um preço muito alto: renunciar à autonomia²⁵ na condução das políticas públicas. Diante disso cabe um questionamento: até que ponto este tipo de aliança com o legislativo, ainda que seja em nome da governabilidade, não se configura como uma prática clientelista estabelecida entre os dois poderes?

Confirmando ou negando a questão acima colocada, interessa-nos compreender o que leva um governo popular a abrir mão de sua autonomia. Entendemos que, para essa análise, faz-se necessário conhecer as forças sociais que o sustentam para viabilizar projetos de interesse dos trabalhadores sem perder a sua originalidade. Tais forças, realça-se, são construídas a longo prazo, antecedendo ao início do exercício de mandato do governo.

Nesse sentido, no próximo eixo, propomo-nos a analisar não só como o governo organizou a base dessas forças, mas também como o partido preparou sua base para que o governo pudesse, com autonomia, tomar determinadas decisões políticas.

3.3 FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DE BASE

No que se refere à organização de base, todos os entrevistados citaram os conselhos municipais como um canal importante de participação no governo. Nessa gestão petista foram criados diversos conselhos municipais como, por exemplo, o do meio ambiente, o dos direitos da pessoa com deficiência, o dos direitos dos idosos, o da cultura, entre outros. Para o governo, os conselhos foram uma das formas de organização de base que, dentro dos seus limites e possibilidades, dinamizaram a gestão petista nos diversos setores da sociedade, como mostram os relatos abaixo:

²⁵ Para Guattari (1986), autonomia é uma função histórica, desenvolvida fundamentalmente pelos chamados grupos moleculares da sociedade, para construir uma nova lógica que aniquile a lógica dada pela subjetividade capitalista. A ação com autonomia pressupõe a independência do grupo e a produção de condições e relações de vida coletiva que criem um novo campo de subjetividade social a partir das singularidades dos sujeitos.

Eu acho que onde nós tivemos um avanço muito grande e que, hoje, permanece no atual governo, foi a experiência dos conselhos na educação, na assistência social e na área da saúde, além do conselho municipal da saúde, conselhos por unidade de saúde, conselhos locais. Então, isso trouxe também a população e foi uma experiência participativa muito boa. Nesse aspecto, eu posso dizer com toda tranquilidade que nós deixamos uma boa marca (Claudemir Romancini – Presidente do PT de Maringá).

Eu acredito que houve um grande avanço na participação popular da gestão 2001/2004. Nós tivemos, assim, enquanto vereadora, participando das diferentes instâncias das organizações, principalmente, dos conselhos, dos conselhos locais de saúde, inclusive na área também da assistência social, a gente iniciou o processo de construção, também de conselhos locais da assistência social, e enquanto vereadora nós temos articulado [...] então eu acredito que houve um grande avanço na participação popular (Silvana Borges – ex-vereadora do PT).

Além dos conselhos setoriais, do Orçamento Participativo e das assessorias ao Movimento Negro, da juventude e da mulher já citados nos seus depoimentos anteriores, João Ivo destaca outra forma de participação de base criada no final do seu governo, o Congresso da Cidade.

Depois do Orçamento Participativo veio o Congresso da Cidade que foi uma experiência interessante feita no último ano. Qual a diferença entre eles? O primeiro cuida do imediato, da rua, da creche, do posto de saúde que tem que ser feito; o segundo cuida lá para frente, aonde vai crescer, que tipo de indústria, meio ambiente, da região metropolitana. Então, nós fizemos os três primeiros anos só o Orçamento Participativo, e no quarto ano, que foi em 2004, nós fizemos o Congresso da Cidade. Todos os bairros discutiram o tema a cidade que eu quero: “A Maringá que eu quero”, e do OP era: “agora eu também faço Maringá”, e aí foram feitas todas as assembléias, teve uma plenária, um documento final que tirou diretrizes para cidade para quinze, vinte anos, na educação, na saúde [...] e em cima disso saiu o plano diretor da cidade que eu mandei para Câmara no final de novembro de 2004, mas, infelizmente, a Câmara já vetou o projeto (João Ivo).

O processo de organização de base no governo do PT provocou, em seu período de implementação, um grande impacto na cidade, especialmente, entre os segmentos populares historicamente afastados do centro de decisões das políticas locais. Afinal, sob orientação do modo petista de governar, punham-se frente a frente o próprio prefeito com o vice-prefeito, auxiliados pelos seus secretários, e a população que já vivia, há algum tempo, um estado de orfandade política no Município de Maringá, a discutir os problemas da cidade.

Esta cidade, como tantas outras pelo país afora, havia sido vítima da prática de corrupção e abandono pela administração anterior. Mesmo assim e,

apesar de carregar a fama de ser um povo conservador, os participantes maringenses estiveram de prontidão para debater e enfrentar os problemas do município.

Duas formas de organização de base merecem ser destacadas, entre outras, pela capacidade de promover a mobilização e pela persistência por um trabalho contínuo numa gestão pública participativa: o Orçamento Participativo e os conselhos setoriais.

No que se refere ao primeiro, é inegável a força desse instrumento de participação popular na mobilização da cidade, como bem provou o Orçamento Participativo em Maringá no seu período inicial. A sua consolidação teria, provavelmente, contribuído para a organização da população, possibilitando, a longo prazo, elevar o seu nível de consciência política e crítica.

Já os conselhos setoriais, apesar de, aparentemente, terem causado um impacto menor na cidade, foram lembrados pelos três entrevistados nos seus depoimentos, o que mostra a sua importância política no governo. Claudemir Romancini enfatiza um aspecto importante na vida desse organismo, a saber, a tenacidade do conselho quanto a assegurar a continuidade do trabalho desenvolvido.

Construídos de forma lenta e gradativa, os conselhos, em Maringá, foram responsáveis, em grande medida, pela dinamização das ações de governo e pelo sentimento de grande avanço proporcionado pela gestão petista no que tange à participação popular.

Entretanto, não obstante o avanço e a importância desses espaços de participação popular numa gestão pública participativa, nota-se que algumas experiências mais avançadas já apontam para os limites desses mecanismos que se tornam, de alguma forma, obstáculos para um avanço maior no sentido de ampliação da participação do povo nas decisões políticas.

Entre essas experiências mais avançadas citaremos novamente o caso de Belém do Pará por ter sido, a nosso ver, um governo capaz de gerir uma cidade, promovendo, de forma permanente, a politização da população. Nesse sentido, Rodrigues (2001), então ex-prefeito desta cidade, ao relatar a sua experiência vivenciada entre 1997/2000 e 2001/2004, mostra como é desafiador um processo administrativo voltado para a construção de novos valores culturais contrários aos valores hegemônicos.

Dentre tantas ações exercidas durante o seu mandato, o ex-prefeito de Belém destaca um exemplo de confronto político-ideológico provocado pela decisão que seu governo tomou de inaugurar um viaduto construído na principal avenida de Belém, denominando-o Carlos Marighella, em homenagem ao comunista revolucionário executado durante a ditadura militar. Após essa ação, o governo de Belém enfrentaria, diariamente e por muito tempo, uma nota na imprensa, que o criticava por ter homenageado um comunista.

Para o ex-prefeito de Belém, no entanto, um governo não é só para se eleger e se reeleger a qualquer custo. Na sua ótica, ou se enfrentam determinados debates, devendo qualquer espaço de participação ser campo para debates sobre a construção do poder popular ou se ficará limitado à atuação administrativa e se correrá o risco de ser-se bom na administração da crise de um sistema que não é aquele com o qual os trabalhadores sonham. Com base nessa forma de conceber um governo, Rodrigues (2001) questiona: o Orçamento Participativo e outras experiências de participação, como processo de radicalização democrática, configuram-se como processos de construção de poder popular ou não?

Ao refletir sobre número de participantes nessas organizações, Rodrigues avalia que a participação acaba sendo sempre bastante reduzida. Segundo ele, em Belém, do conjunto de 1,3 milhão de habitantes e de 800 mil eleitores apenas 100 mil pessoas participaram nas assembléias populares no ano 2000. Por isso, com o intuito de provocar debate que aprofunde o aperfeiçoamento desses mecanismos de participação popular pergunta: os 100 mil cidadãos têm legitimidade para dizer que representam mais do que os 33 vereadores de Belém?

Essencialmente, o que se questiona não é tanto as formas organizativas implementadas de acordo com a concepção de democratização radical defendida pelo partido. Sabe-se que aquelas funcionam condicionadas à definição desta. Assim, no seu entendimento, a concepção democrático-radical deve ser problematizada sob o risco do Orçamento Participativo e outras formas democráticas adotadas pelos governos do PT se transformarem em meros instrumentos de administração da crise.

Cabe ressaltar que a posição do ex-prefeito de Belém é minoritária no PT e, portanto, assumi-la já é um grande desafio que significa remar contra uma onda interna contaminada pela luta parlamentar e eleitoral.

Vinte e cinco anos passados permitem-nos afirmar que, contrariamente à expectativa criada por autores como Lamounier e Meneguello (1986), o PT cresceu em um processo inverso. Os autores mencionados analisavam, em 1986, que o PT pretendia manter uma ligação mais estreita com suas organizações de base e com o meio operário, dando maior ênfase às lutas sociais e, conseqüentemente, menor importância à luta eleitoral. Esse processo inverso mostra que, hoje, o partido está distante da base, fato reconhecido pelo próprio Dirceu (2001) quando afirma que existe um problema em relação à diminuição da base militante do PT. Mais ainda, o ex-dirigente chama a atenção para o fato do PT correr o risco de se tornar um partido “sem pés.” É oportuno, portanto, refletir as críticas provocadas pelo ex-prefeito de Belém, acima de tudo, no âmbito do partido.

Nesse sentido, no que se refere às formas de organização de base, não há como deixar de resgatar a discussão sobre os núcleos de base, em princípio, sua principal forma de organização. Os núcleos teriam uma das responsabilidades mais importantes do partido.

Em 1982, o Diretório Nacional registrava que os núcleos eram a garantia de que o partido seria construído democraticamente “de baixo para cima”, ligando os trabalhadores aos movimentos de massa. Afirmava que seriam eles que identificariam e diferenciariam, na prática, o PT dos outros partidos, visto que seriam os núcleos o local de discussão dos trabalhadores, uma inovação na estrutura organizativa partidária.

Com a função de promover a educação política dos militantes, os núcleos seriam o elo entre a base e a direção partidária, mas também um organismo de permanente pressão sobre os dirigentes. Os núcleos seriam ainda um meio para combater qualquer prática autoritária daqueles que facilmente tornam-se burocratas de partido, unicamente preocupados com a manutenção da máquina partidária da qual dependem para sua sobrevivência.

Em 1983, o Diretório anunciava que, no início, o PT teve a presença determinante dos núcleos. No seu primeiro ano de vida, em 1980, o partido contava com 623 núcleos para 28 mil filiados. Em 1981, o número de filiados passou para 300 mil em decorrência da atuação dos núcleos que eram a base de estruturação dos Diretórios para vencer os desafios legais.

Os Diretórios, impulsionados pela ação dos núcleos, avançaram criando a estrutura vertical do partido com direções formadas em todos os níveis,

porém, a estrutura horizontal diluiu-se e a realidade da nucleação não acompanhou a filiação. Os núcleos subiram dos 623 para apenas perto de mil. Para a direção do partido, a campanha eleitoral de 1982 desempenhou um importante papel na absorção dos quadros dirigentes e dos filiados mais ativos dos núcleos, contribuindo para o esvaziamento da tarefa de nucleação.

Segundo Brandão (2003), os núcleos de base já vinham mostrando sua fragilidade até mesmo antes das eleições de 1982. Para ele, esses organismos de base poderiam representar aquilo que mais se aproximava de um instrumento alternativo à democracia representativa então existente na sociedade brasileira. No entanto o autor avalia que os núcleos foram paulatinamente desestruturados ao longo da década de 1980. Nesse sentido, o 5º Encontro Nacional do PT realizado em 1987 reconheceu que os núcleos foram abandonados e, mais do que nunca, desprestigiados. Reconheceu ainda que o partido continuava vivendo uma crise organizativa.

Não obstante essa crise, o PT cresceu eleitoralmente tornando-se governo nas três esferas: em vários municípios, em alguns estados e na União. Diante disso, a grande questão a ser colocada em debate é: que sustentação política o PT garante, efetivamente, para o governo, se o próprio partido não construiu a sua base? Considerando esta questão analisaremos, no próximo eixo temático, o PT como instrumento de luta e organização popular.

3.4 PARTIDO COMO INSTRUMENTO DE ORGANIZAÇÃO POPULAR

O PT, como já apontado no capítulo 2, nasceu de um amplo movimento de massas e com o compromisso de colocar os interesses populares na cena política. Para esse fim, o partido propôs implantar seus núcleos de militantes em todos os locais possíveis, visando debater os problemas dos trabalhadores e das camadas populares.

Todavia, tão logo o Partido dos Trabalhadores iniciava as suas primeiras atividades políticas, os núcleos eram chamados a cumprir outras funções do partido, de acordo com as necessidades do momento. Assim, Brandão (2003) recorda que, logo no início da vida partidária, os núcleos de base, ligação do partido

com os movimentos sociais, atuaram como instrumento de promoção e garantia da legalidade do partido e não como forma alternativa da democracia representativa então existente na esfera política.

Tendo cumprido as exigências legais, o PT já se defrontava com as primeiras eleições de que tomaria parte. Quanto a participar da eleição, Singer (2001) afirma que o Partido dos Trabalhadores sempre teve em mente disputar as eleições dizendo que, quando Luiz Inácio Lula da Silva se engajou na criação do partido em 1978, já o via como importante instrumento para enviar trabalhadores ao Congresso, em Brasília. Vale destacar, no entanto, que os primeiros documentos do partido como a Carta de Princípios aprovada em 1979 estabeleceram que a sua participação em eleições se subordinaria ao objetivo maior de estimular e aprofundar a organização das massas exploradas. A participação na disputa eleitoral orientava-se, portanto, pela perspectiva da luta e da mobilização social.

Passadas as eleições de 1982, o partido avaliava, como analisamos no eixo anterior, que a campanha eleitoral havia absorvido os quadros dirigentes e os filiados mais ativos dos núcleos, contribuindo para o esvaziamento da tarefa de nucleação. Em tempo mais avançado, no seu 5º Encontro Nacional realizado em 1987, o Partido dos Trabalhadores reconheceu que os núcleos foram diluídos em comitês eleitorais de candidatos que, em sua maioria, desapareceram com o final de campanha.

Ainda de acordo com Brandão (2003), a perda de importância dos núcleos de base, além do abandono dos movimentos sociais gerou uma crise de identidade no partido. Críticas internas acusaram o partido de abandonar o movimento social em favor de conquistas “eleitorais”. Diante disso, vários Encontros Nacionais registraram a temática nucleação como a grande preocupação e dificuldade do partido que reconhecia cada vez mais crescente a lacuna na sua estrutura organizativa.

Todavia, apesar de entender-se, desde o início, que seria o núcleo a principal base e característica do partido, houve, depois das resoluções políticas do I Congresso Nacional em 1991, uma paulatina tendência ao desaparecimento das referências a esses organismos de base. O fato é que o partido já seguia com toda intensidade a estratégia definida no seu 5º Encontro Nacional em 1987. O objetivo do Partido dos Trabalhadores era chegar ao governo, e as eleições tornaram-se a

principal estratégia de luta em defesa dos interesses dos trabalhadores e para alcançar o socialismo.

A partir desse momento, entendemos que o PT acaba atuando de modo semelhante a outros partidos, ou seja, seguindo a via da democracia representativa, disputando eleições e tentando conquistar votos para eleger representantes. Além disso, constatada a inoperância dos núcleos de base, a forma de ação alternativa encontrada pelo partido não o distingue dos demais partidos.

Passadas mais de duas décadas, o quadro organizativo permanece o mesmo. Eis a razão do discurso do ex-prefeito João Ivo quando se refere ao partido.

Eu acho que, agora, o que nós precisamos fazer é aproximar o PT mais de suas bases. O que eu defendo é o PT que todo o petista verdadeiro quer. É o PT das bases que fez história e se consolidou como a grande referência ética da política nacional. É o PT das grandes lutas, dos grandes embates ideológicos, da mudança, da solidariedade e da fidelidade (João Ivo).

Incapaz de construir os núcleos, o PT perdeu o vínculo com os movimentos sociais e com a própria base, como aponta o depoimento do ex-prefeito. Por conseguinte, a sua ligação com as massas só aparece durante o período eleitoral. Fora isso, sem a construção dos núcleos que seriam seu principal instrumento de intervenção junto às bases sociais, o partido permanece conectado aos movimentos sociais de forma tangencial e periférica. Segue abaixo o depoimento do presidente do PT de Maringá, Claudemir Romancini, relatando a atuação do partido nesta cidade.

[...] continuamos inseridos lá na associação de moradores. O partido estava, assim, buscando estar sempre nos conselhos e o PT, ele sempre buscou isso, perdemos eleições nas associações, ganhamos associações, discutimos nos conselhos, ganhamos direções de conselhos, perdemos, mas o partido tem que estar inserido, se não estiver inserido, você fica somente institucional (Claudemir Romancini).

A sua fala retrata a forma como o partido atua, hoje, na sociedade. É fundamental debatermos a esse respeito por duas razões. A primeira por entendermos que, como lembra Fernandes (1989, p. 127), citando Marx e Engels, a chave está na sociedade civil. “Estado e sociedade civil são interdependentes, mas

o processo de transformação se desencadeia a partir da classe e não do estado.” Baseando-se na sua experiência como parlamentar, o autor sustenta que o parlamento pode atingir o modo de ser do Estado, possibilitando a criação de um novo padrão de vida, de certas reformas vitais para o trabalhador, e permitindo que ele possa viver de maneira mais decente. Mas, para ir além, como diz o autor, faz-se necessário que a própria classe trabalhadora tenha meios de transformar sua relação com a burguesia.

A segunda, pelo fato do PT surgir com o respaldo político dos movimentos sociais e ter acumulado já algumas experiências, sobretudo, durante a década de 1980. Assim, vale lembrar que, em face dos movimentos sociais, o Manifesto de fundação do partido já dizia: “O PT pretende ser uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista” (PARTIDO..., 1998, p. 348).

Em outro momento, após quase uma década de experiência, em 1987, o 5º Encontro Nacional rechaçou, de um lado, a idéia de que o PT deveria ser o reflexo dos movimentos sociais no plano político institucional e parlamentar. Em última instância, o partido seria uma espécie de braço parlamentar do movimento sindical e dos movimentos populares. O PT, afirmam os participantes deste 5º Encontro, não poderia querer dirigir as lutas dos movimentos sociais, pois assim estaria desrespeitando a sua autonomia. De outro lado, o Encontro defendeu a posição de que se o PT luta por tornar-se um partido capaz de se constituir em um instrumento real de luta pelo socialismo, esse partido tem de ser capaz de dirigir essa luta, de apontar seus rumos. Terá de se tornar o dirigente político dos trabalhadores. Trata-se de, em respeito à democracia dos movimentos, a suas instâncias e características, de disputar sua direção com propostas previamente discutidas nas instâncias do PT, articulando a atuação de luta sindical e popular com a construção partidária e a estratégia de luta pelo poder.

O 5º Encontro enfatiza que fora isso, o partido cairá no espontaneísmo, nas lutas setoriais dispersas, de um lado, e no ativismo parlamentar, do outro. Correria o risco de assistir a explosões sociais desorganizadas, difíceis de serem canalizadas para a transformação social revolucionária.

Com base nessas discussões que já se acumularam no próprio partido, entendemos que a fala do presidente do partido de Maringá expressa a ausência, nesta cidade, de um PT direcionador dos movimentos sociais rumo ao projeto maior de sociedade. É verdade que o partido tem de estar inserido nos

movimentos sociais, porém, intervindo através de lutas organizadas, o que seria papel, particularmente, dos núcleos de base. O contrário pode representar um PT apenas “acomodado” nessas entidades de classe sem efetivamente contribuir para o seu avanço.

No que se refere ao governo popular, o presidente do PT, Claudemir Romancini destaca, como um dos papéis do partido, a ação de cobrar do governo a execução do projeto político.

Então, o partido na concepção que a gente tem, ele é um instrumento também de cobrança da execução do governo, do projeto político do governo. Onde tem alguma questão que não está sendo aprovada, o partido ele tem por obrigação cobrar a execução daquele projeto político, e não ser conivente com o governo (Claudemir Romancini).

Embora concordemos com a importância da postura crítica e firme do partido em questionar os equívocos da equipe que compõe o governo, entendemos que o partido jamais deve se limitar ao papel de cobrar o governo, principalmente quando, da sua parte, não se empenhava no trabalho de organização popular, na formação de núcleos de base que sustentem o governo popular. Isso se torna fundamental para que o partido não se transforme numa espécie de “fiscal” do governo, limitando-se apenas ao papel de cobrar ações do outro.

No que concerne à ausência de luta e de organização do PT de Maringá, o relato da ex-vereadora do PT, Silvana Borges, diz:

Eu acredito que o partido ele teve uma ação pessoal, por exemplo, dentro das várias discussões, nós vimos aí, especialmente a questão vinculada ao transporte, [...] o partido se envolveu, puxou a discussão do monopólio, mas aí eu vejo, na verdade, o partido ele já havia deixado um pouco esse trabalho de participação, de organização, então acabou sendo muito em função mesmo do governo. Eu acredito que foi feito o que foi possível, até porque o próprio governo absorveu muito a militância do partido (Silvana Borges).

O depoimento da ex-vereadora deixa claro como o PT, também em Maringá, se distanciou das bases sociais, limitando-se a ações individuais de alguns militantes. De fato, no que se refere à luta, o PT perdeu a capacidade de atuar

coletivamente, o que pode indicar distanciamento entre população e governo ou dirigentes.

No entanto, para além da esfera local, é importante ter presente que todo esse quadro está estritamente relacionado à estratégia definida do partido no nível nacional. Como dito, já no final da década de 1980, todo “norte” estratégico do partido foi direcionado para aquele que seria o grande avanço rumo à sociedade socialista, entendendo-se como avanço a conquista da presidência da República.

Nesse mesmo contexto em que o PT se definia pela primazia eleitoral nas suas lutas, sublinhamos que muitos assumiram uma posição contrária à definição estratégica do partido, como foi o caso de Florestan Fernandes (1991, p. 7), vindo a se tornar um quadro que, internamente, atuava de forma independente. Ao presumir que o PT enveredava para o caminho da social-democracia, Florestan Fernandes, autor da tese “O PT em Movimento” apresentada no I Congresso em 1991, chama a atenção para o movimento que se autoproclama socialismo na Europa, dado que, segundo ele, o partido que assim se proclamar “reduz-se a uma social-democracia pequeno-burguesa deturpada que entrega a cabeça aos capitalistas e o coração aos assalariados.”

O autor da tese sustentava que à custa da participação nas eleições e da aceitação do poder “em benefício da Nação”, os social-democratas despiram-se da identidade socialista e da vocação revolucionária. Ou seja, incorporados à participação eleitoral e às instituições oficiais, os social-democratas renegaram primeiro o marxismo e, depois, o socialismo propriamente dito.

Na sua ótica, os verdadeiros anarquistas, socialistas e comunistas não podem confundir-se com a social-democracia moderna, atrelada à iniciativa privada, aos interesses capitalistas. Ao contrário, o socialismo serviu de base às correntes radicais dos operários e assalariados desde o fim do século XIX até os nossos dias.

Em que pesem argumentos fundamentados e propostas políticas avançadas que dariam outro rumo ao partido, a tese “O PT em Movimento” e outras apresentadas foram vencidas no I Congresso do Partido dos Trabalhadores. Quatro anos depois deste evento, Florestan Fernandes encerrava a sua árdua luta em defesa da classe trabalhadora, vindo a falecer em agosto de 1995. Assim, o convicto defensor do pensamento marxiano não pôde acompanhar o desenrolar da questão que o preocupava nos últimos anos de sua vida: O PT manterá a natureza de uma

necessidade histórica dos trabalhadores e dos movimentos sociais radicais se preferir a “ocupação do poder” à ótica revolucionária marxista?

Como sabemos, o PT escolheu o caminho de ser um partido que luta pelo sucesso eleitoral mesmo às custas de uma diluição de sua orientação de classe. Com a perspectiva de obter êxito na disputa eleitoral, o PT definiu estratégias voltadas para o amplo apoio fora da classe trabalhadora. Assim, a sua vitória só foi possível por meio de um amplo leque de alianças políticas que aglutinaram as mais distintas forças políticas: dos comunistas do Partido Comunista do Brasil (PC do B) aos liberais do Partido Liberal (PL).

Para uma vitória final, no entanto, os social-democratas já demonstraram que não conseguiram fazer das eleições um instrumento de transformação socialista, visto que, como mostra Przeworski (1989), para serem vitoriosos nas eleições tiveram de buscar aliados dispostos a juntar-se aos trabalhadores sob a bandeira socialista. Isso, porém, os levou a abandonar a própria organização dos trabalhadores como classe.

Vale lembrar que a chegada do PT à presidência da República sob essas condições já foi motivo para muitas críticas, o que indica que o Governo Luis Inácio Lula da Silva não é consenso nem mesmo dentro do próprio partido. Isto é mostrado no discurso do presidente do PT de Maringá, Claudemir Romancini, ao fazer as seguintes considerações:

O governo Lula passou a implementar políticas que eram contraditórias à história do Partido dos Trabalhadores, e à medida que eu pegar, por exemplo, a reforma da previdência, deputados que votaram aquilo que o partido sempre defendeu, o que aconteceu? Foram expulsos pela direção majoritária do PT. E o partido passou a ser conivente com projetos de governo que eram projetos do governo Fernando Henrique Cardoso, não eram projetos do Partido dos Trabalhadores (Claudemir Romancini).

Pouco tempo após ceder essa entrevista, Claudemir Romancini deixaria o cargo de presidência do partido como também deixaria de ser um filiado do PT, alegando discordar do rumo que o partido vem tomando nos últimos tempos.

Como sabemos, em Maringá o PT não se reelegeu nas últimas eleições de 2004. A respeito disso, Claudemir Romancini fez a seguinte análise:

Um ponto que estava passando despercebido, é que, sobre o orçamento participativo e a participação popular, avaliando, posteriormente, o orçamento participativo, até o final do mandato se tivesse sido implementado com toda plenitude, que é de fato o nosso projeto, que também, cometemos falhas na execução do orçamento, se a população, até o final, tivesse realmente envolvida no projeto, e se tivesse efetivado o orçamento participativo, talvez seria [...] fator determinante no resultado eleitoral (Claudemir Romancini).

Percebe-se que os depoimentos evidenciam que o PT, como instrumento de organização popular e principalmente como um espaço para incentivar a participação popular, tem funcionado de forma bastante precária tanto da parte do partido como do governo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Instrumento de luta para alguns, objeto de pesquisa para outros, o Partido dos Trabalhadores surgiu no final da década de 1980, atraindo olhares de todos os lados.

Afinal, diferentemente de outros partidos políticos criados durante a década de 1980, o Partido dos Trabalhadores simbolizava a ruptura com a velha tradição elitista de partidos organizados de “cima para baixo” como também com a tradição de partidos que nasciam por iniciativa do Estado.

Não é nada irrelevante, portanto, para a história da política brasileira que o Partido dos Trabalhadores tenha surgido como iniciativa dos próprios trabalhadores, como impulso dos movimentos de massas, das greves e das lutas populares em todo o país. Projetado no contexto do regime autoritário, este partido defendia uma nova concepção de política, na qual os setores da população anteriormente excluídos teriam poder para falar por si mesmos.

Nesse sentido, desde o início, o partido buscou implementar um projeto contrário às práticas políticas tradicionais, inaugurando um novo modo de fazer política, fundamentado na noção de mudança conforme aspiração das bases organizadas. O Partido dos Trabalhadores definia-se, então, como organização política que visava elevar o grau de mobilização, organização e conscientização das massas através de amplo debate de suas propostas, conclamando para as discussões os trabalhadores da base e as lideranças populares, mesmo que não pertencentes ao partido.

Através da sua forma de organização, o Partido dos Trabalhadores tentou implementar o princípio da auto-organização, procurando formar um partido democrático e de luta, baseado na classe trabalhadora. Não obstante sua forma de organização limitada pelas exigências da legislação partidária, o Partido dos Trabalhadores tentou ampliar seu campo de atuação promovendo encontros democráticos, criando estruturas para a participação das bases e procedendo democraticamente nas convenções.

O seu contínuo esforço para funcionar democraticamente e incentivar uma participação mais ampla possível de seus membros teve como resultado sua crescente visibilidade. Nesse sentido Keck (1991) indica que enquanto

os filiados de outros partidos como PMDB lutavam para que seus dirigentes convocassem uma convenção do partido, o PT continuava realizando encontros regulares em todos os níveis, renovando suas lideranças e envolvendo-se em debates prolongados sobre questões políticas.

Buscava, assim, ser um partido militante e empenhado na tarefa de colocar os interesses dos trabalhadores e das camadas populares na cena política. Para esse fim, o partido propôs formar núcleos de base em cada recanto do país.

No seu entendimento, os núcleos deveriam ser a forma fundamental de organização do partido. Desse modo, o 3º Encontro Nacional, realizado em 1984, já indicava que sem eles o PT poderia sobreviver como partido legal, mas não se consolidaria como um partido de massas. Mais que isso, esse encontro afirmava que sem os núcleos o PT pouco se distinguiria dos partidos tradicionais.

Cabia a esses núcleos o papel de organização dos militantes para construir o PT, formando trabalhadores para a militância partidária. Assim, os núcleos eram a garantia de que o PT seria construído democraticamente, estreitando a ligação do partido com os movimentos sociais. Porém, como afirma Brandão (2003), estes organismos de base foram condicionados a cumprir outras funções logo nas primeiras atividades partidárias, atuando no sentido de promover e garantir a legalidade do partido ao invés de ser uma forma alternativa à democracia representativa existente na esfera política.

Embora o PT tenha qualificado os núcleos como principal base e característica para garantir a democracia interna, para atuar na formação política dos militantes e para ser o elo entre o partido e os movimentos sociais, a primeira campanha eleitoral de 1982 terminaria desempenhando um papel decisivo na absorção dos quadros dirigentes e dos filiados mais ativos dos núcleos e contribuindo para o esvaziamento da tarefa de nucleação. Cinco anos após as eleições de 1982 o partido reconhecia que os núcleos de base foram diluídos em comitês eleitorais de candidatos que, em sua maioria, desapareceram com o final da campanha.

Ressalte-se que após o I Congresso Nacional, realizado em 1991, houve uma gradativa tendência ao desaparecimento das referências a esses organismos de base, fato que ocorreu em nível nacional. Maringá não fugiu a essa situação, e os depoimentos apontam para isso pelo fato de nenhum dos entrevistados fazer qualquer referência aos núcleos de base nessa cidade.

Na realidade, o PT já havia adotado, decididamente, a estratégia definida no seu 5º Encontro Nacional em 1987, de empreender sua luta, prioritariamente, à conquista da presidência da República. O objetivo do PT era chegar ao governo e, conseqüentemente, as eleições tornaram-se a principal estratégia de luta em defesa dos interesses dos trabalhadores e para o alcance do socialismo.

Desde então, os núcleos de base foram relegados a um plano secundário e a democracia representativa, comum a todos os partidos, continuou sendo o palco para a atuação política do Partido dos Trabalhadores na sociedade brasileira.

Assim, a análise elaborada a partir da exposição dos entrevistados identificou como principais fatores que dificultaram a participação popular em Maringá, no período de 2001 a 2004: o abandono da política voltada aos núcleos de base em decorrência da estratégia adotada pelo partido, em âmbito nacional, que deu primazia às disputas eleitorais, levando o PT a distanciar-se das bases sociais; a inoperância do Orçamento Participativo, um dos principais instrumentos para viabilizar a participação popular no governo petista; a perda da capacidade do partido em atuar coletivamente; e a falta de democracia interna.

Todavia, concordamos com Rodrigues (2001) que, essencialmente, o ponto nodal do PT situa-se na adoção pelo partido da concepção do socialismo pela via da radicalização da democracia sem pressupor uma ruptura com a ordem política capitalista.

Contra-pondo-nos a essa visão, sugerimos que o partido apure a concepção de socialismo, incentive a participação popular voltada para a emancipação humana e resgate os núcleos de base como mecanismo de garantia da democracia interna, de formação de seus quadros e de construção das forças sociais necessárias para dar sustentação ao projeto de sociedade socialista. O contrário apenas transforma a participação popular como mero instrumento de administração da crise, porém, jamais um instrumento de construção de participação popular.

REFERÊNCIAS

- ARENDRT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva S.A, 1992.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A cidadania ativa**: Referendo, plebiscito e iniciativa popular. São Paulo: Ática, 2003.
- BERTERO, José Flávio. **Formalismo e dialética**. Estudos de sociologia. Araraquara, SP, n. 12, p. 127-141, 2002.
- BOTTOMORE, Tom (Ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- BRANDÃO, Marco Antonio. **O socialismo democrático do partido dos trabalhadores**: A história de uma utopia (1979 – 1994). São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.
- BUONICORE, Augusto. Introdução. In: LOUREIRO, Isabel Maria. **Rosa Luxemburgo**: Vida e obra. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 1999, p. 9-12.
- CANIATO, Ângela Maria Pires. **A historia negada**: Violência e cidadania sob um enfoque psicopolítico. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 1995.
- CERRONI, Umberto. **Teoria do partido político**. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.
- COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da filosofia**: História e grandes temas. São Paulo: Saraiva, 2000.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e política**: A dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 1996.
- _____. O lugar do manifesto na evolução da teoria política marxista. In: FILHO, Daniel Aarão Reis et al (Org.). **O manifesto comunista 150 anos depois**: Karl Marx: Friedrich Engels. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 43-63.

DANIEL, Celso. Gestão local e participação da sociedade. In: VILLAS BÔAS, Renata et al (Org.). **Participação popular nos governos locais**. São Paulo: Polis, 1994. p. 21-41.

DIAS, Reginaldo Benedito. A aventura de uma geração petista. In: _____. **No calor da hora**: Artigos sobre política, história e memória. Maringá: Clichetec, 2003. p. 106-108.

DIRCEU, José. Comentários. In: GENRO, Tarso. **Instituições políticas no socialismo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 29-36.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

FERNANDES, Florestan. **O PT em movimento**: Contribuição ao I congresso do partido dos trabalhadores. São Paulo: Cortez, 1991.

FREDERICO, Celso. **O jovem Marx** (1843-44: as origens da ontologia do ser social). São Paulo: Cortez, 1995.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico. Município de Maringá**. 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 11 ago 2005.

_____. **Produto interno bruto municipal 2003**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 27 mar 2005.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Índice de desenvolvimento humano municipal**. 2000. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em 10 abr 2004.

GENRO, Tarso; SOUZA, Ubiratan de. **Orçamento participativo**: A experiência de Porto Alegre. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

GERCHMANN, Léo et al. Escândalo do "mensalão"/PT X PT: Crise afeta ala majoritária do PT em eleição. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 set. 2005. Caderno Brasil, p 12.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Participação e gestão popular da cidade. In: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 26, p. 25-47, 1990.

GOMES, Telma Maranhão. **A construção da política de assistência social em Maringá e região**: Encruzilhadas e perspectivas. Mestrado em Serviço social. São Paulo: PUC, 2000.

GONÇALVES, Reinaldo. Lula: aposta perdida. In: **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro: UFRJ - PPGESS. Escola de Serviço Social, n. 9, p. 34-49, 2003.

GONZALEZ, Horácio. **Karl Marx**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

GRAMSCI, A.; BORDIGA, A. **Conselhos de fábrica**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**: As concepções de estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. São Paulo: L&PM, 1987.

GUATTARI, Félix. As novas alianças: movimentos sociais e movimentos alternativos. **Desvios**, Rio de Janeiro, n. 2, 1986.

HARNECKER, Marta. **O sonho era possível**: A história do partido dos trabalhadores narrada por seus protagonistas. Havana: Mepla, 1994.

HOBSBAWM, E. J. **A revolução francesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

_____. **A era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade**: Trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2001.

IANNI, Otávio. Entrevista. **Notícia**. Universidade Estadual de Londrina, p. 3, 7 abr. 2004.

KECK, Margareth E. **PT. A lógica da diferença**: O partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo: Ática, 1991.

LAMOUNIER, Bolívar; MENEGUELLO, Raquel. **Partidos políticos e consolidação democrática**: O caso brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LOUREIRO, Isabel Maria. **Rosa Luxemburgo**: Vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 1999.

_____. **Rosa Luxemburgo**: Os dilemas da ação revolucionária. São Paulo: UNESP e Fundação Perseu Abramo, 2004.

LUXEMBURG, Rosa. **Reforma social ou revolução?** São Paulo: Global, 1986.

_____. **A revolução russa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

MARINGÁ. **História da cidade**. 2001. Disponível em:
<http://www.maringa.pr.gov.br/historia/hist_maringa.htm>. Acesso em: 20 jun 2005.

MARX, Karl. **A questão judaica**. São Paulo: Moraes Ltda, 1991.

MAKIYAMA, Catarina Teruco; TENÓRIO, Maria Clara Correia; SILVA, Rosiany Maria da Silva. **Projeto de reciclagem do lixo em Maringá**: Formação de cooperativa de reciclagem. Maringá: Prefeitura Municipal de Maringá, 2001.

MÉSZÁROS, István. **A necessidade do controle social**. São Paulo: Ensaio, 1987.

NAVARRO, Vicente. Produção e estado de bem-estar: o contexto das reformas. In: LAURELL, Asa Cristina (Org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1995. p. 91-122.

NETO, José Paulo. Ética e crise dos projetos de transformação social. In: BONETTI, Dilséa et al. (Org.). **Serviço social e ética**: Convite a uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2000. p. 21-30.

NOVAES, Carlos Alberto Marques. PT: Dilemas da burocratização. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 35, p. 217-237, mar. 1993.

OLIVEIRA, Francisco. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: PAOLI, Maria Célia (Org.). **Os sentidos da democracia**: Políticas do dissenso e a hegemonia global. Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília, DF: NEDIC, 1999. p. 55-81.

OZAÍ, Antonio. **Partido de massas e partido de quadros**: A social democracia e o PT. São Paulo: CPV, 1996.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de encontros e congressos**: 1979-1998. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

_____. **O PT faz história**. São Paulo: Secretaria nacional de formação política e Fundação Perseu Abramo, 2001.

PAZ, Rozângela Dias Oliveira da. **Dimensões e indicadores de participação social na avaliação de programas habitacionais**. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 2002.

PERFIL da delegação petista no II congresso do partido dos trabalhadores. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br>>. Acesso em: 30 set 2004.

POMAR, Vladimir. Introdução. In: PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de encontros e congressos**: 1979-1998. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 17-38.

PONTUAL, Pedro; SILVA, Carla Cecília R. Almeida. Participação popular nos governos petistas: trajetórias, mecanismos e caráter. In: MAGALHÃES, Inês et al (Org.). **Governo e cidadania**: Balanço e reflexões sobre o modo petista de governar. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. p. 61-70.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RODRIGUES, Edmilson. Comentários. In: GENRO, Tarso. **Instituições políticas no socialismo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 21-28.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAES, Décio Azevedo Marques de. **Democracia**. São Paulo: Ática, 1987.

_____. **República do capital**: Capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2001.

SILVA, Benedicto; NETO, Antonio Garcia de Miranda. **Dicionário de ciências sociais**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.

SINGER, André. **O PT**. São Paulo: Publifolha, 2001.

SOARES, Eliane Veras. **Florestan Fernandes: O militante solitário**. São Paulo: Cortez, 1997.

VALADARES, Nanci de Carvalho. **Autogestão**: O governo pela autonomia. São Paulo: Brasiliense, 1983.

VIEIRA, Evaldo. **Democracia e política social**. São Paulo: Cortez, 1992.